

Resolução CONSUP/IFG nº 7, de 22 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as decisões tomadas na reunião ordinária do Conselho Superior de 22 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.



JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA
Presidente do Conselho Superior

RELATÓRIO DE GESTÃO

IFG 2018

SUMÁRIO

1 MENSAGEM DO REITOR	3
2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	4
2.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas	4
2.2 Estrutura Organizacional	6
2.3 Ambiente Externo	10
2.4 Modelo de Negócios	11
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	13
3.1 Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades	13
3.2 Descrição das estruturas de governança	17
3.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas	19
4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	23
4.1 Tipos de Riscos	23
4.2 Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos e Controles do IFG	24
4.4 Detalhamento Individualizado dos Principais Riscos	27
4.5 Auditoria Interna	28
5 RESULTADOS DA GESTÃO	29
5.1 Resultados na área de Ensino	29
5.1.1 Visão Geral Organizacional	32
5.1.2 Planejamento Estratégico e Governança	34
5.1.4 Resultados da Gestão	39
5.1.5 Execução Orçamentária	48
5.1.6 Conclusões - Ensino	50
5.2 Resultados na área de pós-graduação	51
5.2.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (PIBICTI/IFG)	52
5.2.2 Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores - PIQS/IFG	54
5.2.3 Programa Institucional de Bolsas de Qualificação Para Alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFG - PIQ-Aluno	56
5.2.4 Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT)	56
5.2.5 Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG para Apresentarem Trabalho em Eventos Científicos e Tecnológicos (PAECT)	57
5.2.6 Programa Institucional de Incentivo à Tradução para Língua Estrangeira e Publicação de Artigos de Servidores do IFG (PIPART)	58
5.2.7 Atuação na Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu	59
5.2.8 Acompanhamento de servidores afastados para Pós-Graduação Stricto Sensu	60
5.2.9 Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás	60
5.2.10 Editora IFG	61
5.2.11 Proteção da Propriedade Intelectual	62

5.2.12 Comitê de Ética em Pesquisa	63
5.3 Resultados na área de extensão	64
5.3.1 Diretoria De Ações Profissionais e Tecnológicas	64
5.3.2 Diretoria de Ações Sociais	74
6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	82
6.1 Gestão Orçamentária e Financeira	82
6.1.1 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências	82
6.1.2 Explicação sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes	82
6.1.3 Principais desafios e ações futuras	82
6.2 Gestão de Pessoas	87
6.3 Gestão de Licitações e Contratos	95
6.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	104
6.5 Gestão da Tecnologia da Informação	107
6.7 Sustentabilidade Ambiental	116
7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	119
7.1 Declaração do contador e/ou opinião dos auditores externos	119
7.2 Demonstrações Contábeis	120
7.3 Notas Explicativas	133
8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	143
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	143
ANEXO I – DADOS DETALHADOS DA PNP	144

1 MENSAGEM DO REITOR

Em 2018, o país foi marcado por fortes instabilidades no plano econômico e político, gerando grande expectativa principalmente com relação às eleições majoritárias. Contudo, soubemos atravessar o cenário de incertezas com sabedoria e resiliência na busca da consolidação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG e também na consecução da missão institucional.

Mesmo diante desse difícil quadro, pudemos comemorar excelentes resultados, entre os quais se destacam, na área do Ensino, a redução na taxa de evasão, que caiu de 23,3% em 2017 para 19,5% em 2018; os excelentes conceitos alcançados no Ensino Superior nos processos de reconhecimento e reavaliação, sendo que quatro cursos receberam Conceito 5 e três obtiveram Conceito 4; o aumento do número de vagas ofertadas; o aumento da Relação Matrículas por Professor (RAP); e o crescimento do Índice Geral e Cursos (IGC) do IFG que cresceu de 2,59 para 2,81. No âmbito da Pesquisa, tivemos 175 bolsistas de iniciação científica contemplados; 27 bolsas de qualificação de servidores; 338 estudantes em 6 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e 161 estudantes em 3 cursos de Mestrado Profissional. Na esfera da Extensão, contabilizamos 1.311 estudantes em estágio curricular; 66 novas parcerias formalizadas (e 389 parcerias vigentes); 10 eventos e 27 projetos de extensão; 2.665 discentes atendidos com programas de alimentação, transporte e permanência. Somam-se ao exposto o ingresso de 82 novos servidores e a execução de aproximadamente 61 milhões de reais em custeio e 6 milhões de reais investidos na estrutura do IFG.

Nesse mesmo ano o IFG se empenhou em algumas missões importantes, como a construção democrática do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com vigência de 2019 a 2023; as discussões e a consolidação do novo Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI; a aprovação do Regimento Geral; e a revisão do nosso Estatuto.

Tais conquistas estão detalhadas neste Relatório de Gestão, que este ano traz um formato inovador denominado Modelo de Relato Integrado, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Relato Integrado (*International Integrated Reporting Council*). Nesse novo formato pretende-se um modelo mais efetivo de prestação de contas, conciso e focado na demonstração do alcance dos resultados, proporcionando, assim, uma leitura mais aprazível à sociedade, nosso destinatário primordial.

Seguimos firmes na construção de uma instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, contando com o empenho de cada membro da comunidade, suprimindo barreiras, materializando sonhos e transformando vidas.

Boa leitura a todos.



JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA
Reitor

2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás se constitui como uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Atua na promoção da educação de maneira integral, pautada pela indissociabilidade dos eixos ensino, pesquisa e extensão.

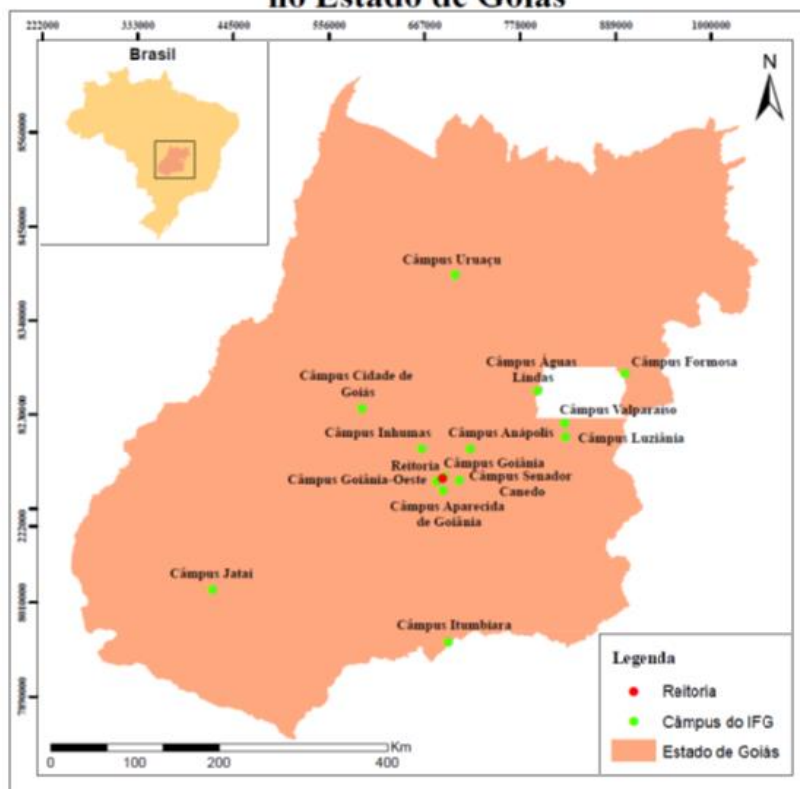


Os Institutos Federais, de maneira geral, e o Instituto Federal, de maneira particular, possuem compromisso com a elevação de escolaridade, tendo como um de seus princípios a oferta de educação em diferentes níveis de ensino, desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação, trabalhando também com educação de jovens e adultos, com ênfase na verticalização.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o objetivo precípuo do IFG é mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (omnilateral) de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente. Portanto, o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construída na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.

O Instituto Federal de Goiás possui câmpus em todas as regiões do estado o que reflete um compromisso com a função social de levar educação pública, gratuita e de qualidade a regiões pouco ou não atendidas quanto à profissionalização. Os câmpus são localizados em regiões com demandas sociais específicas. Atualmente o IFG atende aproximadamente 15 mil alunos nos seus 14 Câmpus em funcionamento: Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste,

Distribuição Geográfica dos Câmpus do IFG no Estado de Goiás



Sistema de Coordenadas UTM (m)

Datum: SIRGAS 2000

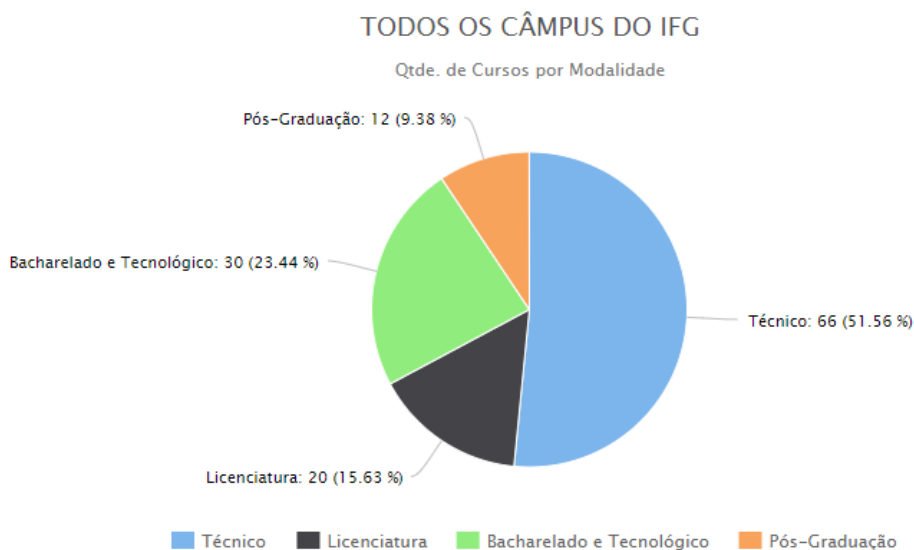
Fontes: SIEG

Elaboração: Rebeca Carneiro

Tecnóloga em Geoprocessamento

Senador Canedo e Valparaíso de Goiás. Sendo um total de 128 cursos regulares e presenciais.

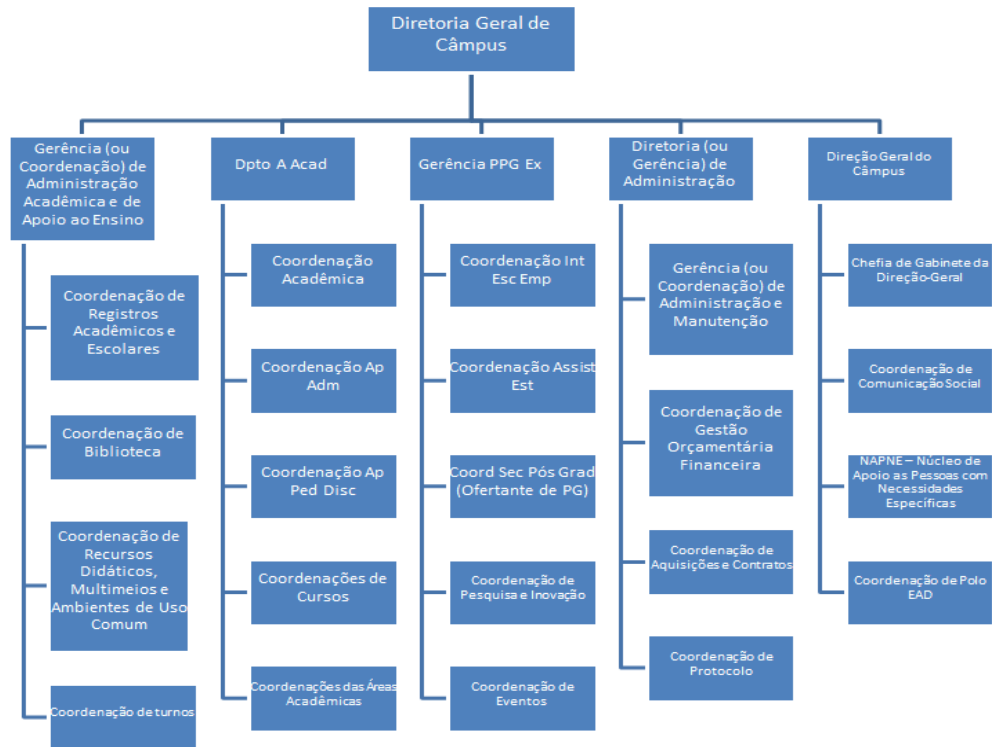
Em estrito cumprimento ao estabelecido na Lei 11.892/2.008 o IFG, o IFG oferece mais de 20% de suas vagas em cursos de Licenciatura e formação de professores e mais de 50% das vagas em Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

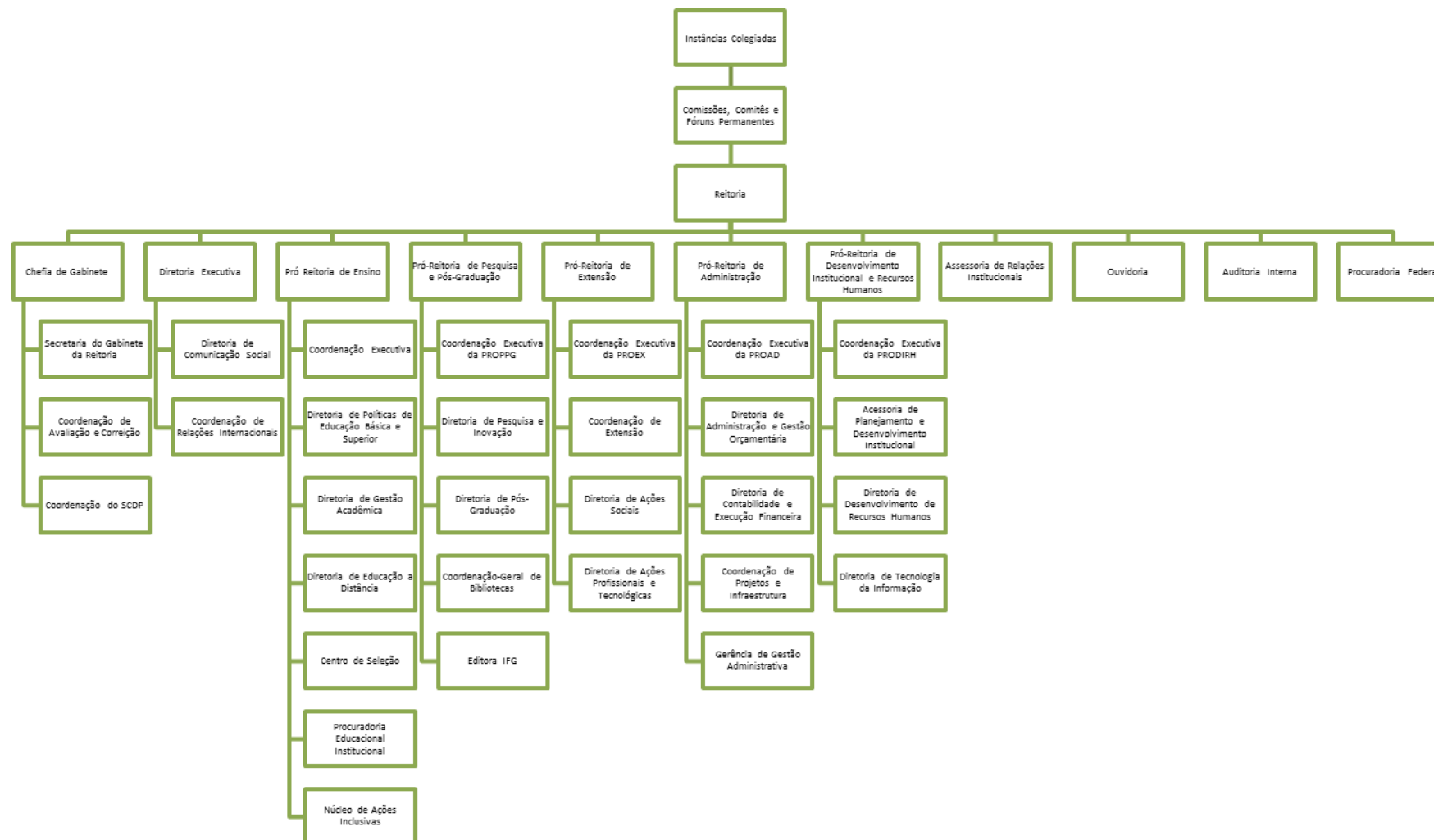


Fonte: Visão IFG (2019). Acesso em: 25/02/2019.

Nota: Considerou-se apenas cursos presenciais e regulares que não se encontram em extinção.

2.2 Estrutura Organizacional





Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
Conselho Superior	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 30 (trinta) membros, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Conselho Superior
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais dos Câmpus.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Colégio de Dirigentes
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Conepex
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.	Danielle Fernanda Morais Pavan	Presidente da CPA
Comissão de Ética	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.	Marisa Alves Vento (Até outubro/2018)	Presidente da Comissão de Ética
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.	Flávio Morais De Miranda	Presidente da CPPD
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos – CIS	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.	Heloisa Helena Lopes dos Santos Caixeta	Presidente da CIS
Comissão Permanente de Políticas de Igualdade Étnico-Racial	A Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) é instância permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e tem por finalidade formular, coordenar, articular e acompanhar a efetivação das políticas e diretrizes institucionais para a promoção da igualdade étnico-racial e defesa dos direitos humanos.	Ádria Borges Figueira Cerqueira	Presidente da CPPIR
Diretoria Executiva	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	Adriana dos Reis Ferreira	Diretora Executiva
Auditoria Interna	É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos ÓCI do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação.	Dean Mardem	Auditor-Chefe da Auditoria Interna
	É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e	Sheila Carneiro	Procuradora

Procuradoria Federal	assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.	Targino Lima	Federal
Gabinete	É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.	Claudia Beatriz Carrião Alves	Chefe de Gabinete
Pró-Reitoria de Ensino	É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.	Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon	Pró-Reitora de Ensino
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.	Paulo Francinete Silva Junior	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitoria de Extensão	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	Daniel Silva Barbosa	Pró-Reitor de Extensão
Pró-Reitoria de Administração	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	José Carlos Barros Silva	Pró-Reitor de Administração
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos	É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.	Amaury França Araujo	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

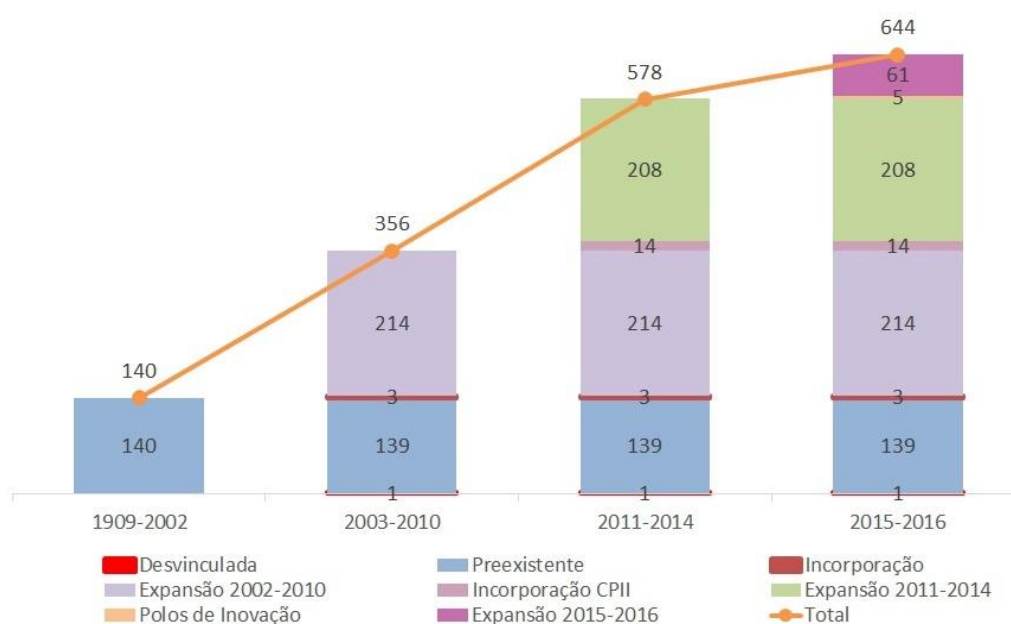
2.3 Ambiente Externo

Ao apresentar um panorama do ambiente de atuação da Instituição, é preciso caracterizar a educação profissional no Brasil analisando o histórico de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices e, posteriormente, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação e Tecnologia, e atualmente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ultrapassa 100 anos de dedicação à oferta de educação profissional.

Em se tratando da atual conjuntura brasileira, reflexo da expansão da Rede Federal, identificamos a articulação entre a Educação Profissional, Ciência e Tecnologia com vistas a elevar os índices de desenvolvimento regional e local a partir do momento em que oferece condições para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Conforme o Gráfico 1, o cenário atual da Rede Federal é o seguinte:

Cenário da Rede Federal



Fonte: Ministério da Educação (2017)¹

¹Embora não publicado junto ao Gráfico, durante o ano de 2017 outras 5 unidades foram autorizadas, desta forma, a Rede Federal conta hoje com 649 unidades.

2.4 Modelo de Negócios

Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Oferta de cursos de Formação de Trabalhadores	Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar os profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.	Cursos FIC	Alunos em todos os níveis de escolaridade que demandam profissionalização	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de Educação Técnica de Nível Médio	Educação profissional técnica de nível médio: oferecer educação de qualidade para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos integrando o ensino médio e o ensino profissionalizante	Cursos Técnicos de Nível Médio	Alunos que concluíram a segunda fase do ensino fundamental	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de Educação Técnica de Nível Médio	Educação profissional técnica na modalidade subsequente: oferecer educação de qualidade para alunos que concluíram o ensino médio e desejam se capacitar em áreas técnicas específicas	Cursos Técnicos Subsequentes	Alunos que concluíram o ensino médio	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de ensino superior	Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias): formar profissionais para os diferentes setores da economia	Cursos Superiores de Bacharelado e Tecnologia	Alunos que concluíram o ensino médio	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos voltados para a formação de professores	Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica: formar professores para educação básica e para a educação profissional	Cursos especiais de formação pedagógica e licenciaturas em diversas áreas do conhecimento	Professores das redes públicas e egressos do ensino médio interessados em atuar como docentes	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de pós-graduação	Cursos de pós-graduação <i>Lato</i> e <i>Stricto Sensu</i> (Aperfeiçoamento, especialização e mestrado): contribuir no processo de geração e inovação tecnológica	Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i>	Egressos do ensino superior	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão	Promover, de forma articulada com o ensino, ações de ampliação do conhecimento	Pesquisas aplicadas e projetos de extensão	Corpo discente e docente do IFG	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG

NOSSO CAPITAL

CAPITAL HUMANO

1302 Docentes

893 Técnicos Administrativos

CAPITAL INTELECTUAL

Sistemas, aplicativos, processos, soluções, procedimentos, conhecimento tácito

CAPITAL FINANCEIRO

R\$ 61.155.944,00 em Custeio

R\$ 6.143.688,00 em Investimento

APLICADOS À NOSSA ESTRUTURA



NOSSOS RESULTADOS

ENSINO
227 Cursos
17655 Matrículas
6453 Ingressantes
3399 Concluintes
6992 Vagas
30223 Inscritos

PESQUISA
175 Bolsas de Iniciação Científica
27 Bolsas de Qualificação de Servidores
46 Servidores Atendidos com Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos
24 Estudantes Atendidos com Incentivo à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos e Tecnológicos
338 Estudantes em 6 Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
161 Estudantes em 3 Cursos de Mestrado Profissional

EXTENSÃO
1311 Estudantes em Estágio Curricular
66 Novas Parcerias Formalizadas
389 Parcerias Vigentes
10 Eventos de Extensão
12 Cursos de Extensão
14 Cursos FIC
27 projetos e Extensão
2665 Discentes atendidos com programas de Alimentação, Transporte e Permanência

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é o documento que norteia as ações institucionais e contem os principais objetivos, as estratégias para alcançá-los bem como os planos para implementação das prioridades do IFG. Sua confecção demanda grande esforço conjunto de todas as unidades da instituição, em consonância com a dedicação de toda a comunidade escolar – técnicos administrativos, discentes e docentes.

Estavam previstas para o exercício de 2017 a organização das discussões e a confecção do PDI 2018-2022. Porém, por dificuldades operacionais, o PDI não foi concluído em tempo hábil, sendo seu cronograma reajustado para 2018.

Dessa forma, após um longo processo de construção, foi elaborado e apresentado o PDI 2019-2023 no exercício de 2018. Toda comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) foi convidada a participar do Congresso Institucional, por meio da submissão de propostas para os seus quatro eixos: Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Congresso Institucional dividiu-se em duas grandes partes: Na primeira, centenas de propostas foram direcionadas às unidades proponentes para que cada Comissão de Organização Local (CLO) organizasse debates locais, oportunidades nas quais as comunidades puderam qualificar as propostas apresentadas.

Concluídos os debates locais, todas as propostas aprovadas foram encaminhadas para a Comissão Central Sistematizadora (CCS) que, respeitando as deliberações das unidades, construiu os seis cadernos de votação que foram discutidos na segunda parte do Congresso Institucional, a qual reuniu 256 delegadas/os, representantes das/os Discentes, das/os Docentes e das/os Técnicas/os Administrativas/os das 15 unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Assim, representantes de todos os seguimentos do IFG ajudaram a construir os documentos basilares a instituição, por meio de análises e debates acerca das propostas apresentadas.

3.1 Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades

Temos então, a partir da construção elaborada, a previsão do cumprimento dos seguintes objetivos para o período de vigência deste PDI:

1. ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados, na proporção de, no mínimo, 50% das vagas por Câmpus, sendo prioritariamente em tempo integral, garantindo-se para a EJA a forma integrada e com oferta em todos os Câmpus;
2. oferecer, conforme as diretrizes institucionais estabelecidas, cursos subsequentes (técnicos) que atendam à demanda regional identificada por meio das parcerias com instituições de educação públicas e com organizações da sociedade civil do mundo do trabalho;
3. ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadoras/es do campo, da cidade e dos povos e comunidades tradicionais, objetivando tanto a formação quanto a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de

profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

4. realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas e culturais para as questões levantadas estendendo seus benefícios à comunidade e garantindo autonomia institucional naquilo que diz respeito aos processos de decisão de uso e de difusão dos conhecimentos produzidos;

5. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, ambientais e culturais;

6. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

7. ministrar em nível de educação superior:

a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho;

b. cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professoras/es para a educação básica e para a educação profissional, ofertando, no mínimo, 20% de suas vagas por Câmpus, salvo os casos excepcionais analisados e aprovados pelos órgãos colegiados – Concâmpus e Conepex e autorizados pelo Consup;

c. cursos de bacharelado, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho e da sociedade e áreas do conhecimento; d. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica, sociocultural, de formação docente e de desenvolvimento humano;

8. estabelecer políticas de inclusão e acessibilidade, com a criação dos núcleos de acessibilidade, inclusão, atendimento e de estudos temáticos em todos os Câmpus;

9. efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades;

10. manter constante diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais por meio da institucionalização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, com o objetivo de formar pessoas aliadas às comunidades no desenvolvimento da ciência e da tecnologia em prol da emancipação social;

11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática e a participação e a representação da comunidade interna.

12. incentivar a preservação do patrimônio sociocultural da região de influência de cada Câmpus bem como promover o respeito às manifestações culturais;

13. ofertar e facilitar a formação e capacitação contínua das/os servidoras/es;

14. consolidar o Centro de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (CITE) na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, tendo em vista a integração da Instituição no Sistema Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, promovendo maior integração nos Câmpus;

15. gerir, organizar e fortalecer as ações de parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, integrando as ações relacionadas à inovação e pesquisas tecnológicas, divulgando estas parcerias de forma a fomentar o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão nos diversos Câmpus.

Dessa forma, o Gabinete da Reitoria, juntamente com as Pró-Reitorias e os 14 Câmpus, ficam responsáveis pela implementação dessas prioridades, sendo acompanhadas e orientadas pela Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. O mapa integrado que se segue sintetiza a missão, os princípios e também as estratégias para a implementação nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Mapa Integrado da Função Social, Princípios e Estratégia do IFG

Função Social

Constituir-se e enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais.

Princípios Fundamentais

Integração entre conhecimento geral e conhecimento específico e entre teoria e prática; formação técnica e tecnológica, com desenvolvimento da capacidade investigativa, reflexiva e crítica, devidamente articuladas às questões artístico-culturais que a esses princípios permeiam; formação básica sólida e formação profissional abrangente, capacitando a/o cidadã/ão jovem e adulta/o de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos, não só de sua área profissional, mas também de sua relação social; respeito à diversidade da produção do conhecimento, da cultura, de gênero, de formas de apreensão do conhecimento e de necessidades físicas, cognitivas e emocionais.

Iniciativas Estratégicas

Ensino 1 - Melhoria do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes; 2 - Redução na taxa de evasão; 3 - Melhoria da eficiência institucional; 4 - Formulação das diretrizes e da organização curricular; 5 - Aumento do número de vagas ofertadas; 6 - Melhoria da relação matrículas por professor (RAP); 7 - Melhoria nos índices de retenção escolar; 8 - Melhoria na qualidade da oferta de educação superior promovendo o crescimento no IGC (Índice Geral e Cursos); 9 - Instituir o Núcleo de Ações Inclusivas - NAI e os Núcleos de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE nos Câmpus; 10 - Aperfeiçoamento do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Moodle) e suporte aos usuários dos cursos à Distância.

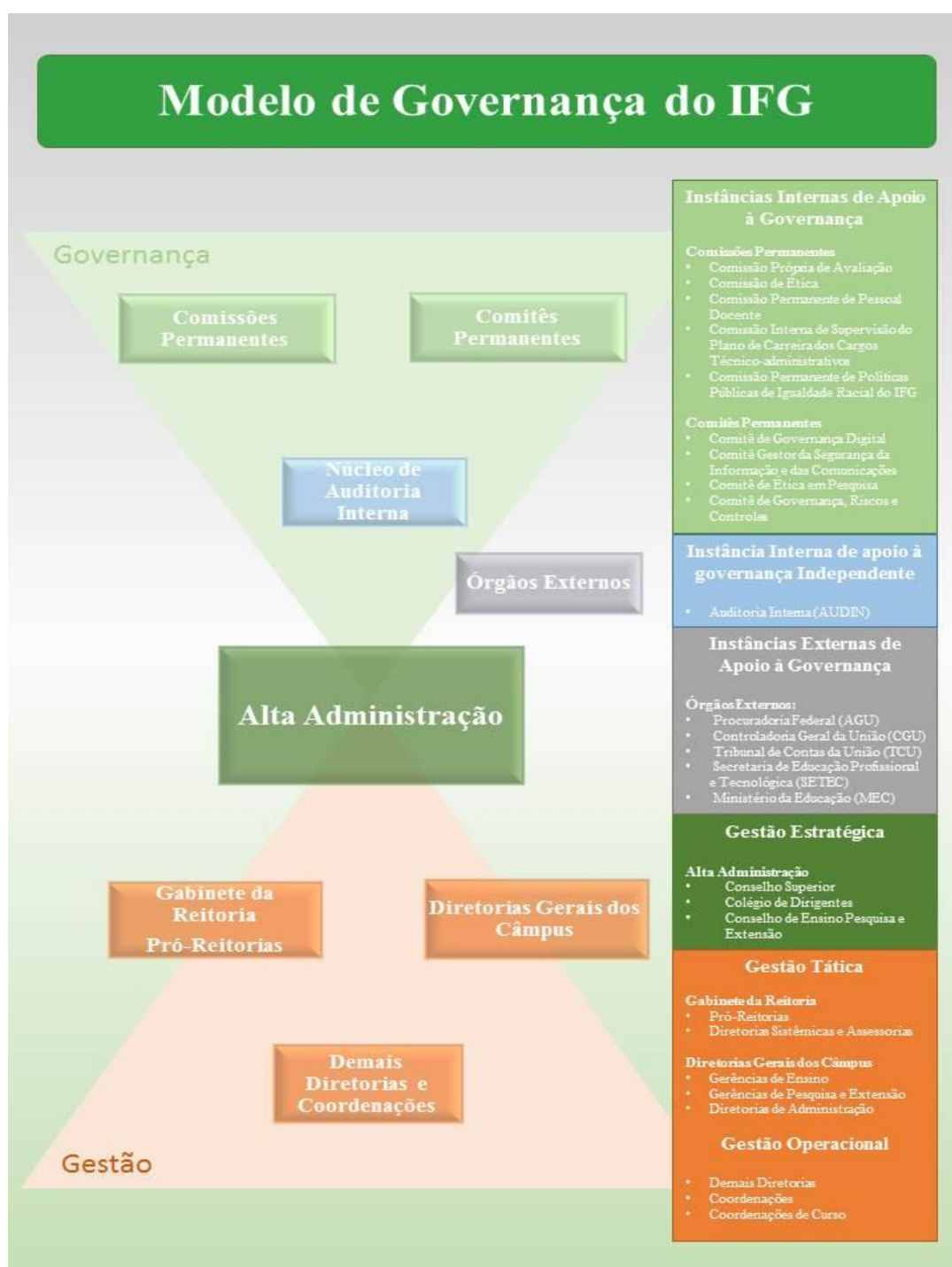
Pesquisa 1 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (PIBICTI/IFG); 2 - Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores - PIQS/IFG; 3 - Programa Institucional de Bolsas de Qualificação Para Alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFG - PIQ-Aluno; 4 - Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT); 5 - Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG para Apresentarem Trabalho em Eventos Científicos e Tecnológicos (PAECT); 6 - Atuação na Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*; 7 - Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás; 8 - Editora IFG; 9 - Proteção da Propriedade Intelectual; 10 - Comitê de Ética em Pesquisa;

Extensão 1 - Processo de Acompanhamento de Egressos; 2 - Integração do IFG com o Mundo do Trabalho; 3 - Cadastramento dos Cursos do IFG aos seus respectivos Conselhos Profissionais; 4 - Acompanhamento do processo de trabalho do estágio no IFG; 5 - Articular as parcerias interinstitucionais, estreitando relações com as comunidades nas quais estão inseridos os Câmpus e a Reitoria; 6 - Ações profissionais e tecnológicas articuladas com o ensino e a pesquisa; 7 - Políticas para o fomento e desenvolvimento de ações profissionais e tecnológicas; 8 - Promover eventos de cunho tecnológico e profissional.

Para a consecução desses objetivos e finalidades, o IFG possui sólida estrutura de Governança .

3.2 Descrição das estruturas de governança

Temos na figura abaixo o modelo de governança do IFG, refletindo tanto a parte de governança propriamente dita, como estrutura da gestão em níveis tático e operacional.



A alta administração é composta pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, pelo Colégio de Dirigentes, e pelo Conselho Superior.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Compõem o Conselho representantes da comunidade docente, discente, servidores técnico-administrativos, além dos pró-reitores de Ensino, de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão, os dirigentes das áreas acadêmicas (Chefes de Departamento e Gerentes de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão), sendo presidido pelo reitor do IFG.

O Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, constituído nos termos do Parágrafo 2º do artigo 10º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e dos artigos 10º e 11º do Estatuto do IFG. Compõe o Colégio o Reitor, a Diretora Executiva, as cinco Pró-Reitorias, e os quatorze Diretores Gerais dos Câmpus.

Ressalta-se o papel chave do Conselho Superior na tomada de decisões da instituição, sendo o órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo. Tal instância reflete toda a comunidade na sua constituição possuindo membros da comunidade docente, discente, dos servidores técnico-administrativos, conta também com representantes da sociedade civil, entidades patronais, egressos e Ministério da Educação, conforme o disposto no Estatuto do IFG.

O Conselho Superior é presidido pelo Reitor do IFG e composto por representantes dos segmentos do IFG que são eleitos pela comunidade da instituição, com voto individual, secreto e facultativo. Os demais membros são indicados pelas entidades e órgãos representativos. As reuniões ordinárias acontecem a cada dois meses e, extraordinariamente, quando forem convocadas pelo presidente ou por 2/3 dos seus membros.

A alta gestão do IFG dispõe do apoio de diversas comissões permanentes, assim como diversos comitês também permanentes. Internamente conta com o Núcleo de Auditoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações de todo o IFG, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Além de auxiliar a gestão, a Auditoria Interna fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A Auditoria Interna providencia, de forma autônoma e objetiva, serviços de avaliação e consultoria com o propósito de agregar valor ao IFG, otimizando o sistema de controle dos processos e cooperando para consecução dos objetivos institucionais.

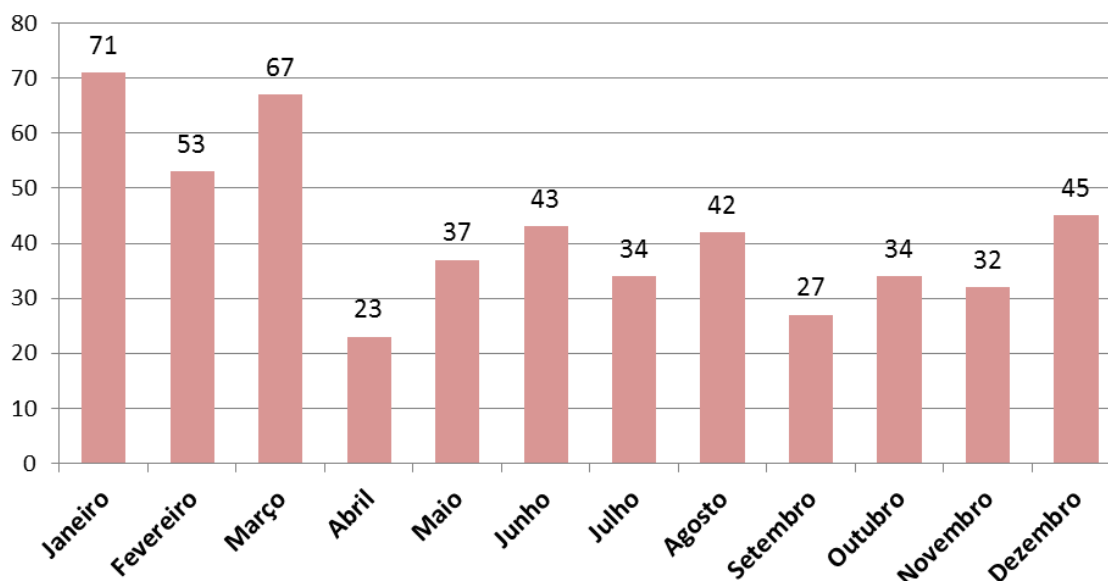
Paralelamente, a estrutura de governança do IFG é apoiada por instâncias externas autônomas como a Procuradoria Federal (subordinada à AGU), a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), e aos órgãos aos quais estamos subordinados, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e Ministério da Educação (MEC).

3.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas

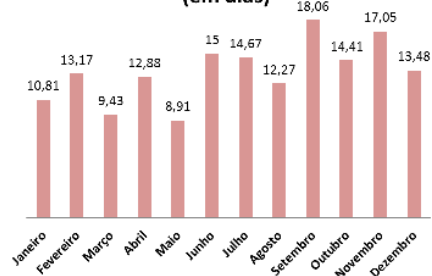
Carta de Serviços ao Cidadão	Informar quais os serviços prestados pela Unidade
	Compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público
Ouvidoria	Administração das manifestações dos cidadãos, cuidando dos encaminhamentos, prazos e qualidade das respostas enviadas.
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	Atender e orientar o público quanto ao acesso às informações
	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), disponível no link https://esic.cgu.gov.br
Comissão de Ética	Atuar na apuração de denúncias de desvios de conduta ética imputadas aos servidores
	Estratégias voltadas para o cumprimento de sua finalidade prioritariamente educativa e preventiva
Consultas Públicas	Consulta Pública para criação e funcionamento de empresas juniores no IFG.
	Pesquisa para elaboração da minuta da Política de Gestão de Pessoas - Servidores do IFG participaram de pesquisa para construção da Política de Gestão de Pessoas.
Redes Sociais	IFG no Twitter: IFG Goiás
	IFG no Facebook: IFG.official
	IFG no Instagram: ifg_oficial
	IFG no YouTube: https://www.youtube.com/user/ifgoficial

Fonte: Planilhas de Controle da Ouvidoria

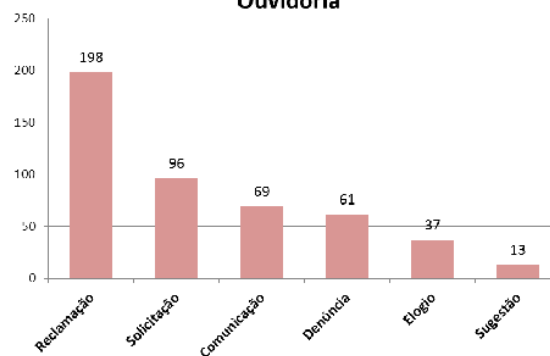
Total de manifestações recebidas pela Ouvidoria - 2019



Prazo Médio de Atendimento da Ouvidoria (em dias)



Tipos de Manifestação Recebidos pela Ouvidoria



Fonte: Planilhas de Controle da Ouvidoria

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA

PLANO DE DADOS ABERTOS	Promoção da abertura de dado, bem como a manutenção dos mesmos, zelando pelos princípios da publicidade, transparência e eficiência.
BOLETIM DE SERVIÇO	Portarias emitidas pelo Gabinete da Reitoria: http://www.ifg.edu.br/boletim-de-servico
PORTAL DO IFG	Informações institucionais e notícias jornalísticas a respeito dos acontecimentos importantes da Instituição. www.ifg.edu.br
BOLETIM DE DIVULGAÇÃO	Informativo digital elaborado pela Diretoria de Comunicação Social da Reitoria e enviado aos servidores e alunos, às quartas-feiras, com o objetivo de divulgar oportunidades, editais, eventos, chamadas para publicações e outros.
IFG NOTÍCIAS	Newsletter digital elaborada pela Diretoria de Comunicação Social e enviada por e-mail para a comunidade acadêmica com as principais notícias publicadas no site da Instituição e nas páginas dos câmpus.
CLIPPING DA EDUCAÇÃO	Seleção de notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação sobre a área de Educação. Reúne semanalmente as principais notícias sobre a área. É enviado, às sextas-feiras, aos servidores do IFG por e-mail.
SIMPLIFIQUE	Soluções tecnológicas que visam simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos: https://sistema.ouvidorias.gov.br
PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA	Relatórios de Auditoria Anual de Contas e Relatórios de Gestão do IFG, disponíveis respectivamente: http://www.ifg.edu.br/component/content/article/17-ifg/auditoria-interna/1725-relatorios-de-auditoria-anual-de-contas e http://www.ifg.edu.br/relatorios-de-gestao
ATOS DO CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)	Atas e resoluções: http://www.ifg.edu.br/index.php/atas e http://www.ifg.edu.br/conselhos/consup?showall=&start=4 Reuniões do Consup em tempo real por vídeo-conferência: http://www.ifg.edu.br/conselhos/consup?showall=&start=5
ATOS DO COLÉGIO DE DIRIGENTES (CODIR)	Documentos: http://www.ifg.edu.br/codir Memórias das reuniões do Colegiado: http://www.ifg.edu.br/codir?showall=&start=3 .
ATOS DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONEPEX)	Atas: http://www.ifg.edu.br/conselhos/conepex?showall=&start=3 Reuniões gravadas e divulgadas na página do IFG: http://www.ifg.edu.br/conselhos/conepex?showall=&start=5 .)
CONSELHO DE CÂMPUS (CONCÂMPUS)	Órgão máximo do Câmpus, é uma instância Institucional que conduz processo decisório de forma compartilhada e complementar com a Direção-Geral do Câmpus, no que se refere à gestão administrativa, orçamentária e acadêmica. Disponível no portal institucional: http://www.ifg.edu.br/acrescido do nome do Câmpus a ser pesquisado .

Ações para Acessibilidade e Inclusão

Infraestrutura

- O IFG continuou a sua programação de obras, reparos e adaptações na infraestrutura dos câmpus para que se tornem mais acessíveis às pessoas com deficiência.
- Foi efetivada a 2ª Etapa da obra do Campus Águas Lindas com a instalação de cápsula elevatória para melhor mobilidade e acesso aos andares superior, nova estrutura de cobertura e piso de ligação entre os blocos, bem como adaptação de banheiros no bloco administrativo.

Comunicação

- O site IFG cumpre os requisitos de acessibilidade (e-MAG).
- O site também possui tradução de textos para outros idiomas e para a Língua Brasileira de Sinais, por meio do aplicativo integrado V-Libras.

Curso De Pedagogia Bilíngue a Distância

- O Curso de graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na Modalidade EaD – Ensino a Distância, ofertado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos/Ministério da Educação, ofertou 390 vagas para candidatos de todo o país.

Curso "Sabores em Libras" disponibiliza videoaulas ao público

- Aulas de culinária são ministradas em Libras e Português por alunos do curso de Pedagogia Bilíngue do IFG. As aulas práticas do curso de extensão estão sendo disponibilizadas ao público, com 90 vagas na oferta inicial, que agora pode acessar variadas receitas culinárias gravadas em Libras.

Encontro técnico debate ações inclusivas

- O I Encontro Técnico-Formativo do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) foi realizado no dia 10 de maio, no Câmpus Goiânia.

Alfabetização e letramento para adultos

- A implantação do curso "Alfabetização, letramento e fábulas no despertar dos sonhos", no câmpus Anápolis, tem com proposta oferecer formação das primeiras letras a adultos, especialmente idosos, com pouca ou nenhuma instrução escolar.

Luva de tradução automática de Língua de Sinais

- A Luva Transceptora é uma ferramenta de tradução automática de língua de sinais, cujo protótipo foi desenvolvido pelo IFG, com referência no projeto Virtual Sign, que já vinha sendo realizado em Portugal.

Vestibular para refugiados

- O Instituto Federal de Goiás abriu processo seletivo voltado aos refugiados com oferta de uma vaga em todos os cursos superiores da Instituição.

Projeto Alvorada

- O Projeto Alvorada é uma iniciativa de capacitação e ressocialização de egressos do sistema prisional, financiada pelo Departamento Penitenciário Nacional, do atual Ministério da Segurança Pública.

Roda sobre Língua Brasileira de Sinais

- Em roda de conversa realizada em setembro, na Reitoria do IFG, uma professora intérprete de Libras e um docente surdo explicaram as especificidades da Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a importância de todos os servidores estarem atentos a ela no que se refere à inclusão da comunidade surda, tendo em vista que existem estudantes e servidores da Instituição que são surdos.

V Seminário de Educação para as Relações Étnico-Raciais

- Discussão do papel das políticas e relações étnico-raciais no projeto de desenvolvimento da Instituição, com a participação de delegações dos 12 câmpus e Reitoria do IFG.

II Seminário Goiano de Inclusão na Educação Técnica e Tecnológica e Superior Pública

- O Seminário ocorreu no dia 31 de outubro, no auditório do IF Goiano - Câmpus Trindade, organizado pelo IFG, UFG, UEG e IFGoiano, em parceria.

4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Metodologia de Análise e Gestão de Riscos tem por norte a prospecção e o tratamento dos riscos ou incertezas passíveis de ocorrer nos processos executados para o cumprimento da missão institucional constante nas atribuições de cada setor trazidas no Estatuto do IFG.

Cada processo é analisado à luz da metodologia onde os eventos de risco são identificados previamente considerando-se suas causas e consequências, avaliados e tratados com vistas a definir uma resposta adequada a cada risco, evitando-se o desperdício de recursos quando os problemas surgem de forma tempestiva.

A implementação e o monitoramento da Gestão de Riscos do IFG é atribuição da Coordenação Geral de Integridade Planejamento e Avaliação de Riscos (CGPAR), subordinada à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (APDI). Tanto a CGPAR quanto a APDI ficam subordinadas, no que se refere à gestão de riscos ao Comitê de Governança Riscos e Controles (alta administração), tendo como membros os Diretores Gerais de Câmpus, Pró-Reitores e o Reitor (presidente do comitê), responsável pela implementação da política de Gestão de Riscos do IFG.

O resultado da aplicação desse método possibilitará a revisão e o melhoramento dos processos institucionais bem como será de grande valia para a tomada de decisões da alta gestão. Outro objetivo subjacente é a indução à reflexão crítica das equipes em relação aos processos executados.

Ressaltamos aqui a incipiente fase de desenvolvimento da metodologia. No ano de 2018 foram feitas capacitações para a Coordenação Geral de Integridade Planejamento e Análise de Riscos, e estudos para a definição e desenvolvimento da metodologia de Gestão e Risco no IFG. Um piloto com um setor específico do IFG foi executado (Coordenação de Folha de Pagamento), e em 2019 a metodologia será estendida a outros setores.

Além de se utilizar vários aspectos das mais variadas estruturas de gestão de risco (ISO 31000, o M_o_R-OGC, o Orange Book (do governo Britânico) e o COSO-ERM etc), a metodologia adotada no IFG considerou sobretudo o que já estava versado na IN MP/CGU 01/2016 bem como na Política de Gestão de Riscos do IFG.

4.1 Tipos de Riscos

Os tipos de riscos aos quais o IFB está sujeito são classificados conforme as seguintes categorias:

Operacional – eventos que podem comprometer as atividades do IFG, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e a eficiência dos processos organizacionais;

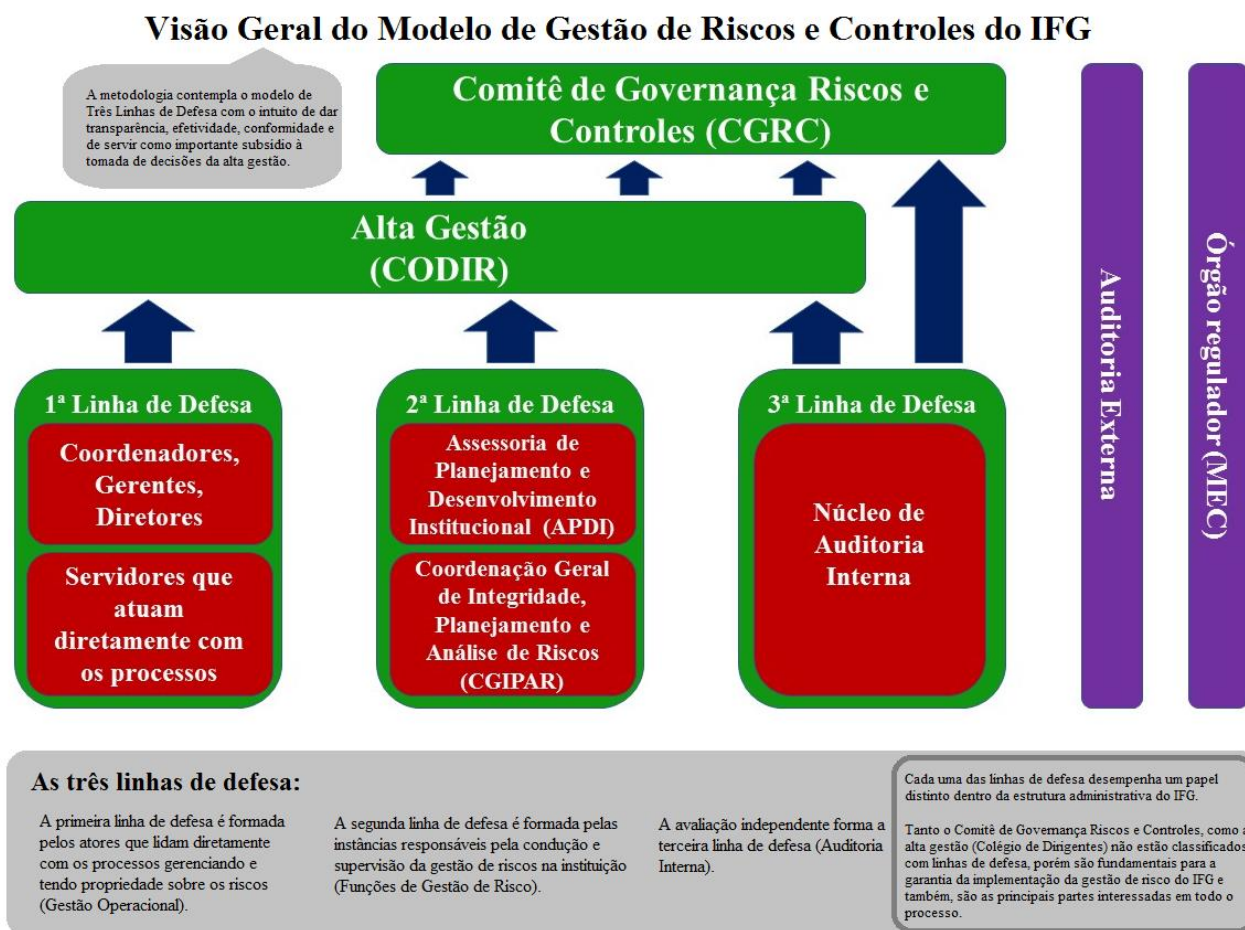
Conformidade – eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis, ou eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do IFG;

Orçamentário – eventos que podem comprometer a capacidade do IFG de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;

Imagem – eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do IFG em cumprir sua missão institucional, interferindo diretamente na imagem do órgão;

Integridade – eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos públicos e das atividades da organização, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.

4.2 Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos e Controles do IFG

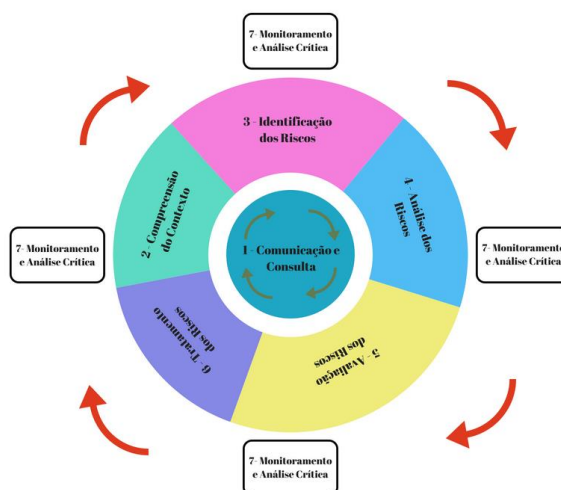


4.3 A Metodologia de Gestão de Risco do IFG

A metodologia proposta é estruturada em sete etapas para cada ciclo de gestão de riscos sendo: comunicação e consulta; compreensão do contexto; identificação dos riscos; análise dos riscos; avaliação de riscos; tratamento de riscos; monitoramento e análise crítica.

A figura a seguir representa a estrutura da metodologia e as ferramentas utilizadas para desde o início até o fechamento de cada ciclo de gestão de riscos.

Estrutura da Metodologia de Gestão de Riscos do IFG



A ilustração mostra as sete etapas sendo que a primeira e a sétima etapa são perenes e acompanham todas as outras cinco durante todo o processo. A comunicação e o monitoramento são processos contínuos e extremamente relevantes para o atingimento dos objetivos e para a eficácia da metodologia de gestão de riscos. A seguir temos o detalhamento de cada etapa.

I. Comunicação e consulta:

A comunicação acerca da gestão de riscos é fundamental para que servidores entendam seus processos e sua importância, bem como para que os dirigentes a apoiem, passando a fazer parte do dia a dia na tomada de decisões institucionais.

Se faz necessário a definição de quais os setores da Reitoria e dos Câmpus serão parte do próximo ciclo de gestão de riscos, bem como a duração do ciclo de gestão de riscos (em meses/anos). Tais definições serão feitas em reunião do Comitê de Governança, Riscos e Controles.

II. Compreensão do contexto:

É a fase em que a organização procura articular seus objetivos, determinando os contextos internos e externos que deverão ser observados no processo de gerenciamento de riscos. Também é feita uma consulta junto Comitê de Governança Riscos e Controles acerca do nível de riscos aos quais a instituição está disposta a se expor, sendo tal definição chamada de “apetite a riscos”. Tais etapas são feitas em reunião do Conselho de Governança Riscos e Controles.

III. Identificação dos riscos:

É a fase em que os processos são levantados e são identificadas possíveis fontes de riscos, que possam afetar os objetivos organizacionais. Para tanto é utilizada a planilha documentadora, que também será utilizada para as demais fases.

Nessa fase é feita uma análise do contexto de cada setor (interno e externo), é construído um mapa de risco visando à identificação dos riscos com base nos objetivos do setor conforme regimento geral juntamente com a definição dos macroprocessos aos quais corresponde o setor podendo estes ser: gestão, administração, ensino, pesquisa, extensão.

A partir de então temos o levantamento dos processos existentes para o cumprimento dos objetivos institucionais do setor conforme regimento geral (elencando os subprocessos caso haja). E então são identificados os eventos de risco onde devem ser listados os eventos ou situações em potencial que ainda não ocorreram, referentes ao processo que podem causar impacto na consecução dos objetivos do mesmo.

IV. Análise de riscos:

Fase em que são identificadas as causas e as consequências do evento de risco. As causas são condições que dão origem à probabilidade de um evento de risco ocorrer e podem ter origem no ambiente interno e externo.

Já as consequências são o resultado de um evento de risco sobre os objetivos do processo. As consequências do evento de risco estão relacionadas ao impacto gerado no processo caso o evento venha a se materializar.

Por fim, o risco é classificado podendo ser operacional, de conformidade, orçamentário, de imagem ou de integridade.

V. Avaliação de riscos:

Essa é a fase em que são avaliados os níveis dos riscos, cruzando-se duas variáveis: probabilidade X impacto. Cada variável (probabilidade e impacto) é composta por uma série de fatores onde são atribuídos graus e também um peso para cada fator (relevância) a fim de depurarmos a avaliação dos riscos em questão. As variáveis para a definição do nível de probabilidade são: ambiente interno; ambiente externo; infraestrutura; meios organizacionais; pessoas; e tecnologia da informação. E as variáveis para definição do impacto são: financeiro; imagem; legislação; e operacional.

Por fim o nível do risco é calculado pelo produto da multiplicação da probabilidade do risco pelo nível do impacto do risco podendo ser classificado como: baixo; médio; alto; extremo.

VI. Tratamento de riscos:

Fase em que os riscos serão tratados e também quais as ações serão tomadas para reduzir a probabilidade e o impacto tendo como possíveis respostas ao risco: reduzir/mitigar, compartilhar, evitar, ou aceitar. Quando o risco é avaliado como alto ou extremo e a resposta ao risco é definida como reduzir/mitigar, se faz necessário a elaboração de ações mitigatórias e também uma ação de contingência (ou seja, casos em que o risco ficou fora do “apetite a riscos” aceitável).

VII. Monitoramento e análise crítica:

Nessa fase temos o preenchimento final da planilha registrando os responsáveis por executar as ações mitigatórias e de contingência, o setor do responsável, data de início, data

limite para a o término da implementação, o valor a ser gasto na implementação das ações, o andamento do processo, as justificativas do andamento do processo, e demais observações.

Feito isto iniciamos o processo de monitoramento em si do ciclo de gestão de riscos por parte da Coordenação Geral de Integridade Planejamento e Análise de Riscos. Cabe aqui lembrar que a comunicação se faz igualmente constante do início ao fim do ciclo de gestão de risco onde qualquer evento de maior relevância é informado à alta administração e aos gestores dos riscos.

4.4 Detalhamento Individualizado dos Principais Riscos

Conforme mencionado, o IFG se encontra em fase inicial de implantação da metodologia. Portanto os resultados obtidos até o momento se restringem ao setor onde foi executado o piloto da metodologia. Ressalta-se que na metodologia proposta, ações mitigatórias seriam propostas e adotadas apenas para os riscos avaliados como de nível alto ou extremo (conforme apetite de risco previamente definido).

Segue o detalhamento dos riscos levantados no piloto.

Macroprocesso	Objetivos do Setor Conforme Regimento Geral	Processo	Evento de Risco	Causas do Evento de Risco	Consequências do Evento de Risco	Categoria do Risco	Nível do Risco
Administração	I. atuar no Sistema de Administração de Pessoal do Governo Federal (SIAPE) para a atualização da folha de pagamento, responsabilizando-se pela execução dos acertos financeiros;	Pagamento de encargo de cursos e concursos	Inconsistência nos dados informados (cadastrais e financeiros)	1. Planilha preenchida manualmente	1. Lançamento indevido 2. Devolução do processo para ajustes	Operacional	MÉDIO
Administração	I. atuar no Sistema de Administração de Pessoal do Governo Federal (SIAPE) para a atualização da folha de pagamento, responsabilizando-se pela execução dos acertos financeiros;	Pagamento de exercícios anteriores	Atraso no processo	1. Documentação incompleta 2. Demandas da folha de pagamento	1. Demora no pagamento ao servidor 2. Insatisfação do servidor 3. Pressão e acúmulo de trabalho na equipe	Operacional	MÉDIO
Administração	II. realizar a análise de mérito e executar o pagamento de processos de ajuda de custo, auxílio moradia, auxílio funeral e transporte de mobiliário e bagagem;	Ajuda de custo	Erro nos cálculos	1. Entrada de dados de forma manual	1. Pagamento indevido a maior ou a menor 2. Insatisfação do servidor 3. Pressão e acúmulo de trabalho para a equipe	Operacional	MÉDIO

Administração	v. auxiliar a DDRH nas respostas a demandas judiciais e de órgãos de controle em assuntos relacionados à área de abrangência da coordenação;	Ajuda de custo	Risco de fraude	1. Documentação ou dados informados errados de forma intencional 2. Conivência de servidor da folha	1. Prejuízo ao erário 2. Dano à imagem institucional	Operacional	MÉDIO
Administração	II. realizar a análise de mérito e executar o pagamento de processos de ajuda de custo, auxílio moradia, auxílio funeral e transporte de mobiliário e bagagem;	Auxílio funeral	Não pagamento do benefício	1. Notas fiscais em nome divergente do requerente	1. Indeferimento do processo.	Operacional	MÉDIO

4.5 Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna (Audin) é um órgão técnico que tem por propósito precípua consolidar e assessorar a gestão, bem como preconizar medidas de racionalização das ações de controle no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

A Audin é vinculada ao Conselho Superior do IFG (Consup) e tem um papel fundamental no aprimoramento da governança, tendo em vista que busca a eficiência e a eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, na perspectiva de gerar informações relevantes e consistentes para a tomada de decisão no IFG. Informações mais detalhadas sobre a atuação da Audin podem ser obtidas em sua página eletrônica por intermédio do link <http://www.ifg.edu.br/reitoria?showall=&start=2>

5 RESULTADOS DA GESTÃO

5.1 Resultados na área de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação.

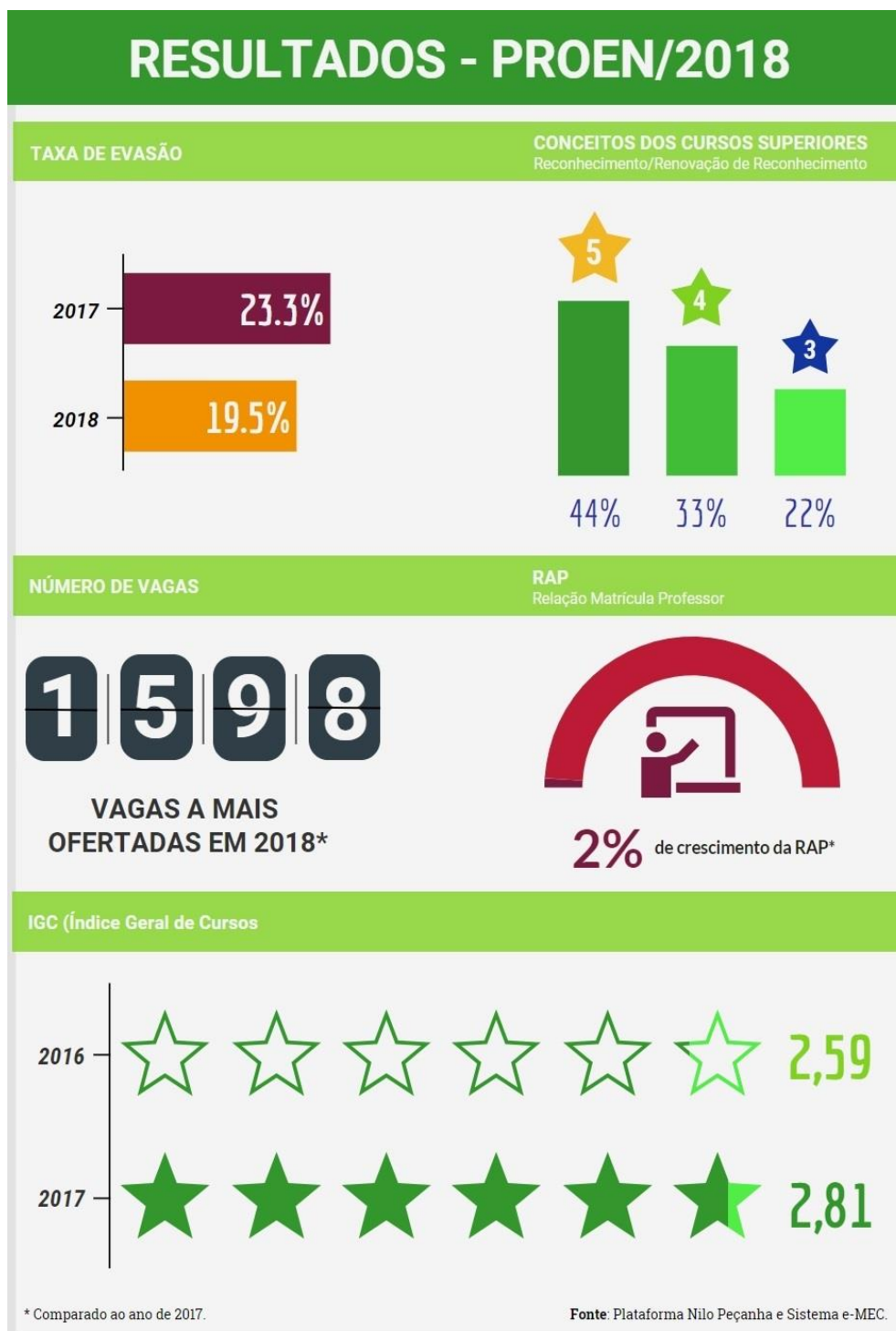
Desta forma, as ações da PROEN são norteadas pelos documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico da Instituição (PPPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como pelas Políticas e Legislações Nacionais Educacionais.

Portanto, há um destaque para as ações que buscaram a implementação das políticas educacionais e dos programas voltados para a melhoria da gestão e da qualidade da educação, incluindo os mecanismos de combate à evasão e da melhoria da inclusão social.

Além disso, são apresentados os recursos públicos aplicados na execução das ações de ensino, visando cumprir, com excelência, a função social desta instituição, em consonância com as metas estabelecidas no PDI 2012-2016 do IFG. Apesar do PDI ser referente ao quinquênio 2012-2016, esclarece-se que as metas deste PDI continuaram a ser monitoradas até a conclusão do novo Plano de Desenvolvimento Institucional que foi aprovado pela Resolução CONSUP/IFG nº 32, de 10 de dezembro de 2018, para o quinquênio 2019-2023.

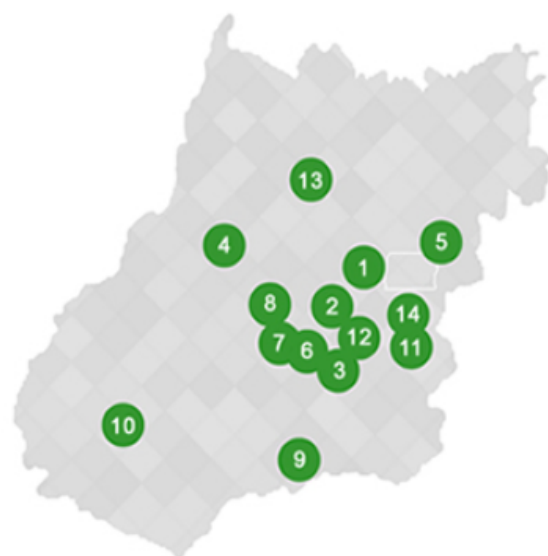
Dentre os resultados alcançados pela PROEN/IFG em 2018, merecem destaque, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.:**

- A redução na taxa de evasão, que caiu de 23,3% em 2017 para 19,5% em 2018, em função ações voltadas para a permanência e êxito dos alunos e combate à evasão;
- Os excelentes conceitos obtidos pelos cursos superiores nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, após as visitas in loco realizadas pelos avaliadores do INEP/MEC, sendo que dos 9 (nove) cursos avaliados, 4 (quatro) receberam Conceito 5 e 3 (três) obtiveram Conceito 4;
- Aumento do número de vagas ofertadas, em virtude da ampliação de vagas de alguns cursos superiores, bem como a abertura de novos cursos de diferentes níveis e modalidades;
- Aumento da Relação Matrículas por Professor (RAP), que tem se aproximado cada vez mais da meta de 20 matrículas/professor, conforme o Plano de Metas;
- O IGC (Índice Geral e Cursos) do IFG que cresceu de 2,59 para 2,81, demonstrando uma melhora na qualidade da oferta da educação superior na instituição. Contudo, é importante salientar que o IGC divulgado, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, em 2018 refere-se ao ano de 2017, portanto há uma expectativa de que o IGC relativo ao ano de 2018, que será divulgado no segundo semestre de 2019, seja ainda maior.



Vale destacar, também, os principais números do IFG no ano de 2018 que podem ser vistos a seguir, conforme dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, uma ferramenta utilizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação - MEC para acompanhamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

PRINCIPAIS NÚMEROS DO IFG



CÂMPUS DO IFG

- | | |
|---------------------------|---------------------------|
| 1. Câmpus Águas Lindas | 8. Câmpus Inhumas |
| 2. Câmpus Anápolis | 9. Câmpus Itumbiara |
| 3. Câmpus Aparecida | 10. Câmpus Jataí |
| 4. Câmpus Cidade de Goiás | 11. Câmpus Luziânia |
| 5. Câmpus Formosa | 12. Câmpus Senador Canedo |
| 6. Câmpus Goiânia | 13. Câmpus Uruaçu |
| 7. Câmpus Goiânia Oeste | 14. Câmpus Valparaíso |

14 CÂMPUS



227 CURSOS



17.655 MATRÍCULAS



6.992 VAGAS



6.453 INGRESSANTES



3.399 CONCLUÍNTES



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.
Ano Base: 2018

É oportuno salientar que os resultados foram obtidos por meio de um trabalho coletivo, ou seja, através da articulação com os Câmpus, com o CONSUP, com a Câmara de Ensino, com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com as demais Pró-Reitorias, Comissões, Grupos de Trabalho e com todos os setores da Instituição, o desenvolvimento de ações visando à promoção do ensino, em conformidade com os documentos Institucionais bem como com as Políticas e Legislações Nacionais Educacionais.

5.1.1 Visão Geral Organizacional

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), conforme Regimento Geral do IFG, é responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação e suas modalidades para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e das metas e compromissos estabelecidos no âmbito de todo o IFG, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e ainda promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Entre suas principais competências estão: propor, planejar, coordenar, executar e avaliar as ações necessárias ao desenvolvimento das políticas de ensino nos diferentes níveis de atuação institucional; elaborar propostas de implantação, alteração ou extinção de cursos, currículos e disciplinas em consonância com os pareceres dos conselhos de câmpus; propor e promover o cumprimento do calendário acadêmico, dentre outros. Desta forma, a Pró-Reitoria de Ensino está organizada em 6 (seis) setores, 8 (oito) coordenações e 1 (um) Núcleo de Ações Inclusivas.

O IFG é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e com suas práticas pedagógicas amparadas pela Lei nº 11.892 de 2008. A Pró-Reitoria de Ensino do IFG é responsável pela oferta de cursos superiores de graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos) e técnicos de nível de médio (Técnicos Integrados, Técnicos Integrados - EJA e Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio).

O Programa de Monitoria do IFG é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e desenvolvido no âmbito dos Departamentos de Áreas Acadêmicas de cada Câmpus, constituindo-se em um instrumento da política de fortalecimento do processo ensino-aprendizagem e integra as ações de apoio às atividades acadêmicas e de estímulo à permanência e êxito do educando.

Considerando as ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, o Programa de Residência Pedagógica (PRP), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e o Programa de Educação Tutorial estão ligados à Pró-Reitoria de Ensino, subordinados à Diretoria de Políticas em Educação Básica e Superior, e têm como objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

No IFG os diplomas de graduação são emitidos e registrados pela Coordenação de Expedição e Registro de Diplomas da Diretoria de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino, em que a equipe analisa se foram seguidos todos os preceitos legais ditos pela legislação educacional e o cumprimento de todos os Componentes Curriculares indicados nos Projetos Pedagógicos de Cursos.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é um instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em nível de conclusão do ensino médio. Os certificados de conclusão do ensino médio e a declarações parciais de proficiência, com base no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), são realizados pelos câmpus do IFG, sob a coordenação da Diretoria de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino.

Visão Organizacional

SERVIDORES ENVOLVIDOS

Docentes	Técnicos Administrativos
1.302	893
Chefes de Departamento	Assistentes Sociais
17	25
Pedagogos	Psicólogos
32	31
Técnicos em Assuntos Educacionais	
51	

NA CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS



RESULTAM EM MATRÍCULAS

Técnico Integrado	Técnico Integrado – EJA	Técnico Subsequente
4.495	2.141	748
Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia
3.984	3.443	832

E BOLSAS

Monitoria Remunerada	Monitoria Voluntária	Iniciação à Docência - PIBID	Residência Pedagógica
116	120	432	193

E CONCLUINTES

Diplomas Cursos Superiores	Certificados Cursos Técnicos	
574	1.232	
Certificações ENCCEJA	Certificações ENCCEJA com Junção de Proficiência	Declarações de Proficiência
2.319	592	2.319

Fonte: VisãoFG e Plataforma Nilo Peçanha.
Ano Base: 2018

5.1.2 Planejamento Estratégico e Governança

A Pró-Reitoria de Ensino, a partir do PDI e do PPI do IFG, estabeleceu um planejamento para o ano de 2018, tendo, principalmente, como parâmetro a execução de ações que contemplassem as ações afirmativas que impactassem no ingresso, na permanência e no êxito dos estudantes. Dentre as ações propostas, podemos destacar:

- Assessorar e orientar, principalmente, o Departamento de Áreas Acadêmicas dos Câmpus na interpretação e execução dos regulamentos acadêmicos a fim de melhorar a condução dos processos administrativos e pedagógicos;
- Dar suporte e assessoria aos Câmpus no que diz respeito às atividades de Administração Acadêmica, processos seletivos, reconhecimentos de cursos, censo educacional, processo de ensino-aprendizagem, inclusão e acessibilidade, estágio, oferta de novos cursos e demais atividades referentes à atuação da PROEN;
- Propor a elaboração e/ou reformulação de diretrizes e regulamentos do ensino;
- Analisar conjuntamente com a PRODIRH as solicitações de contratações/convocações dos servidores docentes;
- Analisar e emitir parecer de Projetos Pedagógicos de Cursos que contemplem a função social da instituição e a legislação acadêmica e nacional;
- Propor a aprovação, no âmbito do CONSUP do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes dos Cursos Presenciais e à Distância;
- Instituir o Núcleo de Ações Inclusivas – NAI na PROEN e os Núcleos de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE nos Câmpus;
- Propor formação continuada aos servidores para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas;
- Assessorar em conjunto com NAI e os NAPNES, as Chefias de Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA), as Coordenações de Apoio Pedagógico aos Discentes e demais setores dos Câmpus nas ações de atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas;
- Elaborar e acompanhar a elaboração dos calendários acadêmicos do IFG a fim de garantir o aspecto pedagógico e o cumprimento da legislação nacional que trata da carga horária e dos dias letivos;
- Propor ações de formação continuada aos servidores didático-pedagógica;
- Acompanhar e assessorar todas as etapas dos processos regulatórios dos cursos superiores e da Instituição;
- Acompanhar e assessorar o processo de autoavaliação institucional;
- Acompanhar e colaborar para a avaliação do protocolo de compromisso referente ao processo de credenciamento institucional;
- Conduzir e acompanhar os processos seletivos para ingresso de alunos nos cursos regulares do IFG;
- Fazer a gestão dos Sistemas de Administração Acadêmicos internos e externos;
- Realizar o diagnóstico da situação acadêmica e avaliação in loco dos cursos de Demanda Aberta ofertados em parceria com a Universidade Aberta do Brasil - Educação à Distância;
- Propor melhorias no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Moodle) e suporte aos usuários dos cursos à Distância;
- Participar de reuniões, seminários e outros eventos promovidos pelo MEC e suas autarquias;

- Participar de reuniões técnicas promovidas pelos diversos setores do IFG e outras instituições;
- Participar de reuniões de trabalho agendada pela PROEN nos Câmpus;
- Participar ativamente com todos os diretores/gerente/coordenações da PROEN nas reuniões da Câmara de Ensino do CONEPEX;
- Participar ativamente de reuniões agendadas pelos Câmpus para diálogo e debate sobre as questões de desenvolvimento do ensino;
- Participar de Comissões para realização de eventos institucional e também interinstitucional;
- Atender presencialmente para esclarecimento de dúvidas do ENCCEJA;
- Orientar sobre processos e procedimentos para Colação de Grau especial;
- Orientar sobre os processos de solicitação de diplomas de graduação;
- Padronizar as assinaturas de Históricos e Livros de Registro;
- Padronizar o processo de envio dos diplomas dos Câmpus para assinatura na Reitoria;
- Proceder o recolhimento e digitalização de todas as folhas de registro de diplomas emitidos pela CRD.

Nas subseções seguintes são apresentadas as algumas ações realizadas pelos diversos setores da PROEN no ano de 2018.

Formação Continuada

Com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional dos servidores do IFG, a PROEN desenvolveu ações de formação continuada nos seguintes eixos, conforme **Erro!**

Fonte de referência não encontrada.:

- Formação integral e currículo integrado
- Uso pedagógico de tecnologias digitais
- Gestão acadêmica
- Inclusão e acessibilidade
- Educação de jovens e adultos

A definição de tais eixos vincula-se à necessidade de construção da identidade institucional a partir da formação integral e do currículo integrado e das possibilidades de materialização de princípios político-pedagógicos que caracterizam a função social do IFG. A formação de professores para atuação na educação profissional técnica e tecnológica deve se consolidar como política pública uma vez que a especificidade institucional dos Institutos traz elementos da dinâmica didático-pedagógica e política que, para muitos docentes e servidores técnico-administrativos, são desconhecidos.

As ações de formação continuada desenvolvidas pela PROEN têm possibilitado a construção de um processo sistemático e rigoroso de estudo e debate sobre a trajetória institucional do IFG. Tem, dentre outros elementos, demonstrado a complexidade de se atuar em uma instituição de ensino que, por força da sua natureza e função social, atende a mais de um nível de ensino e, ainda, a uma perspectiva metodológica específica, qual seja, o currículo integrado.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

FORMAÇÃO CONTINUADA

Formação Integral e Currículo Integrado



- II Integra
- III Integra
- II Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado
- Sala Virtual para Discussão dos Grupos de Trabalho da PROEN
- I Mostra de Estágio

Inclusão e Acessibilidade



- Palestra "Introdução às NEE" nos câmpus
- Roda de conversa: Inclusão Educacional e o papel dos NAPNEs
- I Encontro Técnico-Formativo do NAI/NAPNE
- II Seminário Goiano de Inclusão de Educação Técnica e Tecnológica e Superior Pública.
- Reuniões das CPADs com o Núcleo Pedagógico da PROEN
- Formação das Bancas de Heteroidentificação

Educação de Jovens e Adultos



- I Encontro Nacional da EJA

Uso Pedagógico de Tecnologias Digitais



- Formação para uso de Tecnologias Digitais em disciplinas presenciais e a distância
- III Colóquio de EaD do IFG
- Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados

Gestão Acadêmica



- Formação de Coordenadores de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino
- Formação sobre os novos fluxos de trabalho nas seleções dos estudantes e ferramentas de gestão de seleção
- Formação de Fiscais de Prova
- Webconferência para capacitação das CoRAEs
- Construção do curso de Formação para Coordenadores de Curso para o uso dos sistemas acadêmicos
- Formação dos Coordenadores de Cursos Superiores – ENADE/2018
- Formação dos Coordenadores de Cursos Superiores – Processo de Reconhecimento INEP/MEC

Formação Continuada realizada pelos diversos setores da PROEN/IFG no ano de 2018

Ingresso

O Centro de Seleção, subordinado a Pró-Reitoria de Ensino, é responsável pelo planejamento, coordenação e realização dos processos seletivos para o ingresso dos estudantes nos cursos Técnicos Integrados, Subsequentes e Superiores, nas diferentes modalidades de ensino oferecidas pelo IFG.

No que se refere ao ano de 2018, foram instituídas comissões para analisar e (re)formular os editais dos processos seletivos a fim de garantir aos candidatos maior compreensão e o cumprimento da Lei no atendimento das políticas de cotas nacionais.

Realizou-se ainda um procedimento alinhado com a Diretoria de Comunicação Social para a divulgação dos editais e dos processos seletivos.

Outra ação desencadeada foi a publicação dos editais dos processos seletivos no início

do 2º semestre/2018 que propiciasse a divulgação, um maior período para as inscrições e um resultado e matrícula dos alunos ainda no mês de dezembro de 2018.

No que tange à seleção de alunos, no ano de 2018 o Centro de Seleção realizou:

- 10 (dez) processos seletivos, no primeiro semestre, para ingresso nos cursos Superiores, Técnicos Integrados, Técnicos Integrados da modalidade EJA e Técnicos Subsequentes, além das seleções para preenchimento de vagas ociosas e transferências.
- 7 (sete) processos seletivos, no segundo semestre, para ingresso nos cursos Superiores, que possuem entradas semestrais, Técnicos Integrados da modalidade EJA e Técnico Subsequentes, além das seleções para preenchimento de vagas ociosas e transferências.

Observações:

- a. Para elaboração de provas dos processos seletivos que possuem provas foi realizada uma chamada pública para composição de Bancas.
- b. Os procedimentos de chamadas para matrículas foram descentralizados para os Câmpus do IFG a partir do segundo semestre letivo de 2018.
- c. O IFG passou a realizar a partir do segundo semestre de 2018, as Bancas de Heteroidentificação, que é um procedimento complementar a autodeclaração de candidatos pretos, pardos e indígenas que concorrem às vagas das cotas étnico raciais estabelecidas na Lei nº 12.711/2012.
- d. Um total de 251 candidatos foram convocados para a análise e validação de suas auto-declarações nos processos seletivos para ingresso no segundo semestre de 2018. Destas 171 foram aprovadas pelas Bancas de Heteroidentificação.
- e. Foi realizada uma formação com todos os coordenadores de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino dos Câmpus do IFG, que tratou de novos fluxos de trabalho nas seleções de estudantes, bem como um treinamento para operação da ferramenta de gestão das seleções.
- f. Foram realizados dois cursos treinamentos na modalidade EAD para em 2018 atender as demandas das seleções do IFG:
 - I. Formação de Fiscais de Prova, disponibilizados a todos os servidores e alunos do IFG que trabalham nas seleções em que são aplicadas provas, disponível no seguinte link: <http://moodle2.ifg.edu.br/course/view.php?id=867>;
 - II. Formação das Bancas de Heteroidentificação disponibilizados a todos os servidores do IFG que trabalham nas Bancas de Heteroidentificação, disponível no seguinte link: <http://moodle2.ifg.edu.br/course/view.php?id=754>;
- g. O Centro de Seleção deu suporte à PRODI em 2018, auxiliando nas atividades de planejamento, e realizando as atividades de Coordenação e Execução de dois concursos públicos para ingresso de pessoal efetivo:
 - I. Concurso para seleção de pessoal Técnico Administrativo em Educação, regido pelo Edital PRODI nº 003/2018, que selecionou 24 servidores.
 - II. Concurso para seleção de Docentes do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, regido pelo Edital PRODI nº 005/2018, que selecionou 21 docentes.

Permanência e Êxito

A permanência e êxito escolar são desafios que se colocam frequentemente na educação brasileira e atingem todos os níveis e todas as instituições de ensino. Assim, com a responsabilidade de promover uma educação de qualidade socialmente referenciada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão para contribuir no processo formativo dos alunos a fim de propiciar um sujeito mais crítico, autônomo e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, o IFG aprovou o Plano de Permanência e Êxito que se compromete com o embate aos vários fatores que contribuem para a desistência do estudante à vida acadêmica.

Nesse sentido, após a publicação do Plano de Permanência e Êxito vários Câmpus promoveram ações planejadas e articuladas no âmbito de cada Câmpus visando a elevação dos índices de permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, em todos os níveis e modalidades de sua oferta.

Pode-se observar nos relatórios² dos Câmpus e também nos dados institucionais que as ações executadas contribuíram na redução da evasão e o no êxito dos discentes no âmbito do IFG.

Revisão e Elaboração de Documentos Institucionais

No ano de 2018 a Pró-Reitoria de Ensino em ação integrada com todos os seus setores e em conjunto com a Câmara de Ensino/Conepex elaborou e atualizou os documentos abaixo listados por entender a necessidade de atualização e também da elaboração dos referidos documentos por serem de suma importância para a condução do processo ensino-aprendizagem e organização de registro acadêmico e certificação dos alunos.

- Instrução nº 01 - Estabelece procedimentos para os lançamentos, manuseio e arquivamento dos diários do IFG;
- Instrução nº 02 - Orienta o procedimento de heteroidentificação complementar a auto-declaração dos candidatos Pretos, Pardos e Indígenas nos processos seletivos para ingresso nos cursos do Instituto Federal de Goiás;
- Instrução nº 07 - Dispõe sobre a certificação de conclusão do ensino médio e a declaração parcial de proficiência, com base no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA);
- Instrução nº 08 - Normatiza o procedimento para justificativa/abono de faltas de estudantes do Instituto Federal de Goiás;
- Instrução que Orienta a tramitação dos processos referentes à criação, exclusão, suspensão e alteração de turno de oferta de curso, alteração e reformulação de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos técnicos de nível médio e superior de graduação do Instituto Federal de Goiás;
- Discussão para a elaboração/consolidação das Diretrizes Curriculares Institucionais para os Cursos de Graduação;
- Discussão para a elaboração/consolidação das Diretrizes Curriculares Institucionais para os Cursos Técnicos Integrados;
- Discussão para a elaboração das Políticas de Formação Continuada;

² Relatórios disponíveis em: <http://ifg.edu.br/documentos-ensino?showall=&start=7>

- Discussão para a elaboração das Políticas de Ingresso;
- Acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito em conjunto com o Núcleo de Ações Inclusivas (NAI), os Núcleos de Atendimento à Pessoa com Necessidade Inclusiva (NAPNES), as Chefias de Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA), as Coordenações de Apoio Pedagógico aos Discentes e demais setores dos Câmpus.

5.1.4 Resultados da Gestão

Os indicadores apresentados a seguir foram sistematizados pela Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) e Procuradoria Educacional Institucional (PEI) do IFG e analisados pela Diretoria de Políticas de Educação Básica e Superior (DEBS) da Pró-Reitoria de Ensino do IFG, seguindo a legislação vigente e tomando como base as informações constantes na Plataforma Nilo Peçanha – PNP, que foi instituída a partir da publicação da Portaria SETEC/MEC nº 01/2018, de 03/01/2018, como parte da Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE.

Diante disso, são apresentados os indicadores extraídos da PNP referentes ao ano base 2018, que foram disponibilizados no dia 15 de março de 2019. Em seguida, faz-se uma análise crítica e histórica em relação aos indicadores obtidos no ano anterior, ou seja, referentes ao ano base 2017. A descrição dos indicadores da Plataforma Nilo Peçanha está disponível no Guia de Referência Metodológica³ da PNP.

É de suma importância destacar que os dados utilizados para o cálculo desses indicadores referem-se às situações acadêmicas do ano letivo de 2018 e foram extraídos do SISTEC no dia 28/01/2019, conforme calendário de coleta, validação e publicação dos dados da PNP 2019, estabelecido pelo Ofício-Circular nº 136/2018/GAB/SETEC/SETEC-MEC.

Vale ressaltar, também, que não foram considerados os anos anteriores a 2017, uma vez que os relatórios passados eram construídos a partir dos dados extraídos diretamente do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e eram empregadas outras metodologias para o cálculo dos indicadores.

De qualquer forma, analisar os indicadores apresentados na PNP faz-se necessário em virtude da necessidade de acompanhamento da evolução institucional, uma vez que estes tratam tanto de aspecto legais como são utilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC para monitorar as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Neste sentido, inicialmente, são apresentados os indicadores de ensino relacionados à Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e que no Art. 8º determina que:

³ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1WLWTxdjNej448_VMVGsbC-wLMiT7r-9d/view

“Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.”⁴

Além disso, o Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, estabelece ainda que, no mínimo 10% das vagas da instituição devem ser disponibilizadas para os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme Art. 2º, § 1º, abaixo:

“§ 1º As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.”

Os percentuais de matrículas equivalentes do IFG em relação aos anos base 2017 e 2018 pode ser observado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** É válido observar que a legislação versa sobre o número de vagas, contudo o cálculo dos indicadores na PNP já é realizado em função do conceito de matrícula-equivalente, conforme previsto no Art. 8º, § 1º, da Lei 11.892/2008.

Conforme dito anteriormente, a SETEC/MEC ainda utiliza outros indicadores para acompanhar a Rede Federal que, para fins didáticos, foram organizados em 4 (quatro) categorias, a saber: Acadêmicos, Socioeconômicos, Gestão de Pessoas e Administrativos.

As subseções seguintes trazem um resumo desses indicadores considerando os anos bases 2017 e 2018, contudo para acesso a informações mais detalhadas, consulte o Anexo I.

Indicadores Acadêmicos

Nesta seção, são apresentados os indicadores extraídos da PNP que possibilitam uma visão geral dos números relacionados, principalmente, às questões acadêmicas como:

- Relação de Inscritos por Vagas;
- Índice de Eficiência Acadêmica;
- Índice de Retenção do Fluxo Escolar; e,
- Relação Matrículas por Professor (RAP).

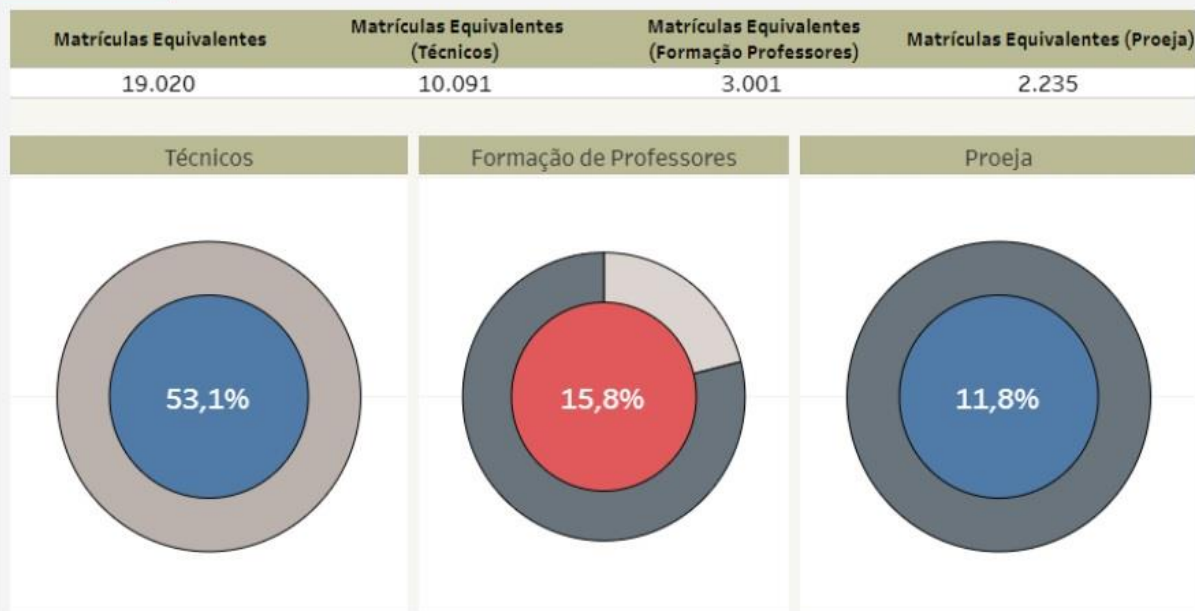
Vale destacar que, apesar de previstos no Acórdão TCU nº 2.267/2005, os indicadores “Relação Ingressos/Alunos” e “Relação Concluintes/Alunos” não são calculados pela PNP, portanto não puderam ser apresentados.

No **Erro! Fonte de referência não encontrada.** são apresentados os indicadores acadêmicos do IFG considerando os anos base 2017 e 2018.

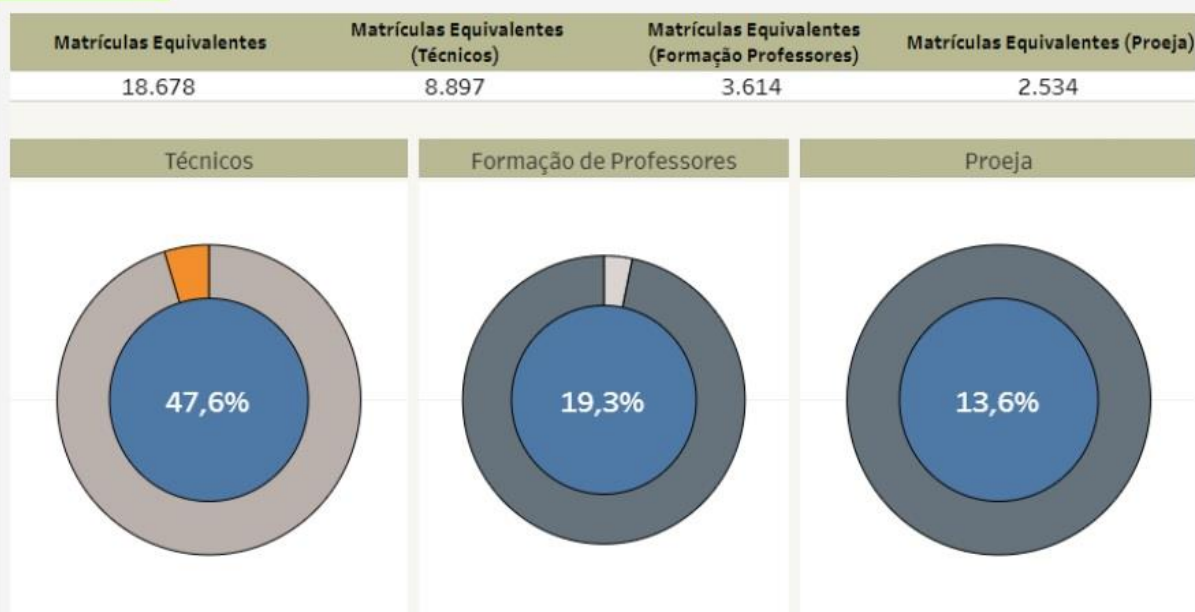
⁴ Assim, 50% das vagas da instituição devem ser para os cursos técnicos e 20% para os cursos de formação de professores.

ATENDIMENTO AOS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA LEI 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008

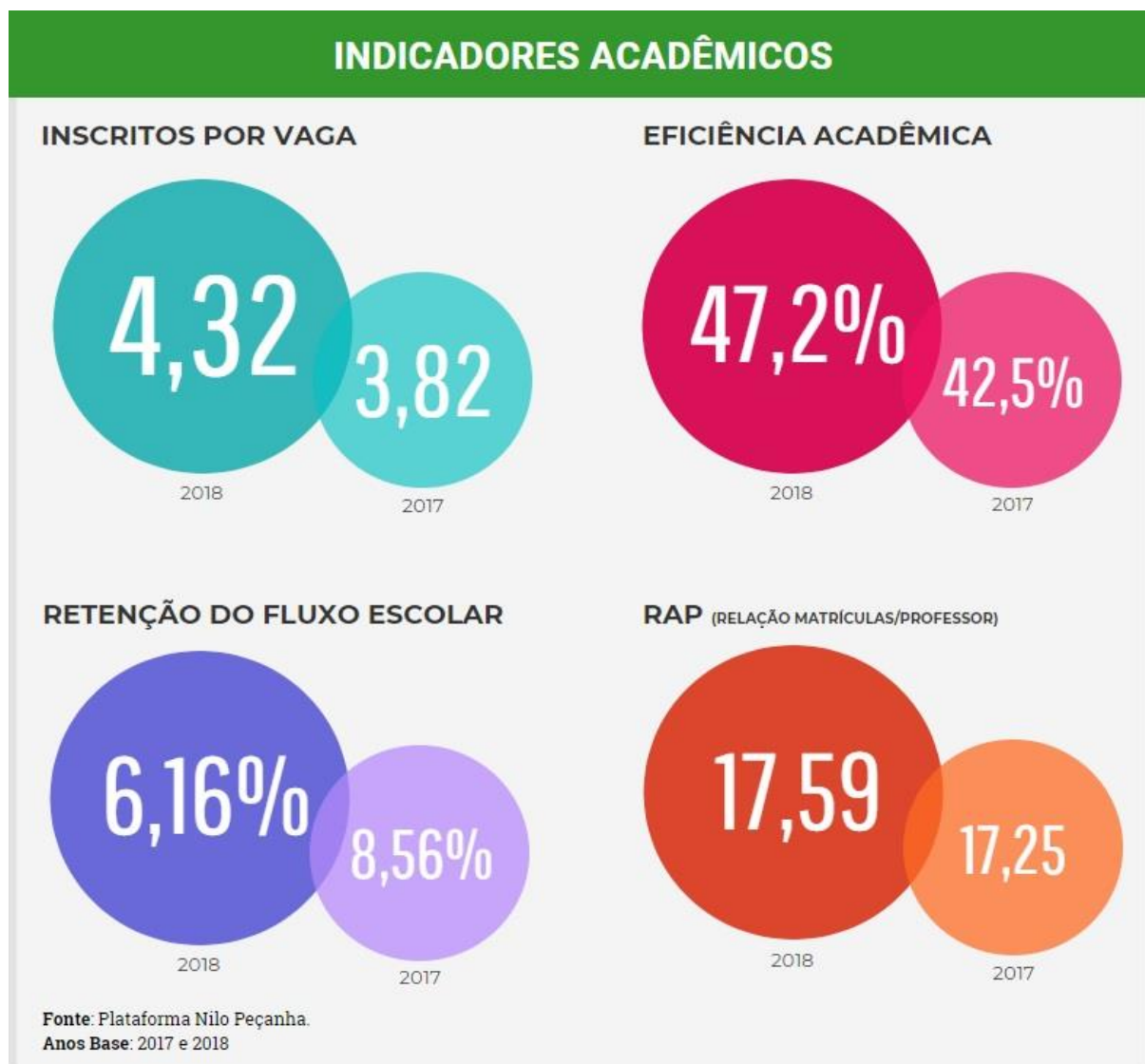
2017



2018



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.
Anos Base: 2017 e 2018



Relação Inscritos por Vaga

O número de inscritos por vaga indica o quantitativo de pessoas que buscam estudar na instituição em relação à vaga disponível. O crescimento desse quantitativo de inscritos por vaga oferecida pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) sinaliza o aumento da procura pelas diferentes modalidades e níveis de educação oferecidos pela instituição, que vai da educação básica até a pós-graduação, sendo essa uma característica diferencial do IFG. A consolidação de uma consistente política de divulgação por parte da Comunicação Social do IFG e dos Câmpus foi fundamental para garantir o crescimento no quantitativo de inscritos por vaga, assim como uma otimização nos prazos previstos nos editais de seleção e de parcerias com outras instituições Públicas de ensino do Estado de Goiás, como o Instituto Federal Goiano, a Universidade Estadual de Goiás e a Universidade Federal de Goiás, com o projeto “Estude em Goiás”. Outros fatores que justificam esse crescimento são as políticas de incentivo ao estudante como assistência estudantil, bolsas para desenvolvimento de projetos

de extensão e pesquisa, implantação de políticas de acessibilidade e criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Índice de Eficiência Acadêmica

O índice de eficiência acadêmica avalia a capacidade da instituição de atingir os resultados previstos em termos de estudantes certificados ou com potencial de certificação, em relação à quantidade total de matrículas, ao se considerar um determinado número de matrículas. O aumento do referido índice no ano de 2018 no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) está associado às políticas de incentivo ao estudante, como assistência estudantil, implantação de políticas de acessibilidade e criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, resultando na queda das taxas de evasão e aumentando as conclusões de componentes curriculares no prazo.

Atualizações nos regulamentos acadêmicos foram realizadas a fim de flexibilizarem os itinerários formativos previstos nos projetos pedagógicos dos cursos e assim aumentarem os índices de eficiência acadêmica, como a construção da Resolução CONSUP/IFG de nº 31, de 02 de outubro de 2017 que aprova as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura do IFG, para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica e a construção da Instrução Normativa IN/PROEN nº 04, 21 de dezembro de 2018, que regula os procedimentos da Resolução CONSUP/IFG nº 033, de 02/10/2017, para inclusão de até 20% de carga horária de atividades não presenciais nos cursos presenciais do IFG. Com a referida instrução os cursos poderão oferecer componentes curriculares na modalidade à distância, flexibilizando o espaço e tempo na condução das atividades pedagógicas, fazendo com que o discente possa experimentar diferentes metodologias pedagógicas para a conclusão do curso.

Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Os dados sobre a retenção do fluxo escolar evidenciam como a questão da retenção escolar vem sendo debatida e enfrentada pelo Instituto Federal de Goiás. Tais dados apresentam uma radiografia sobre avanços alcançados nos anos de 2017 e 2018. A retenção do fluxo escolar expõe as porcentagens de estudantes que não concluíram o curso dentro do tempo previsto. Os discentes que não concluíram o curso dentro do ciclo previsto e que se encontram matriculados em alguma unidade curricular, estão em situação de retenção. Cabe destacar que os casos em que os estudantes concluíram todas as unidades curriculares, mas que não podem receber certificação por não terem concluído componentes curriculares como, estágio, atividades complementares e etc., não fazem parte da categoria retenção do fluxo escolar e sim da categoria integralizados em fase escolar.

A análise dos dados apresentados evidencia a redução na taxa de retenção na totalidade dos cursos. Tal avanço se deve aos profundos e constantes debates sobre a construção de

uma política de acompanhamento dos discentes visando à permanência e ao êxito. Iniciados em 2016, os estudos sobre permanência e êxito propuseram um conjunto de ações que vêm sendo implementadas pelos Câmpus e pela Pró-Reitoria de Ensino. Dentre essas, podemos destacar:

1. Implantação da política de acessibilidade;
2. Constituição do Núcleo de Ações Inclusivas (NAI), na reitoria e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), nos Câmpus;
3. Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), com foco na reformulação dos itinerários formativos, tornando-os mais atrativos e flexíveis, no sentido de se repensar os tempos e espaços formativos e no acompanhamento dos estudantes,
4. Fortalecimento das Coordenações de Apoio Pedagógico aos Discentes (CAPDs), no sentido de que este setor se consolide como um espaço que se dedica a pensar e implementar ações que visam o processo ensino-aprendizagem e sua eficácia.

Relação Matrículas por Professor (RAP)

A Relação Aluno por Professor (RAP) é um indicador que relaciona a quantidade matrículas equivalentes e a quantidade de docentes efetivos ativos ponderados pelo tipo de regime de trabalho. A grosso modo, este indicador analisa a quantidade de aluno por professor. Segundos dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), pode-se constatar aumento na RAP de 2017 para 2018. Tal avanço se deve às inúmeras medidas adotadas pelos Câmpus em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, como:

1. Implantação e o aprofundamento de políticas de acompanhamento dos discentes;
2. Constituição do Núcleo de Ações Inclusivas (NAI) e Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs);
3. Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) visando à construção de itinerários formativos mais flexíveis e atrativos para o público-alvo;
4. Repensar os tempos e espaços de formação;
5. Otimização dos prazos previstos nos editais de seleção e sua ampla divulgação pela Comunicação Social;
6. Parcerias com outras instituições públicas de ensino no Estado de Goiás como o Instituto Federal Goiano, a Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás;
7. Criação de políticas de regularização de vida acadêmica de discentes que tiveram a matrícula cancelada por não cumprimento dos prazos, como por exemplo, a Portaria nº 1670 de 11/07/2018 que autoriza, excepcionalmente, a matrícula dos estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação, ingressantes a partir do ano de 2004, que perderam o

vínculo com a Instituição, para concluírem o curso de origem, até o final do primeiro semestre letivo de 2020 e a Portaria nº 1671 que trata do tempo máximo de integralização dos cursos técnicos e superiores de graduação do IFG, a contar da data de ingresso no curso.

As ações citadas foram fundamentais para que os índices da RAP pudessem aumentar.

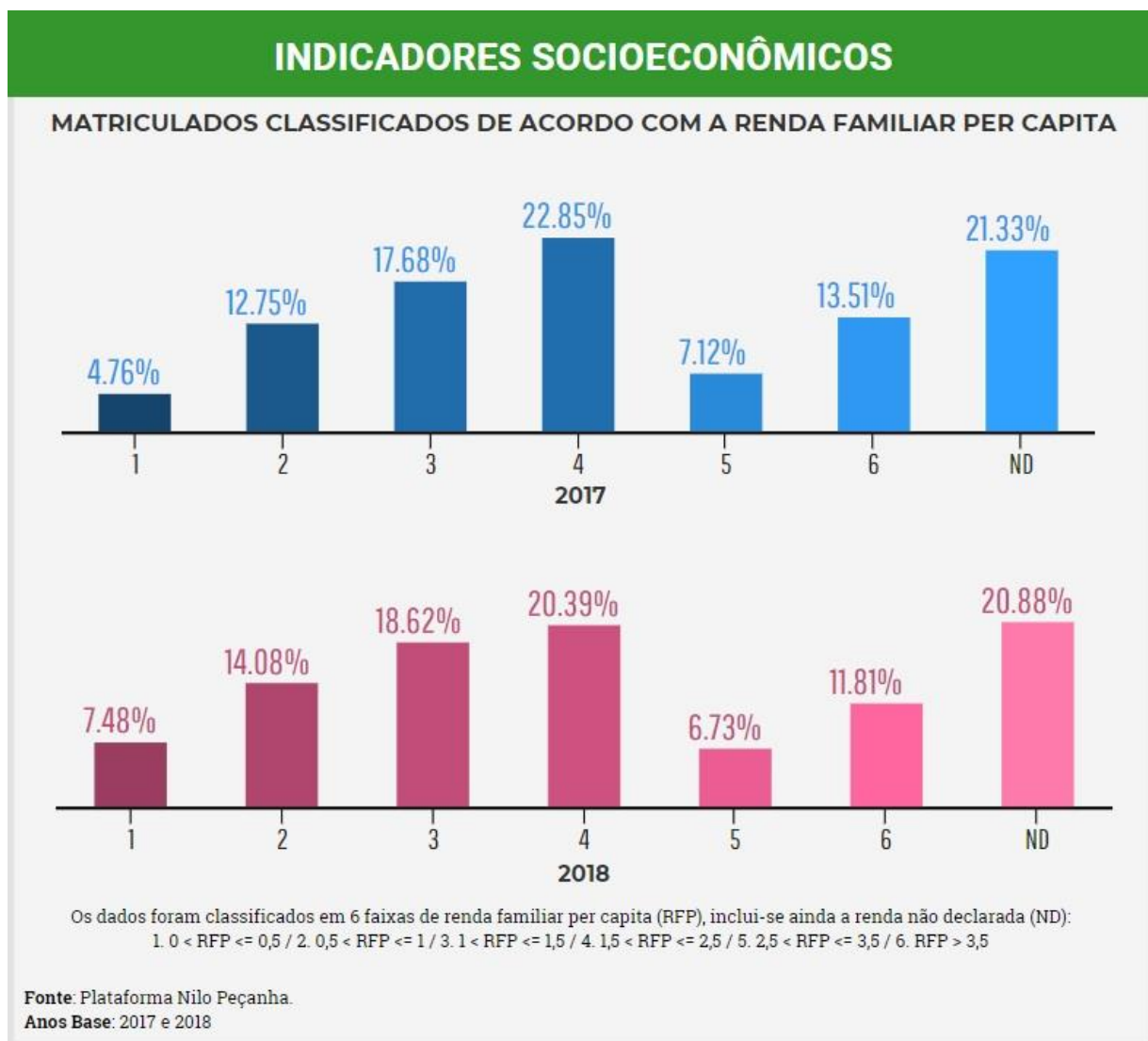
Indicadores socioeconômicos

Os indicadores socioeconômicos disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha seguem os registros do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). Os dados foram classificados em 6 (seis) faixas de Renda Familiar Per Capita (RFP) considerando os itens conforme descrição:

- 1 - RFP menor ou igual a meio salário mínimo;
- 2 - RFP maior que meio salário mínimo, e menor ou igual a 1 salário mínimo;
- 3 - RFP maior que 1 salário mínimo, e menor ou igual a 1,5 salário mínimo;
- 4 - RFP maior que 1,5 salário mínimo, e menor ou igual a 2,5 salários mínimos;
- 5 - RFP maior que 2,5 salários mínimos, e menor ou igual a 3,5 salários mínimos;
- 6 - RFP maior que 3,5 salários mínimos.

Como pode ser visto no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os dados referentes aos indicadores socioeconômicos dos alunos matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) nos anos de 2017 e 2018, indicam um aumento nas porcentagens dos itens 1, 2 e 3, e uma diminuição nas porcentagens dos itens 4, 5 e 6, consolidando cada vez mais o papel do IFG quanto ao aspecto da inclusão social, que tem sido garantido, principalmente, por meio das cotas estabelecidas nos processos seletivos.

Contudo, fato de que os alunos matriculados no IFG se inscrevem em faixas de renda familiar mais elevadas pode ser relacionado, também, com outros indicadores como de eficiência acadêmica e diminuição da retenção do fluxo escolar uma vez que supõe-se que tais estudantes têm condições materiais e concretas de se dedicarem integralmente aos estudos e ao êxito escolar.



Indicadores Administrativos e de Gestão de Pessoas

No **Erro! Fonte de referência não encontrada.** abaixo são apresentados o indicador administrativo e o de gestão de pessoas, esses indicadores foram agrupados apenas por uma questão de organização deste relatório.

O indicador administrativo expressa os gastos correntes por matrícula no IFG, considerando o número de matrículas equivalentes e os gastos totais da instituição com pessoal, investimento e outros custeios. Como pode ser observado, considerando os aspectos inflacionários, não houve alteração significativa nessa variável.

O indicador de gestão de pessoa é o Índice de Titulação do Corpo Docente - ITCD, que visa servir de parâmetro para o cumprimento da meta de elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente do sistema de educação brasileiro, conforme Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Apesar de o valor permanecer inalterado de um ano para o outro, nos dados extraídos da PNP pode ser observado um aumento no número de docentes doutores e mestres no IFG no ano de 2018.

ADMINISTRATIVOS

GASTOS CORRENTES POR MATRÍCULA



GESTÃO DE PESSOAS

ITCD (ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.
Anos Base: 2017 e 2018

5.1.5 Execução Orçamentária

A Pró-Reitoria de Ensino destina parte de seu recurso orçamentário para o pagamento de diárias aos servidores que participam de atividades externas ao seu Câmpus e que necessitam de longo deslocamento e/ou estadia. Tais atividades contribuem com a formação continuada dos servidores, fortalecem o caráter democrático das discussões das políticas de ensino no âmbito do IFG, aprimoram a atuação dos gestores nos Câmpus, criam pontes relacionais com outras instituições, etc.

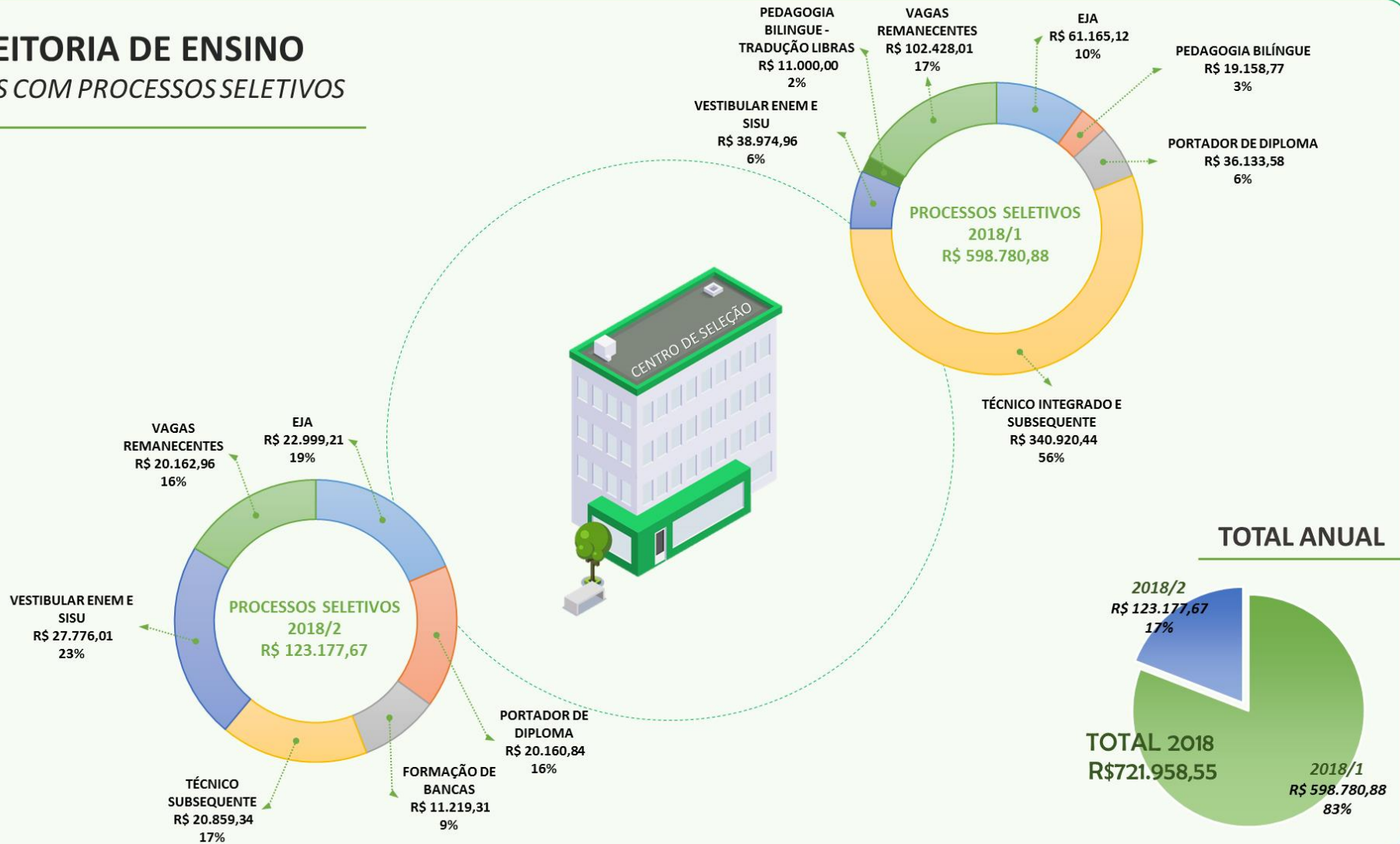
Podemos observar no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** que os maiores gastos com diárias se concentram nos meses em que a Pró-Reitoria de Ensino promoveu os eventos II Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado, II Integra e IV Integra. Tais eventos foram de suma importância para a instituição, pois promoveram discussões importantes para o avanço das políticas de ensino e das práticas pedagógicas, pois reuniram representantes de toda a comunidade acadêmica e também servidores convidados de outras instituições que possuem comprovada experiência prática.



Além disso, uma parte considerável do orçamento da Pró-Reitoria de Ensino é destinada aos Processos Seletivos Discentes realizados no decorrer do ano.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DESPESAS COM PROCESSOS SELETIVOS



5.1.6 Conclusões - Ensino

Em 2018 foi um ano em que a PROEN se voltou, prioritariamente, para várias ações na melhoria do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes.

Pode-se observar que a Instituição teve uma redução significativa na taxa de evasão, que caiu de 23,3% em 2017 para 19,5% em 2018, uma queda que ocorreu em função das ações desenvolvidas para a permanência e êxito dos alunos e combate à evasão. Esse dado demonstra, também, que a melhoria da eficiência institucional passa pela reorganização do Programa Permanência e Êxito – PEE. Os gestores do ensino do IFG definiram no planejamento para o ano de 2019 que o PPE deverá ser reestruturado, definindo ações e metas quantitativas específicas, de acordo com cada curso ou modalidade para otimizar a permanência e o êxito dos discentes.

Desta forma, observando os índices institucionais, foi proposto um redirecionamento do Programa Permanência e Êxito. A primeira fase do redirecionamento será a revisão de estratégias e ações e a definição de um Plano Plurianual 2020-2022, esta etapa de alinhamento, que deverá ser concluída até outubro/2019, será realizada pelos coordenadores de curso para garantir uma adequação ao nível, forma de organização e modalidade dos cursos.

Além disso, foram pensadas outras ações para impactar positivamente na permanência e no êxito e que estão previstas para 2019 são: formulação das diretrizes e da organização curricular tanto dos cursos técnicos integrados ao ensino médio como dos cursos de graduação a fim de garantir maior articulação e alinhamento com o perfil do egresso de cada curso que poderá propiciar um maior interesse do aluno na continuidade dos estudos.

Destaca, também, o aumento do número de vagas ofertadas e o número de candidatos, que indicam, de um modo geral, que os cursos ofertados pela instituição têm tido uma boa procura pela sociedade.

No entanto, considerando que o dado é uma média de todos os cursos e que alguns têm alta procura, preocupa o fato de que alguns cursos ofertados não terem conseguido formar turma com o número mínimo de vagas preenchidas.

Nesse sentido, para compreender melhor a relação do número de vagas e o número de candidatos no preenchimento das turmas, está previsto que em 2019 (meta aprovada no Congresso Institucional na elaboração do Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional) cada Câmpus deverá elaborar um Plano de Ofertas de Cursos e Vagas a partir de estudo aprofundado da região e da infraestrutura para ratificar a oferta e/ou extinção dos cursos nos Câmpus.

Outro destaque em 2018 foi a Relação Matrículas por Professor (RAP). Conforme a Plataforma Nilo Peçanha, a RAP do IFG foi de 17,59, já considerando as especificidades dos níveis e organização dos cursos, o que indica que a Instituição está próxima ao índice ideal de 20/1.

Cabe ressaltar que ainda há cursos em implantação, conseqüentemente alguns docentes, durante esse processo, podem ficar com a carga-horária em sala de aula razoavelmente reduzida. Contudo com o passar do tempo, com a integralização desses cursos, há uma expectativa de crescimento da relação matrícula/professor.

Por último, mas não menos importante, enfatiza-se o crescimento no IGC (Índice Geral e Cursos) do IFG, que passou de 2,59 para 2,81, demonstrando o compromisso da instituição com a melhoria na qualidade da oferta da educação superior. Contudo, é importante salientar que o IGC divulgado em 2018 se refere ao ano de 2017, portanto há uma expectativa de que o IGC relativo ao ano de 2018, que será divulgado no segundo semestre de 2019, seja ainda maior.

5.2 Resultados na área de pós-graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) é responsável pela gestão das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A PROPPG é a instância responsável também por gerir as políticas relativas às bibliotecas, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG. Para isso, a PROPPG é constituída de duas diretorias e quatro coordenações: Diretoria de Pesquisa e Inovação; Diretoria de Pós-Graduação; Coordenação Executiva; Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica; Coordenação da Editora IFG; e Coordenação-Geral de Bibliotecas. Na abaixo é apresentada a estrutura organizacional da PROPPG.

5.2.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (PIBICTI/IFG)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (PIBICTI/IFG) é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e tecnológico e a iniciação à pesquisa de estudantes do Ensino Técnico e Superior do IFG.

O PIBICTI/IFG possui cinco grupos distintos nos quais os estudantes de Iniciação Científica e Tecnológica e Inovação poderão ser inseridos:

I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), destinado a estudantes de cursos superiores do IFG;

II. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), destinado a estudantes de cursos superiores do IFG;

III. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), destinado a estudantes de cursos superiores do IFG;

IV. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), destinado a estudantes de cursos técnicos de nível médio;

V. Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), destinado a estudantes voluntários de cursos técnicos e superiores.

Em 2018, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica disponibilizou um total de 224 bolsas, sendo distribuídas conforme quantitativo demonstrado na tabela.

Número de bolsas por Programa de Iniciação Científica e Tecnológica 2018/19

Programa	Número de bolsas			Vigência
	CNPq	IFG	Total	
PIBIC	23	10	33	ago/18 a jul/19
PIBIC-Af	02	06	08	ago/18 a jul/19
PIBITI	07	33	40	ago/18 a jul/19
PIBIC-EM	43	00	143	ago/18 a jul/19
Total	175	49	224	--

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** seguinte é apresentada a evolução do número de bolsas financiadas com orçamento do próprio IFG **Erro! Indicador não definido.** no Programa de Iniciação científica e Tecnológica do IFG desde a sua implantação em 2007.

Evolução do número de bolsas por Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG

Programa	Ano											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIBIC	25	25	28	36	35	23	23	19	18	15	10	10
PIBIC-Af	--	--	--	--	--	10	10	03	06	06	06	06
PIBITI	--	01	--	--	--	07	07	27	25	30	33	33
Total	25	26	28	36	35	40	40	49	49	51	49	49

*Até 2011, com exceção de 2008, não havia distinção entre as bolsas PIBIC e PIBITI pagas com recursos próprios do IFG. **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Abaixo é apresentada a evolução do número de bolsas disponibilizadas pelo CNPq para o Programa de Iniciação científica e Tecnológica do IFG desde a implantação do programa em 2007.

Evolução do número de bolsas disponibilizadas pelo CNPq para o PIBICTI / IFG

Programa	Ano											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIBIC	15	15	15	15	15	15	17	18	18	23	23	23
PIBIC-Af	--	--	--	05	05	05	05	02	02	02	02	02
PIBITI	05	08	08	08	08	10	10	09	09	08	08	07
PIBITI-FUNTTTEL ⁵	0	0	0	0	0	0	04	04	0	0	0	0
PIBIC-EM	0	0	0	100	100	125	130	130	130	130	130	143
Total	20	23	23	128	128	155	166	163	159	163	163	175

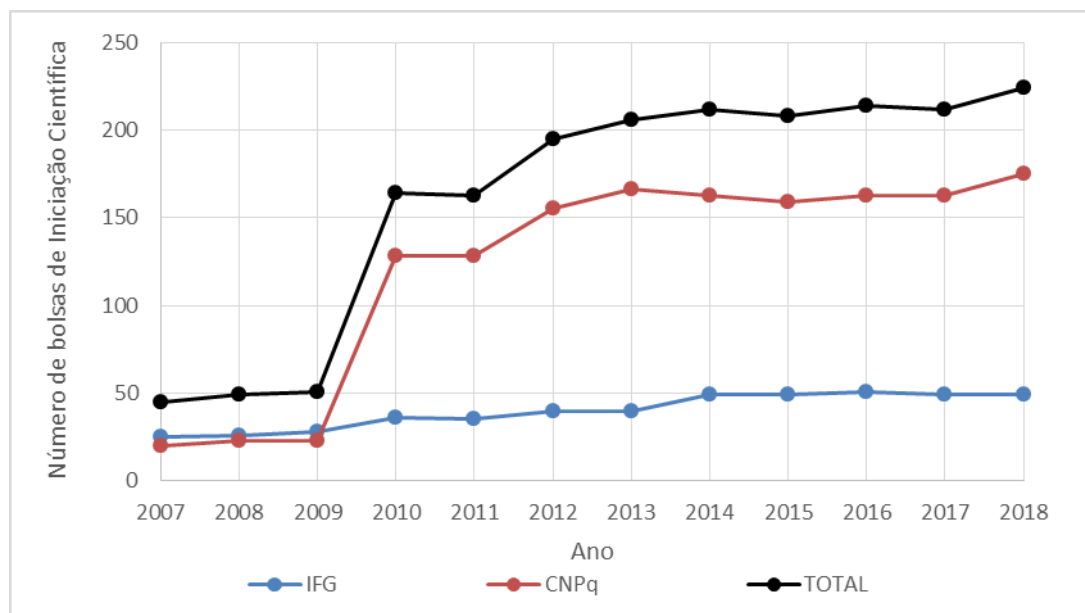
⁵ A parceria CNPq/FUNTTTEL possibilitou a disponibilização de cota extra de bolsa somente nos anos 2013/14 e 2014/15

Na figura mostrada a evolução do quantitativo de bolsas de iniciação científica dentro do PIBICTI / IFG por instituição financiadora (IFG e CNPq). Nota-se que na implantação do programa em 2007 até 2009, os quantitativos de bolsas financiadas pelo IFG e pelo CNPq eram semelhantes. No ano de 2010 houve um incremento considerável no quantitativo de bolsas ofertadas pelo CNPq com a implantação de 100 bolsas na modalidade PIBIC-EM. O CNPq manteve uma política de aumento gradual do seu quantitativo de bolsas atingindo o máximo no ano de 2013. Desde então o número de bolsas ofertadas pelo CNPq no PIBICTI / IFG se manteve em torno de 163 bolsas até 2017, voltando a crescer em 2018, atingindo o montante de 175 bolsas.

O quantitativo de bolsas ofertadas com recursos do próprio IFG foi sendo incrementado de modo gradual desde a implantação do programa até 2014, quando atingiu a quantidade de 49 bolsas. Desde então esse número tem se mantido estável.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG para o período de 2019 a 2023 prevê que o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica deve ter o quantitativo de bolsas ampliados a partir de 2019, articulando-se inclusive com outras fontes de fomento à pesquisa, como prevê a meta 12 do PDI.

Evolução do número de bolsas de iniciação científica por instituição responsável pelo financiamento



5.2.2 Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores - PIQS/IFG

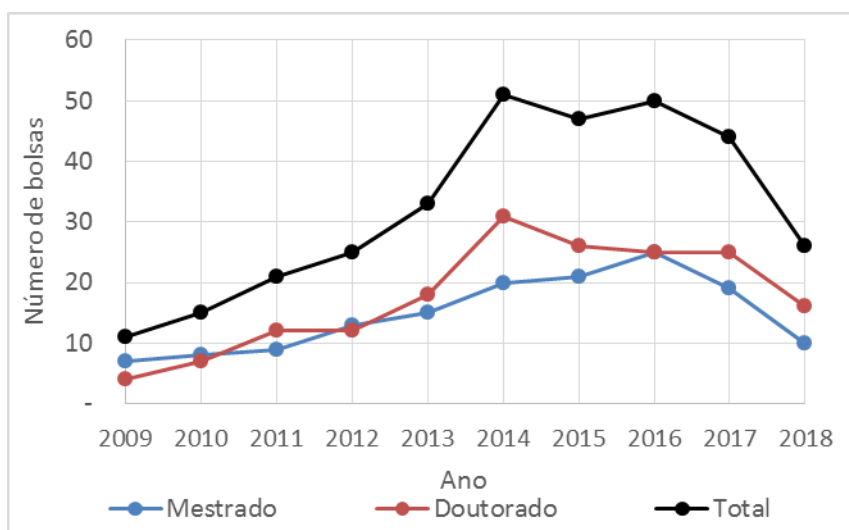
O Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG), criado em 2008, tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação stricto sensu, dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

No ano de 2018 a Diretoria de Pós-Graduação acompanhou 27 servidores, sendo 16 estudantes de doutorado e 11 estudantes de mestrado, que foram selecionados em anos anteriores, pois em 2018, não houve lançamento de edital.

Considerando os pagamentos das parcelas das bolsas PIQS dos 27 servidores, o montante total investido em 2018 foi R\$ 225.000,00.

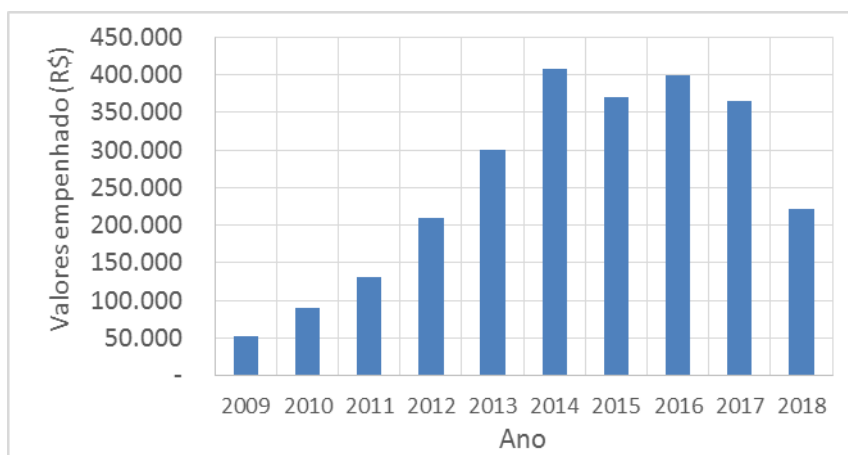
Abaixo é mostrado o número de bolsas disponibilizadas por meio do programa PIQS entre 2008 e 2018. É possível observar que a quantidade de bolsas foi crescente até atingir o máximo no ano de 2014, mantendo-se praticamente estável até 2016. Desde então nota-se uma redução da quantidade de bolsas ofertadas.

Número de bolsas ofertados por meio do programa PIQS entre 2009 e 2018



É possível observar os valores empenhados no programa PIQS entre o ano de 2009 e 2018. Nota-se que os máximos valores empenhados foram da ordem de R\$400.000,00 nos anos de 2014 e 2016. O valor empenhado no ano de 2018 é da mesma ordem do ano de 2012.

Valores empenhado por ano no programa PIQS desde sua implantação em 2009 até 2018



5.2.3 Programa Institucional de Bolsas de Qualificação Para Alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFG - PIQ-Aluno

O Programa Institucional de Bolsas de Qualificação Para Alunos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFG - PIQ-Aluno, criado em 2014, tem como objetivo apoiar a formação de recursos humanos qualificados em nível de pós-graduação e fortalecer os programas de pós-graduação do IFG com a concessão de bolsas a alunos de mestrado e de doutorado.

Em 2016 foi realizado, por meio do Edital N° 008/2016-PROPPG, de 17 de março de 2016, o primeiro processo de seleção dos candidatos à bolsa do PIQ-Aluno. Em 2018, foi realizado o processo de seleção de estudantes bolsistas para esse programa, por meio do Edital n° 015/2018-PROPPG, de 23 de agosto de 2018, tendo sido disponibilizadas 2 bolsas para cada um dos três PPGSS do IFG, quais sejam, Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática (MPECM); Mestrado Profissional em Tecnologias em Processos Sustentáveis (MPTPS) e Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Em 2018, somando os valores referentes as quatro cotas de bolsas remanescentes Edital n.013 /2017-ProPPG, o IFG investiu um montante total de R\$ 75.600,00 no Piq-Aluno.

Recursos aplicados e número de estudantes atendidos em 2017 e 2018 no programa PIQ-Aluno

Ano	Valor empenhado (R\$)	Estudantes atendidos
2017	74.250,00	08
2018	75.600,00	10

5.2.4 Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT)

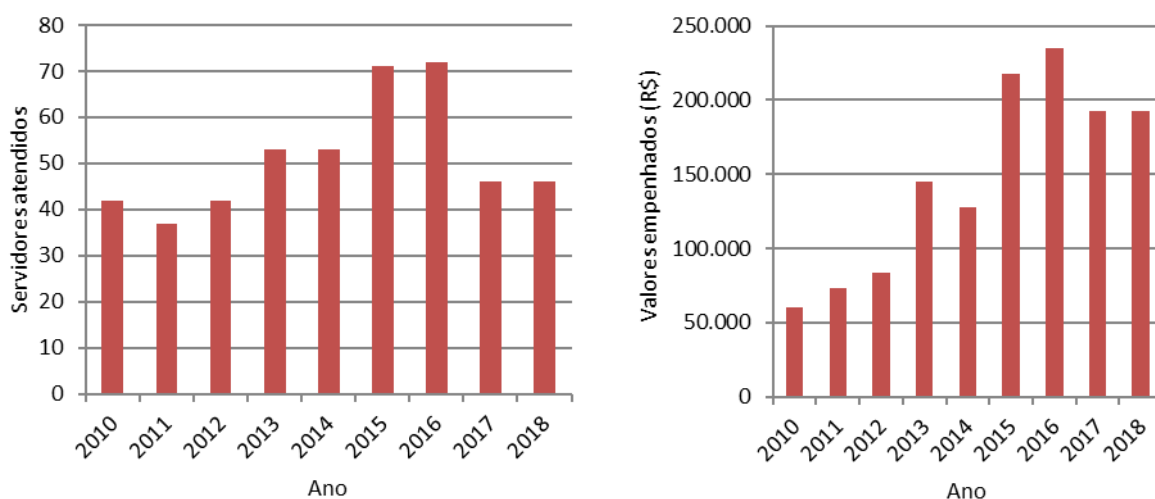
O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT), aprovado pela Resolução IFG n° 37 de 22 de novembro de 2010, tem como objetivo: promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científi-

cos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

Em 2018, foi concedido auxílio financeiro para 46 servidores, docentes e técnico-administrativos, participarem em eventos científicos e tecnológicos realizados no Brasil e no exterior, o que totalizou um investimento no valor de R\$ 192.855,44.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** é apresentado o número de servidores atendidos e os valores empenhados no programa institucional de incentivo à participação em eventos científicos e tecnológicos por ano, desde 2010 até o ano de 2018.

Número de servidores atendidos e valores empenhados no programa PIPECT por ano



5.2.5 Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG para Apresentarem Trabalho em Eventos Científicos e Tecnológicos (PAECT)

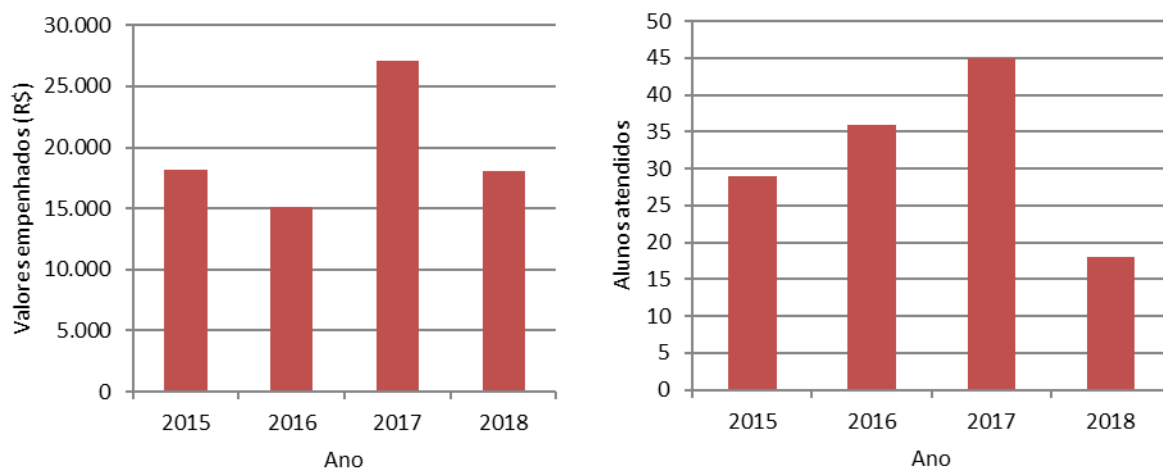
A exemplo do Programa PIPECT, a partir de agosto de 2015 o IFG passou a fomentar a participação de estudantes em eventos, por meio do Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG Apresentarem Trabalhos em Eventos Científicos e Tecnológicos (PAECT). Até então, somente os alunos vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica tinham acesso a um auxílio, limitado ao valor de uma bolsa PIBIC, para apresentar trabalhos em eventos.

O PAECT concede auxílio financeiro limitado a R\$ 800,00. A PROPPG concede auxílio para os alunos vinculados ao Programa de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação, bolsistas e voluntários, e aos de pós-graduação. Os demais alunos da instituição têm acesso a este programa, solicitando o auxílio às Gerências de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX) dos câmpus.

Em 2018, a PROPPG concedeu auxílio financeiro para 24 estudantes apresentarem os resultados de suas pesquisas em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, por meio

do Programa PAECT, totalizando o montante de R\$ 18.011,00. A seguir, são mostrados o valores empenhados e o número de alunos atendidos no PAECT desde 2015 até 2018.

Valores empenhados e número de alunos atendidos no programa PAECT desde 2015



5.2.6 Programa Institucional de Incentivo à Tradução para Língua Estrangeira e Publicação de Artigos de Servidores do IFG (PIPART)

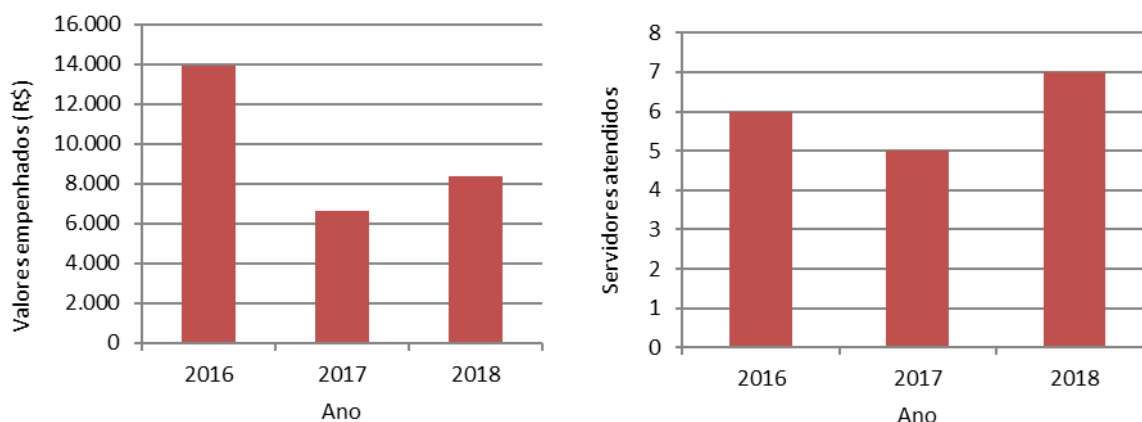
O Programa Institucional de Incentivo à Tradução para Língua Estrangeira e Publicação de Artigos de Servidores do IFG (PIPART), aprovado pela Resolução N° 059, de 17 de novembro de 2014, do Conselho Superior, tem como objetivo incentivar a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do IFG, o incremento quantitativo e qualitativo das pesquisas científicas e tecnológicas desenvolvidas no IFG. Tem como objetivo também incrementar a produtividade dos docentes dos programas de pós-graduação stricto sensu do IFG. Este incremento poderá propiciar a melhora na avaliação dos programas pela CAPES e, até mesmo, a abertura de novos cursos de pós-graduação.

Este Programa concede um auxílio financeiro, depositado na conta corrente do servidor, para custear despesas para tradução de artigo para língua estrangeira e para o pagamento de taxas para publicação em periódicos.

Em 2018, foi concedido auxílio financeiro para 07 servidores publicarem seus artigos em periódicos, o que totalizou um investimento no valor de R\$ 8.350,38.

São apresentados os valores empenhados e o número de servidores atendidos no programa PIPART de 2016 a 2018.

Valores empenhados e número de servidores atendidos no PIPART desde 2016 até 2018



5.2.7 Atuação na Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

Em 2018 o IFG ofertou 9 cursos de pós-graduação, sendo 6 lato sensu e 3 stricto sensu. Na tabela abaixo é apresentada a relação dos cursos de pós-graduação lato sensu, com número de vagas e matrículas.

Cursos de pós-graduação lato sensu ofertados em 2018

CÂMPUS	CURSO	Vagas	Estudantes ⁶
Goiânia	Matemática	30	19
	Gestão e Serviços de Hospitalidade	30	26
	Telecomunicações-Prédios Inteligentes	30	22
	Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica	30	52
Itumbiara	Fontes Renováveis de Energia	30	19
Senador Canedo ⁷	Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica-EAD	200	200
Total		350	338

Nota-se que em 2018 foram ofertadas 30 vagas para pós-graduação lato sensu e foi atingido um total de 338 matrículas nessa modalidade de curso.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** é mostrada a relação de cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados em 2018, com número de vagas ofertadas e quantidade de estudantes matriculados.

Cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados em 2018

CÂMPUS	CURSO	Vagas	Estudantes ⁸
Anápolis	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	22	42
Goiânia	Mestrado Profissional em Tecnologia em Processos Sustentáveis	26	62
Jataí	Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática	25	57
Total		73	161

⁶ Informação retirada do sistema visão

⁷ Com polos nos câmpus Aparecida de Goiânia, Formosa, Goiânia Oeste, Inhumas, Jataí, Luziânia e Senador Canedo)

⁸ Informação retirada do sistema visão

Observa-se que em 2018 foram ofertadas 73 vagas na pós-graduação stricto sensu, com 161 estudantes matriculados.

5.2.8 Acompanhamento de servidores afastados para Pós-Graduação Stricto Sensu

Em 2018, um total de 130 servidores estiveram afastados do exercício de seus cargos efetivos, com a respectiva remuneração, para cursar mestrado ou doutorado, sendo 106 docentes e 24 técnicos-administrativos. Abaixo é mostrado a quantidade de servidores afastados para pós-graduação stricto sensu por Câmpus. Em 2018, 54 servidores, que já estiveram afastados para cursar PPGSS, finalizaram seus respectivos cursos, sendo 46 docentes e 8 Técnicos-administrativos.

Servidores afastados para pós-graduação stricto sensu por Câmpus

Águas Lindas	Anápolis	Aparecida de Goiânia	Cidade de Goiás	Formosa	Goiânia Oeste	Goiânia	Inhumas	Itumbiara	Jataí	Luziânia	Uruaçu	Senador Canedo	Valparaíso	Reitoria
3	9	6	3	10	6	33	7	11	12	8	9	6	3	4

5.2.9 Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás

O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás (SIB/IFG) foi criado por meio da Resolução nº 05 de 26 de março de 2013. É vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFG, organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de otimizar serviços e adotar padrões unificados de funcionamento das bibliotecas, visando oferecer suporte bibliográfico às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O SIB/IFG é constituído por 14 bibliotecas que utilizam o software SophiA9. Para atender sua finalidade, as bibliotecas do IFG mantêm diversas atividades e serviços conforme apresentados abaixo.

Atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG desde 2015 até 2018

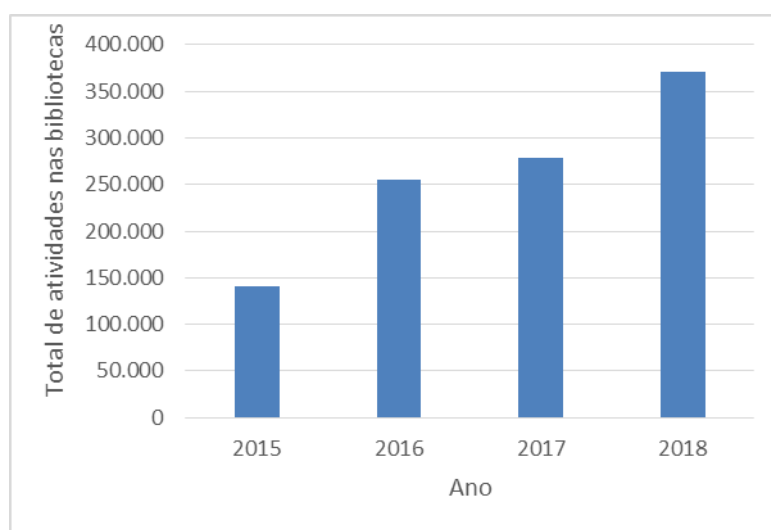
Descrição das atividades	2015	2016	2017	2018
Aviso no Terminal Web	10	19	17	51
Consulta Terminal Web	67.362	100.351	91.749	98.090
Consulta ao Sophia Mobile			10.855	20.398
Elaboração de ficha catalográfica	196	418	214	364
Exemplares tombados		10.788	12.634	10.292
Empréstimo domiciliar de livros	68.299	84.863	82.958	108.505
Empréstimo domiciliar multimeios (CDs, DVDs)	302	381	495	583
Empréstimo de chave		19.991	17.526	29.686
Empréstimo entre bibliotecas (EEB)	76	99	317	181
Empréstimo local (livros)		129	7.943	211
Empréstimo local (CDs, DVDs)		0	0	0
Empréstimo por hora		132	347	82
Levantamento Bibliográfico	1.729	639	719	1.555
Normalização de trabalhos acadêmicos (orientação)	27	25	49	157
Orientação/treinamento ao uso do Portal de Periódicos Capes	79	132	198	339
Renovação de empréstimo via Gerenciador		8.823	6.481	8.486

⁹ Sítio do Terminal Web (SophiA) para os/as usuários/as terem acesso ao acervo do SIB/IFG: https://biblioteca.ifg.edu.br/sophia_web/

Renovação de empréstimo via web		27.499	34.179	44.665
Sugestão de Aquisição	58	94	195	406
Treinamento de usuário (ReDi IFG)				19
Treinamento de Usuário (Sophia)		1.455	1.255	1.582
Treinamento de usuário (outros)	2.238			507
Uso da Sala de Informática (Frequência)			10.194	44.693
TOTAL GERAL		140.376	255.838	278.325

Na figura pode-se observar que os serviços demandados nas bibliotecas tem apresentado um crescimento contínuo ao longo dos últimos anos.

Total de serviços/atividades realizadas nas bibliotecas do IFG desde 2015 até 2018



5.2.10 Editora IFG

A Editora concluiu a editoração e publicou em 2018:

- o segundo e o terceiro volumes da revista Tecnia, números 1 e 2;
- a obra Pesquisa sobre professores na Região Centro-Oeste: dimensões teóricas e metodológicas, em formato *e-book*, e acompanhou o lançamento na Uniube/MG, em evento promovido pela Redecentro;

Em formação: cadernos de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG – Destaques 2016/2017

Relação da produção editorial da Editora IFG em 2018

OBRAS	AUTORIA
Revista Tecnia – vol 2, n. 1 e n. 2; Vol. 3, n. 1	IFG - Coletiva
Pesquisa sobre professores na Região Centro-Oeste: dimensões teóricas e metodológicas	Ruth Catarina C. R. de Souza Solange Martins O. Magalhães Vanderleida R. Freitas e Queiroz
Em.formação: cadernos de Iniciação Científica e Tecnológica do IFG – Destaques 2016/2017	IFG - Coletiva

5.2.11 Proteção da Propriedade Intelectual

Em 2018, o Cite realizou o depósito de nove propriedades intelectuais, sendo três patentes de invenção e seis registros de software, contando atualmente com 38 (trinta e oito) registros no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Relação de patentes de propriedades intelectuais junto ao INPI em 2018

Nº	Nome	Categoria	Data	Número do pedido
1	Bancada de simulação solar com distribuição uniforme de irradiância para testes de eficiência energética em painéis fotovoltaicos	Patente	07/03/2018	1020180045059
2	Processador de resíduos orgânicos domésticos com função de triturar, compactar e drenar	Patente	12/03/2018	1020180048252
3	Aplicativo para análise de relação em ambiente social	Software	16/03/2018	5120180003303
4	Sistema online para controle de Práticas de Ensino	Software	16/03/2018	5120180003311
5	Framework para implantação e melhoria de centrais de serviços de tecnologia da informação	Patente	16/08/2018	1020180167189
6	Software para análise de risco de investimento do biogás proveniente da vinhaça de agroindústrias sucroenergéticas para a geração de energia elétrica	Software	05/09/2018	5120180515797
7	Software para análise de viabilidade econômica de alternativas tecnológicas para o desenvolvimento energético de biogás gerado por aterros sanitários	Software	12/09/2018	5120180516351
8	Luziânia no Ponto: Sistema de Informação Geográfica para auxílio à população usuária de transporte público na cidade de Luziânia-GO	Software	14/09/2018	5120180516700
9	SIG Denúncia: Sistema de Informação Geográfico Web de Participação Popular na Administração Pública	Software	14/09/2018	5120180516726

5.2.12 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente e interdisciplinar. O CEP/IFG foi aprovado e obteve registro junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNA), no mês de outubro de 2016.

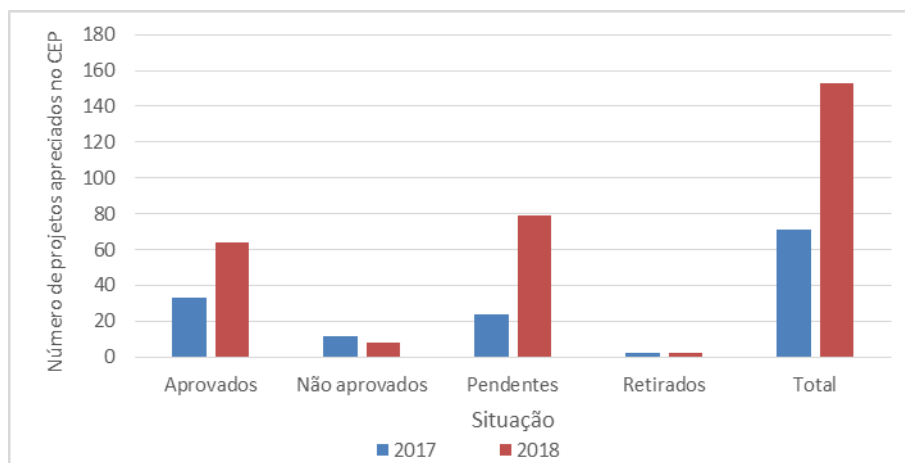
O CEP/IFG é composto por 12 membros titulares, incluindo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, de ambos os sexos, nomeados por meio de ato do Reitor, a partir da indicação do Colégio de Dirigentes. Além disso, há um membro representante dos usuários, indicado pelo Conselho Estadual de Saúde, conforme previsto pela CONEP.

Observa-se um crescimento significativos de número de projetos de um ano para o outro.

Quantidade de projetos apreciados pelo CEP nos anos de 2017 e 2018

Grupo	SITUAÇÃO – NÚMERO DE PROJETOS										TOTAL	
	Aprovados		Não aprovados		Pendentes		Retirados		À critério do CEP		2017	2018
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018		
I	2	1	0	0	3	1	0	0	0	0	5	2
II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
III	31	63	12	8	21	78	2	2	0	0	66	151
TOTAL	33	64	12	8	24	79	2	2	0	0	71	153

Total de projetos de pesquisas submetidos ao CEP e situação nos anos de 2017 e 2018



5.3 Resultados na área de extensão

A Pró-reitora de Extensão (PROEX) é responsável pela proposição, planejamento, fomento, execução, coordenação e condução das políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais e ao setor produtivo. É responsável ainda pela gestão dos programas governamentais intrínsecos à área e das políticas de estágios, egressos, assistencial estudantil e eventos institucionais.

A estrutura organizacional da PROEX conta com duas diretorias, a saber: Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas e Diretoria de Ações Sociais.

5.3.1 Diretoria De Ações Profissionais e Tecnológicas

A Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas (DAPT) é constituída por duas coordenações: a Coordenação de Estágio e Trabalho e a Coordenação de Convênios.

De acordo com o Planejamento Estratégico 2018, dentro da estrutura da Pró-Reitoria de Extensão, a DAPT ficou responsável pela execução e acompanhamento dos seguintes objetivos estratégicos finalísticos:

- Consolidar o processo de Acompanhamento de Egressos;
- Ampliar a Integração do IFG com o Mundo do Trabalho;
- Garantir o cadastramento dos Cursos do IFG aos seus respectivos Conselhos Profissionais, quando exigido;
- Acompanhamento do processo de trabalho do estágio no IFG;
- Articular ações que reforcem continuamente as parcerias interinstitucionais, estreitando relações com as comunidades nas quais estão inseridos os Câmpus e a Reitoria;
- Promover ações profissionais e tecnológicas articuladas com o ensino e

a pesquisa;

- Articular e induzir políticas para o fomento e desenvolvimento de ações profissionais e tecnológicas;
- Promover e apoiar eventos de cunho tecnológico e profissional.

As atividades realizadas com o intuito de alcançar os objetivos planejados, os resultados alcançados, bem como expectativas para os próximos exercícios e ajustes necessários, estão abaixo descritas.

1. Consolidar o processo de Acompanhamento de Egressos

Resultados alcançados:

1.1. Aumento da proporção de egressos que participam da pesquisa

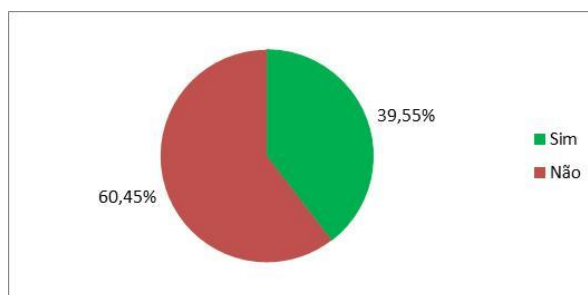
Evolução do número de respostas completas da pesquisa de acompanhamento de egressos do IFG.



1.2. Divulgação dos Resultados da Pesquisa de Egresso 2017

Dentre os indicadores levantados, os mais relevantes para uma avaliação institucional geral foram analisados e estão reportados a seguir, principalmente, em forma de tabelas e gráficos.

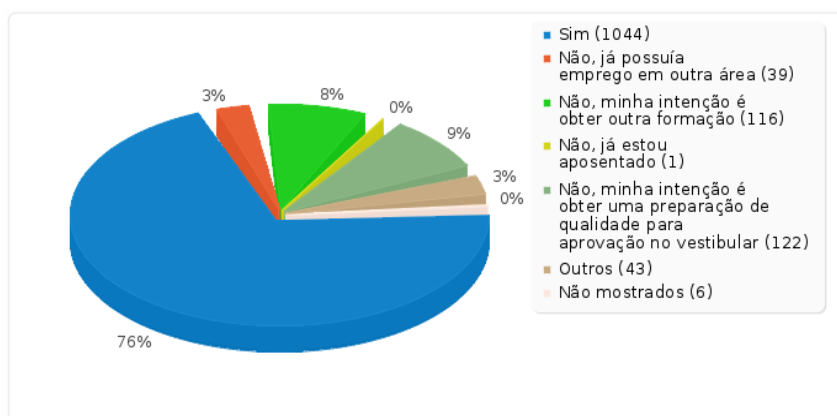
Atuação profissional na área de formação do curso no IFG.



Atuação profissional na área de formação do curso no IFG por tipo de formação.

	Trabalhavam na área no período da pesquisa	Já trabalhavam na área do curso
Geral	39,24%	19,81%
Tecnólogos	53,24%	27,32%
Bacharéis	56,76%	33,33%
Licenciados	48,67%	21,33%
Técnico subsequente	60,17%	32,20%
Técnico integrado ao ensino médio	17,74%	4,99%
Técnico integrado ao ensino médio EJA	28,57%	21,43%

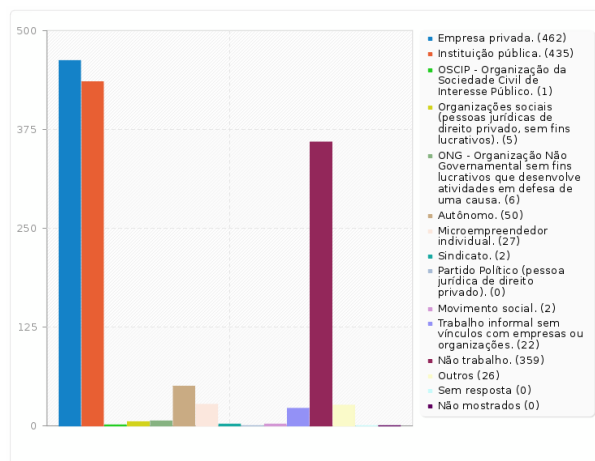
Intenção de trabalhar na área o curso



Principais razões apontadas pelos egressos que trabalham fora da área de conhecimento do curso

Resposta	Porcentagem
Baixa oferta de vagas na área do seu curso na sua região	30.41%
Falta de perspectiva de carreira	13.73%
Mercado de trabalho saturado	8.99%
Melhor oportunidade em outra área ou atuação	22.84%
Priorizou a atuação em um empreendimento próprio ou familiar	4.97%
Continuei na área em que já atuava	12.54%
Outros	17.16%

Tipo de Instituição/empresa onde você trabalha



Pode-se avaliar a qualidade desta pesquisa por meio da comparação destes dados com outros externos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD sobre Educação e Qualificação Profissional de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indica em seu levantamento que 52,6% das pessoas que concluíram o curso superior de tecnologia trabalhavam na área do curso concluído.

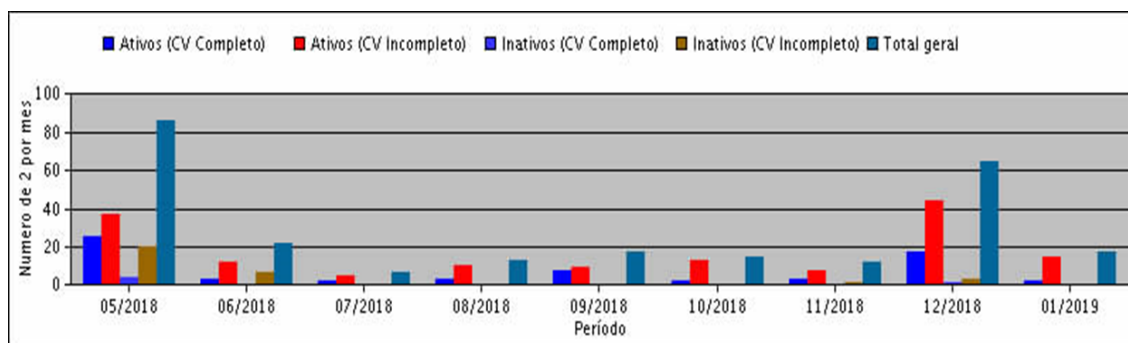
Outra estratégia da Política de acompanhamento de egressos foi a criação do Portal do Egresso e Mundo do Trabalho, lançado durante o II Encontro do Mundo do Trabalho, organizado pela Pró-Reitoria de Extensão, e realizado no início do mês de maio de 2018, em comemoração ao mês do trabalhador.

O portal, cujo endereço eletrônico é ifg.trabalhando.com, é o ambiente on-line de interação entre os egressos, o IFG e as forças produtivas. Esta ferramenta disponibiliza oportunidades de trabalho e estágio aos estudantes e ex-alunos do IFG e possibilita a geração de dados complementares aos indicadores institucionais para a avaliação da inserção dos egressos no mundo do trabalho.

1.3. Aumento da proporção de usuários cadastrados no Portal do Emprego e Estágio

O link para o referido portal foi disponibilizado no aplicativo IFG Mobile dos estudantes para aumentar o número usuários, além disso, foi inserida uma questão no formulário da Pesquisa de Egressos para induzir o cadastramento dos participantes no Portal. A figura a seguir, apresenta a evolução do número de egressos e discentes cadastrados no Portal.

Evolução mensal do número de egressos e discentes do IFG cadastrados no portal.



Ativos (CV Completo): Usuários com CV completo, que se encontra ativos e estão logados no portal; **Ativos (CV Incompleto):** Usuários com CV incompleto, que se encontra ativos e estão logados no portal; **Total ativos:** Total de usuários ativos e que estão logados no portal (soma de CV completos e CV incompletos); **Inativos (CV Completo):** Usuários que saíram do portal, com CV completo e que alguma vez se logaram; **Inativos (CV Incompleto):** Usuários que saíram do portal, com CV incompleto e que alguma vez se logaram; **Total geral:** Soma de usuários ativos e inativos.

2. Ampliar a Integração do IFG com o Mundo do Trabalho

Resultados alcançados:

Anualmente, são realizados eventos sobre o mundo do trabalho para criar um momento de problematização dos resultados da pesquisa de acompanhamento de egressos à luz do Mundo do Trabalho e da ação institucional. O II Encontro do Mundo do Trabalho foi realizado no dia 04/05/2018, no Câmpus Goiânia e contou com a participação de todos os comitês gestores de acompanhamento de egressos, além de coordenadores acadêmicos, chefes de departamento e representantes das GEPEX de cada câmpus.

Notícia apresentada no site do IFG, sobre o II Encontro do Mundo do Trabalho



INSTITUTO FEDERAL
Goiás
Câmpus
Goiânia

EXTENSÃO

II Encontro do Mundo do Trabalho será realizado na próxima semana

Criado: Sexta, 27 de Abril de 2018, 09h07 | Última atualização em Sexta, 27 de Abril de 2018, 12h13

[Tweeetár](#) [Compartilhar](#)

Evento ocorrerá no Câmpus Goiânia, ocasião em que será lançado o Portal do Egresso e Mundo do Trabalho



A segunda edição do Encontro do Mundo do Trabalho, a ser realizada dia 4 de maio, às 10 horas, será aberta ao público. Estudantes e servidores podem participar das atividades, cuja programação é voltada para todos no período da manhã, com o lançamento do Portal do Egresso e Mundo do Trabalho e o início das atividades dos Comitês de Acompanhamento de Egressos. As inscrições podem ser feitas na [página de gestão de eventos da Instituição](#).

No período da tarde, as atividades serão voltadas, principalmente, para a equipe da Pró-reitoria de Extensão (Proex), os gerentes de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão dos câmpus, coordenadores de Interação Escola-Empresa (Cosiee) e chefes de departamentos e coordenadores acadêmicos, "mas caso alguém se interesse também poderá participar", afirma o coordenador de Estágio e Trabalho da Pró-reitoria de Extensão (Proex), Fabiano Paiva Vieira. Haverá certificação para os participantes, mas além da inscrição, será necessário assinar a lista de presença nos dois períodos - matutino e noturno - para obter o certificado.

A primeira parte da programação, segundo Fabiano, é mais ampla e à tarde será feito um diagnóstico das ações internas, "uma efetiva discussão com todos os participantes", com relatos de experiências. A ideia é que os encaminhamentos sejam levados para debates no próximo Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão (Simpeex) do IFG, assim como foi feito na primeira edição do evento, realizada ano passado. "Nós queremos levar ao Simpeex uma discussão mais ampla e específica e a partir do Simpósio traçarmos as ações para trabalharmos ao longo do ano", finaliza Fabiano.

Documentos
Institucionais
Banco de Notícias

A INSTITUIÇÃO ▾

CÂMPUS ▾

ENSINO ▾

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ▾

EXTENSÃO ▾

3. Garantir o cadastramento dos Cursos do IFG aos seus respectivos Conselhos Profissionais, quando exigido

Resultados alcançados:

Em 2018 a Pro Reitoria de Extensão realizou o acompanhamento do cadastro dos cursos do IFG nos seus respectivos conselhos profissionais. Para 2019, planeja-se construir uma orientação normativa para o cadastramento dos cursos do IFG nos seus respectivos conselhos profissionais.

4. Acompanhamento do processo de trabalho do estágio no IFG;

Resultados alcançados:

ESTÁGIOS INICIADOS EM 2018

Durante o ano de 2018, 1311 estudantes iniciaram estágio curricular obrigatório e não obrigatório. Abaixo, a relação por Câmpus:

Estágio iniciado em 2018

CÂMPUS	Nº DE ESTÁGIOS INICIADOS EM 2018 (Visão e Q-acadêmico em 15-02-18)	Vagas ofertadas por edital interno	Vagas ofertadas por edital interno preenchidas
Águas Lindas	184	0	0
Anápolis	62	32	18
Aparecida de Goiânia	89	19	17
Cidade de Goiás	69	22	19
Formosa	86	37	35
Goiânia	329	181	80
Goiânia Oeste	129	0	0
Inhumas	37	24	22**
Itumbiara	62	37	33
Jataí	159	100	68
Luziânia	198	43	43
Senador Canedo	37	15	13
Uruaçu	100	30	20
Valparaíso	32	18	15
TOTAL	1311	552	284

Fonte: Informações fornecidas pelos Câmpus¹ no período de janeiro a fevereiro e obtidas pelo Sistema Visão² em 15/02/19.

Edital Simplificado para Seleção de Estagiários

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) utiliza editais simplificados para seleção de estagiários para oferecer, dentro dos princípios da administração pública, vagas de estágio curricular obrigatório aos seus estudantes dentro das dependências da Instituição. Os Câmpus do IFG têm autonomia para definir o número de vagas de estágio obrigatório não remunerado e com bolsa, porém o valor desta última segue um padrão institucional estabelecido de forma proporcional à carga-horária de atividades. A publicação, divulgação dos editais, bem como os procedimentos neles previstos, inscrições dos candidatos, recebimento dos documentos e processo de seleção, são de responsabilidade dos Câmpus e executados pelas Gerências de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, por meio de suas respectivas Coordenações do Serviço de Interação Escola-Empresa. Em 2018 foram ofertadas pelo IFG 552 vagas de estágio curricular obrigatório remunerado sendo preenchidas 284 vagas.

Em 2018 também foram iniciados estágios não obrigatórios, conforme demonstrado pela Tabela 4.

Estágio não obrigatório iniciados em 2018

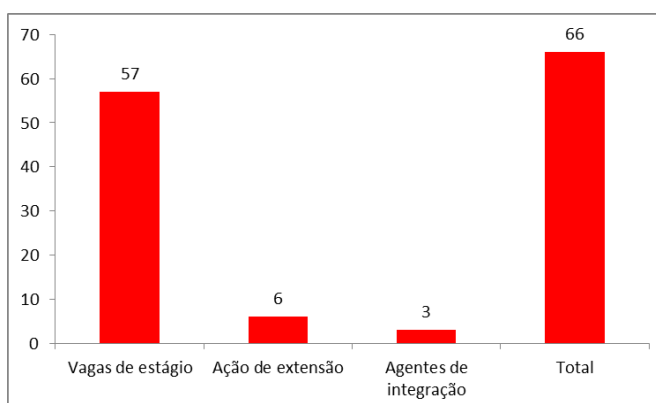
CÂMPUS	Nº DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS INICIADOS EM 2018
Águas Lindas	0
Anápolis	24*
Aparecida de Goiânia	51
Cidade de Goiás	0
Formosa	46
Goiânia	358
Goiânia Oeste	49
Inhumas	10*
Itumbiara	25
Jataí	42
Luziânia	9
Senador Canedo	1
Uruaçu	10
Valparaíso	10
TOTAL	632

5. Articular ações que reforcem continuamente as parcerias interinstitucionais, estreitando relações com as comunidades nas quais estão inseridos os Câmpus e a Reitoria.

Resultados alcançados:

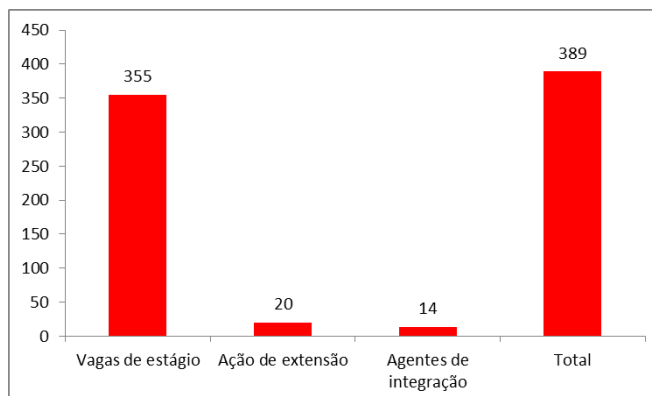
No ano de 2018 foram formalizadas 66 novas parcerias, conforme apresentado:

Novas parcerias formalizadas em 2018



Assim, o IFG inicia 2019 com 389 parcerias vigentes, apresentadas a seguir, por tipo de objeto:

Parcerias vigentes em janeiro 2019, por tipo de objeto



A Coordenação de Convênios também monitora o prazo de vigência das parcerias celebradas e atualiza, mensalmente no site do IFG, a relação de parceiros institucionais (<http://www.ifg.edu.br/pro-reitorias/extensao/convenios-e-parcerias-interinstitucionais>). Com a previsão de execução e encerramento do Projeto de IFG Digital para o ano de 2019, os trâmites dos processos ficarão mais céleres e com as informações mais detalhadas para a formalização do instrumento jurídico.

Para 2019, estão sendo planejadas ações estratégicas que envolvem reuniões periódicas aos Câmpus e visitas aos parceiros institucionais, sendo parte de um projeto da Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas.

6. Promover ações profissionais e tecnológicas articuladas com o ensino e a pesquisa

Atividades previstas para 2019:

- Avaliação do planejamento anual das demais Pró-Reitorias a fim de identificar as ações com potencial de integração;
- Realização de reuniões de avaliação do Planejamento Anual a fim de alinhar as ações e criar estratégias de articulação.

7. Articular e induzir políticas para o fomento e desenvolvimento de ações profissionais e tecnológicas

Resultados alcançados:

- Apoio à realização de projetos e atividades de extensão com foco nas ações profissionais e tecnológicas de interesse institucional.
- Elaboração de regulamentos e orientações normativas para viabilizar o desenvolvimento de ações profissionais e tecnológicas.

Os seguintes projetos e regulamentos foram iniciados ou continuados no IFG, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Setores de Extensão nos Câmpus:

a) Projeto Sanear Cidades – IFG/FUNASA - O Projeto Sanear Cidades é fruto do Termo de Execução Descentralizada nº 17/2014, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), que visa capacitar agentes municipais e assessorar tecnicamente a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios selecionados pela Funasa, com população abaixo de 50.000 habitantes do Estado de Goiás.

De acordo com o Cronograma físico de execução de atividades, foram realizados em 2018:

- Encontros de Planejamento;
- Elaboração e Publicação do Edital de Auxiliares e Estagiários;
- Seleção das Equipes de Auxiliares e Estagiários;
- Reuniões de Avaliação do entre a Funasa e o IFG;
- Readequação do Produto A (Decreto de Formação dos Comitês de Coordenação e Execução);
- Elaboração dos Produtos B, C e J pelos Municípios e IFG:
- Produtos B – Planos de Mobilização Social;
- Produtos C – Diagnósticos Técnico-Participativos;
- Produtos J – Relatórios mensais de atividades pelos Municípios.

Do material enviado, os produtos relativos a 24 (vinte e quatro) municípios foram avaliados pela Funasa.

b) Regulamentações

1. Elaboração da minuta de Resolução das Empresas Juniores no âmbito do IFG: em análise para aprovação no Conselho Superior (CONSUP).
2. Criação de um Grupo de Trabalho (GT) dentro da Câmara de Extensão, como responsável pela discussão e elaboração da minuta de Prestação de Serviços no âmbito do IFG.

8. Promover e apoiar eventos de cunho tecnológico e profissional.

Resultados alcançados:

Realização anual de encontro de egressos nos seguintes Câmpus do IFG: Águas Lindas, Jataí e Goiânia.

Atividades previstas para 2019:

- Indução da realização de evento que apresente os cursos, projetos, produtos e serviços desenvolvidos nos Câmpus, com mostra das principais concedentes de estágio e emprego aos estudantes e egressos do IFG, como parte da Semana de Ciência e Tecnologia (SECITEC);
- Convidar agentes de integração, empresas e demais instituições conveniadas com o IFG para participar dos eventos de cunho tecnológico e profissional.

5.3.2 Diretoria de Ações Sociais

A Diretoria de Ações Sociais (DAS) é constituída por três coordenações: a Coordenação de Extensão, Coordenação de Assistência Estudantil e Coordenação de Eventos.

De acordo com o Planejamento Estratégico 2018, dentro da Estrutura da Pró- Reitoria de Extensão, a DAS ficou responsável pela execução e acompanhamento dos seguintes objetivos estratégicos finalísticos:

- Implantar o módulo de Assistência Estudantil no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), gerir os programas da Assistência Estudantil, bem como a concessão dos auxílios financeiros da Política de Assistência Estudantil; Realizar o II Seminário de Assistência Estudantil; Gerir e fiscalizar o Seguro Estudantil.
- Aperfeiçoar os mecanismos de gestão de processo e acompanhamento no desenvolvimento das Ações de Extensão.
- Consolidar a organização e a gestão dos eventos institucionais no sentido do fortalecimento das políticas do IFG.

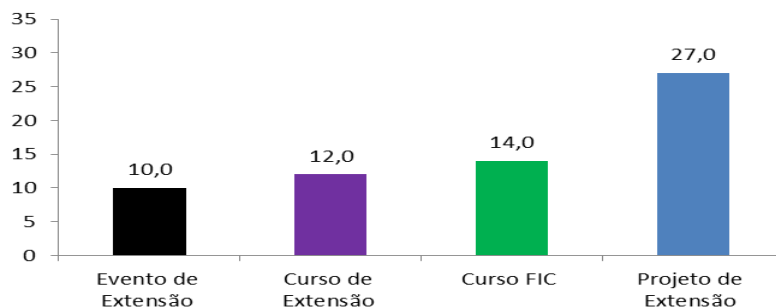
A seguir, serão descritas as atividades realizadas para o cumprimento dos objetivos planejados, os resultados alcançados, bem como expectativas para os próximos exercícios e ajustes necessários.

1. Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e do processo e acompanhamento no desenvolvimento das Ações de Extensão

Resultados alcançados:

Aumento do número de Ações de Extensão cadastradas na Proex em 2018.

Ações de Extensão cadastradas na Proex em 2018



Fonte: Proex, 2018.

Aumento do número de Ações de Extensão submetidas no Edital 004/2018/PROEX/IFG.

Número de Ações de Extensão submetidas por Câmpus

CÂMPUS	Propostas Submetidas	Aprovadas	Contempladas com Recurso
Águas lindas	04	04	03
Anápolis	11	09	05
Aparecida de Goiânia	03	03	01
Cidade de Goiás	11	11	04
Formosa	01	01	01
Goiânia centro	06	06	01
Goiânia Oeste	02	02	01
Inhumas	04	04	03
Itumbiara	04	04	01
Jataí	09	09	07
Luziânia	12	10	06
Senador Canedo	02	02	01
Uruaçu	05	05	01
Valparaíso	05	02	02
TOTAL	79	72	37

Fonte: Proex, 2018.

Outras informações sobre o monitoramento das Ações de Extensão em 2018

DESCRIÇÃO DO DADO	TOTAIS
1. Número de certidões de conclusão emitidas	71
2. Número de relatórios de finalização avaliados	71
3. Total de estudantes bolsistas e voluntários vinculados às Ações com apoio de recurso	294
4. Total de colaboradores vinculados às Ações com apoio de recurso	202
5. Total de Cursos FIC ofertados	38
6. Total de horas ofertadas em cursos FIC	5478h
7. Total de matrículas em Cursos FIC	506

2. Implantar o módulo de Assistência Estudantil no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), gerir os programas da Assistência Estudantil, bem como a concessão dos auxílios financeiros da Política de Assistência Estudantil; realizar o II Seminário de Assistência Estudantil; gerir e fiscalizar o Seguro Estudantil.

Resultados alcançados:

- Implantação do módulo de Assistência Estudantil no Suap, permitindo a melhoria do acompanhamento e gerenciamento da Política de Assistência Estudantil do IFG;
- Realização de treinamento com as equipes das Coordenações de Assistência Estudantil para que conhecessem as funcionalidades do módulo de Assistência Estudantil;
- Melhoria dos critérios de distribuição e do acompanhamento da execução dos Auxílios Estudantis por programas e por Câmpus.

Execução do Programa Alimentação

PROGRAMA	VALOR TOTAL
Câmpus sem Restaurante	1.515.240,00
Câmpus com Restaurante	2.346.102,00
TOTAL	3.861.342,00

Fonte: Proad, 2018.

Execução do Programa Permanência EJA

PROGRAMA	VALOR TOTAL
Permanência EJA	1.054.080,00

Fonte: Proad, 2018.

Execução do Edital (Programa Alimentação, Transporte e Permanência)

CÂMPUS	QUANTIDADE	VALOR PARCELA
Águas lindas	50	6.000,00
Anápolis	210	25.200,00
Aparecida de Goiânia	135	1.6200,00
Cidade de Goiás	59	7.080,00

Formosa	199	23.880,00
Goiânia centro	1011	121.320,00
Goiânia Oeste	43	5.160,00
Inhumas	138	16.560,00
Itumbiara	157	18.840,00
Jataí	228	27.360,00
Luziânia	179	21.480,00
Senador Canedo	32	3.840,00
Uruaçu	185	22.200,00
Valparaíso	39	4.680,00
TOTAL	2665	319.800,00

Fonte: Proad, 2018.

Execução do Programa Moradia

CÂMPUS	QUANTIDADE	VALOR PARCELA
Cidade de Goiás	30	6.750,00
Jataí	30	6.750,00
TOTAL	60	13.500,00

Fonte: Proad, 2018.

Implantação de novos programas da Política de Assistência Estudantil mediante demanda apresentada pelos Câmpus.

Implantação e execução do Programa Filho com Deficiência

CÂMPUS	QUANTIDADE	VALOR PARCELA
Águas Lindas	1	240,00
Formosa	1	240,00
Goiânia Centro	3	720,00
Inhumas	1	240,00
Itumbiara	1	240,00
TOTAL	7	1.680,00

Fonte: Proad, 2018.

Implantação e execução do Programa Apoio Didático Pedagógico

CÂMPUS	QUANTIDADE	VALOR
Águas lindas	16	1.200,00
Anápolis	10	750,00
Aparecida de Goiânia	15	1.125,00
Cidade de Goiás	10	750,00
Formosa	10	750,00
Goiânia centro	63	4.725,00
Goiânia Oeste	16	1.200,00
Inhumas	7	525,00
Itumbiara	10	750,00
Jataí	20	1.500,00
Luziânia	10	750,00
Senador Canedo	6	450,00
Uruaçu	15	1.125,00
Valparaíso	10	750,00
TOTAL	218	16.350,00

Fonte: Proad, 2018.

Implantação e execução do Programa Vestuário Profissional

CÂMPUS	QUANTIDADE	VALOR
Águas Lindas	7	840,00
Anápolis	1	120,00
Aparecida de Goiânia	2	240,00
Cidade de Goiás	3	360,00
Formosa	3	360,00
Goiânia	13	1.560,00
Goiânia Oeste	7	840,00
Itumbiara	1	120,00
Jataí	2	240,00
Uruaçu	1	120,00
Valparaíso	2	240,00
TOTAL	42	5.040,00

Fonte: Proad, 2018.

Auxílio Emergencial

Realização do II Seminário de Assistência Estudantil.

Objetivo: Reunir em um mesmo espaço estudantes e servidores que trabalham com a Assistência Estudantil com o intuito de avaliar e propor alternativas para melhor execução da Política de Assistência Estudantil no IFG.

II Seminário de Assistência Estudantil

Evento	Data	Local	Nº Participantes	Custo do Evento
II Seminário de Assistência Estudantil	22 a 23/11	Aparecida de Goiânia	130	12.318,00

Fonte: Proex, 2018.

Seguro Estudantil

O seguro estudantil foi renovado por mais 1 (um) ano tendo a vigência até Julho de 2019. Solicitamos portaria para fiscais setoriais com a perspectiva de acompanhar ainda mais de perto as solicitações e as demandas dos câmpus pelo atendimento.

Execução do Seguro Estudantil em 2018

Ação	Vigência	Nº médio de segurados	Custo médio mensal	Ressarcimento
Seguro Estudantil	<i>01/2018 a 12/2018</i>	14434	12.413,24	5

Fonte: Proex, 2018.

3. Consolidar a organização e a gestão dos eventos institucionais no sentido do fortalecimento das políticas do IFG.

Resultados alcançados:

- Realização de Eventos Institucionais.

Eventos Institucionais realizados em 2018

Evento	Data	Local	Nº Participantes	Custo do Evento
JIF Goiás	<i>15 a 17/05</i> 26 a 28/06	Jataí Goiânia	598	186.610,86
JIF Centro Oeste	29/08 a 02/09	Goiânia	153	54.819,50
JIF Nacional	16 a 21/10	Fortaleza/CE	11	12.100,00
Encontro de Professores de Arte	29 a 31/10	Cidade de Goiás	139	34.254,50
V Seminário para Educação das Relações Étnico-Raciais	29/11 a 01/12	Uruaçu	459	74.480,00
Congresso Institucional do IFG 1ª Fase	25 a 29/06	Goiânia	259	151.184,00
Congresso Institucional do IFG 2ª Fase	18 a 20/09	Goiânia	255	48.141,00
Congresso Institucional do IFG 3ª Fase	28 a 28/09	Aparecida de Goiânia	75	-
Congresso Institucional do IFG 4ª Fase	08 a 10/10	Goiânia	96	-
Congresso Institucional do IFG 5ª Fase	05 a 09/11	Goiânia	138	69.157,00
Total			2.183	630.746,86

Fonte: Proex e Sugep, 2018.

- Aumento do número de parcerias firmadas com instituições públicas para realização dos eventos.

Parcerias realizadas para realização dos Eventos Institucionais em 2018

Evento	Data	Local	Instituição Parceira
JIF Goiás	15 a 17/05	Jataí	Prefeitura Municipal de Jataí, AABB – Jataí
	26 a 28/06	Goiânia	AGETOP/Centro de Excelência do Esporte, Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro
Encontro de Professores de arte	29 a 31/10	Cidade de Goiás	Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás; Centro de Capoeira Angola Ouro Verde da Cidade de Goiás; Cine Teatro São Joaquim da Cidade de Goiás e Espaço Cultural Vila Esperança da Cidade de Goiás.

Fonte: Proex, 2018.

- Melhoria dos processos de gestão e organização dos eventos.

Elaboração da Instrução Normativa PROEX Nº 01, de 09 de agosto de 2018, que estabelece orientações administrativas para a concessão de ajuda de custo aos discentes para participação em eventos institucionais.
Descentralização de recursos para os Câmpus efetuarem o pagamento das diárias dos servidores e ajuda de custo para os discentes participarem dos eventos institucionais.
Aprovação no PDI da construção de um regulamento para os Eventos Institucionais.
Aprovação e divulgação do calendário de Eventos Institucionais para 2019.
Elaboração do Termo de referência/ Contrato para os eventos

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão Orçamentária e Financeira

6.1.1 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências

O desempenho orçamentário do IFG, no exercício de 2018, foi prejudicado devido ao seu fracionamento, em relação ao custeio e ao investimento. Contudo, o IFG buscou atender da melhor maneira possível às demandas apresentadas, buscando economicidade em seus contratos contínuos, replanejando e revendo ações prioritárias para o bom andamento da Instituição como um todo, tendo em vista as ações para funcionamento e manutenção das atividades administrativas e acadêmicas, visando contemplar as ações finalísticas de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Considerando as tendências apresentadas nos últimos anos, com um orçamento mais conciso, e inclusive com parte contingenciado no decorrer do exercício, o IFG buscou recursos extra orçamentários por meio de Termos de Execução Descentralizada e Emendas Parlamentares para complementar o orçamento disponibilizado pela sua Lei Orçamentária Anual.

6.1.2 Explicação sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes

O desempenho financeiro foi comprometido no exercício de 2018, pois houve limitação tanto nos valores enviados para pagamento aos fornecedores, quanto ao prazo para envio, o qual ocorreu apenas uma vez ao mês, gerando atrasos em honrar os compromissos assumidos com as empresas prestadoras de serviços.

6.1.3 Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios da Instituição são acompanhar a elaboração e a execução do orçamento, utilizando meios de controle para otimizar o resultado alcançado e estabelecendo objetivos para melhor tomada de decisões, considerando a visão institucional e também as limitações orçamentárias.

UO - Órgão		Fonte Recursos Detalhada		Ano Lançamento	2018			2017			2016			
					Item Informação	29	31	34	29	31	34	29	31	34
						DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
					PTRES	Movimento	Movimento	Movimento	Movimento	Movimento	Movimento	Movimento	Movimento	Movimento
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	017637000 2	CONT.IND.RURAL/ADIC.CONTRIB.PREVIDENC.-INCRA	092101								7.020,00	7.020,00	7.020,00
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	086374				8.374,67	8.374,67	8.374,67	7.680,54	7.680,54	7.680,54	
		010800000 0	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBLE SAUDE	111523				3.947.468,12	1.698.479,54	1.007.630,26				
		011200000 0	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	108096				90.000,00	80.000,00	80.000,00				
		011291506 6	DESCENTRALIZACAO EXTERNA - SESU/MEC	108068							256.174,80	184.941,40	116.919,70	
		011291508 2	DESCENTRALIZACAO EXTERNA - SE-TEC/MEC	108057				928.959,64	215.682,90	196.747,16	358.358,90	134.018,40	134.018,40	
				108066							5.243.437,08			
		031291508 2	DESCENTRALIZACAO EXTERNA - SE-TEC/MEC	108057				878.070,00						
				111523				1.639.161,61						
		810000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	108096		89.301,90	52.483,10	52.483,10						
		810800000 0	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBLE SAUDE	108057		1.591.654,87	1.448.009,08	1.372.189,06						
111523				8.254.597,43	530.462,45	525.581,29								
814400000 0	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	111523		903.513,00										

26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	010091517 3	FUNDO NACIONAL DE DESENV.DA EDUCACAO-MEC	111776	47.832,00																
		011291515 3	FNDE - PRONATEC	108428									238.728,86	224.451,66	215.573,66						
				108429									435.017,80	341.960,80	314.613,28						
26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	011200000 0	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	108914					12.506,34	12.506,34	12.506,34										
26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	011200000 0	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	108780								0,00									
26414	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	108874								63.000,00	63.000,00	63.000,00							
26429	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	088667								42.273.242,65	42.273.242,65	42.273.242,65							
				088668				40.526.688,27	40.526.688,27	40.435.636,31	33.816.601,37	33.816.601,37	33.816.601,37								
				088669	5.603.109,00	5.603.109,00	5.603.109,00	46.595.967,99	46.595.967,99	46.595.967,99											
				088670				122.715,55	122.715,55	122.715,55	77.107,87	77.107,87	77.107,87								
				088671				144.295,18	144.295,18	144.295,18	1.333.637,00	1.333.637,00	1.333.637,00								
				088673							2.449.834,15	2.449.834,15	2.449.834,15								
				088674				253.367,00	253.367,00	253.367,00	987.922,00	987.922,00	987.922,00								
				088676				1.587.655,63	1.340.948,48	1.340.948,48											
				108928							600.000,00	46.386,85	46.386,85								
				108929	7.066.194,63	6.985.049,14	6.905.637,25	7.562.701,74	7.169.280,45	7.037.399,23	1.199.937,89	1.070.644,73	1.050.358,32								
				108931							6.334.524,23	6.217.111,71	6.215.186,51								
				120472							399.500,71	87.393,77	4.350,28								
				120473							248.848,00										
		128241				51.906.885,22	51.906.885,22	51.906.885,22													
		011200000 0	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	088668			228.656.753,00	228.656.753,00	228.602.766,52	188.604.661,60	188.604.661,60	188.604.661,60									
				088671			1.743.800,00	1.743.800,00	1.743.800,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00									
				088672			751.909,09	751.909,09	751.909,09	760.719,79	760.719,79	760.719,79									
088673					11.566.328,45	11.566.328,45	11.566.328,45	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00											

		825000000 0	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	108928	0,00	0,00	0,00								
		825002642 9	REC.DIR.ARREC-INST.FED.ED.CIEN.TEC- GOIAS	108928	755.345,24	347.863,61	339.678,60								
		830000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	088668	1.430.869,85	1.430.869,85									
30907	FUNDO PENITEN- CIARIO NACIONAL	031803390 1	CONC.PROG.FUNPEN(FUNDO PENI- TENC.NACIONAL)	109312	332.029,50										
30912	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	013920926 1	FUNAD-ALIENACOES DE BENS/VALORES APREENDIDOS	109275	187.000,00										
		015002012 9	RENDAS FUNDO PREV. REC. COMBATE DROGAS ABUSO	109279	917.376,75	67.371,64									
				109280	22.500,00	8.018,24									
36211	FUNDACAO NACI- ONAL DE SAUDE	015100000 0	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	090813				258.894,23	78.482,10	78.482,10	1.211.382,14				
42000	MINISTERIO DA CULTURA	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	092721				194.973,06	194.973,06	194.973,06					
				092725							74.000,00				
				110135								149.980,00			
				128777				141.600,13	141.600,13	141.157,63					
44205	AGENCIA NACIO- NAL DE AGUAS	018300000 0	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	110214	32.682,05	32.682,05	32.682,05	20.079,16	20.079,16	20.079,16					
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	141869	221.320,60										
53207	SUPERINT. DE DESENVOLVIMEN- TO DO CENTRO- OESTE	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	123607							285.445,66				
				146866	96.600,00										
81000	MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREI- TOS HUMANOS	010000000 0	RECURSOS ORDINARIOS	139722	397.112,00	20.400,00									
TO- TAL					461.839.623,19	440.545.771,6 5	403.307.060,7 9	443.650.539,77	430.435.311,2 4	429.061.133,9 6	385.807.834,84	368.199.648,2 4	367.306.118,7 8		

6.2 Gestão de Pessoas

Em nossos registros temos um total de 13 servidores (pessoas com deficiência), distribuídos nos diversos câmpus do IFG e na reitoria, o que representa um percentual de 0,64% do universo total de servidores.

O IFG cumpre a Lei nº 12.990/2014 em seus concursos públicos.

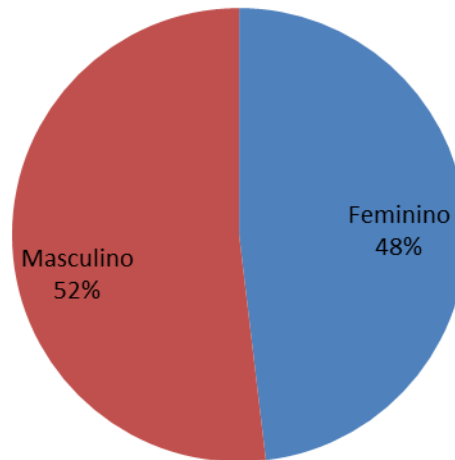
De acordo com a classificação dos servidores por etnia temos declarados 807 brancos, 47 amarelos, 05 indígenas, 456 pardos, 103 pretos e 601 servidores que não declararam sua etnia.

Lotação dos Servidores Efetivos por Categoria – Fonte: SIAPE/SUAP

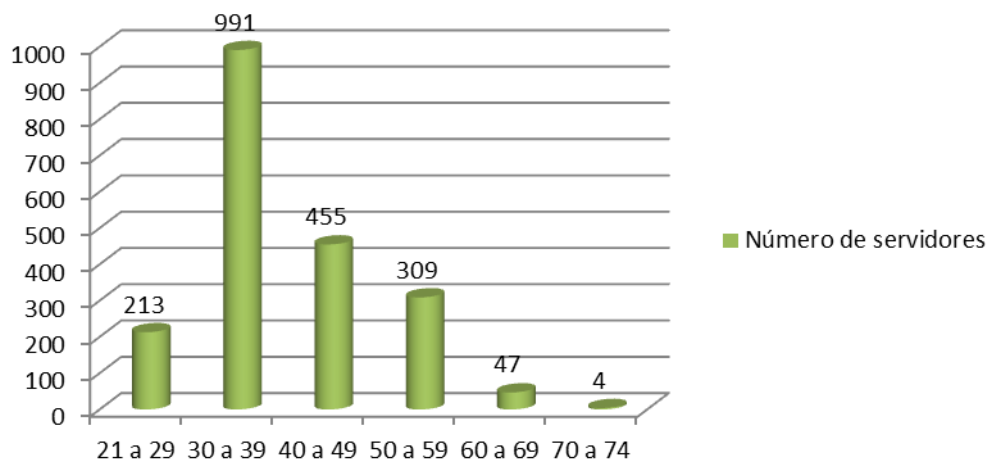
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2112	2024	86	78
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2112	2024	86	74
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.112	2011	82	74
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	9	4	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	3	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários.	233**	184	169	175
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2345	2208	255	253

Força de Trabalho da UPC – Fonte: SIAPE/SUAP

Servidores do IFG por gênero - 2018



Servidores Ativos por Faixa Etária



Docentes, técnicos administrativos e estagiários - Composição por sexo

Situação	Masculino	Feminino	Não definido	Total
APOSENTADO	179	196	0	375
ATIVO PERMANENTE	1063	955	0	2018
CEDIDO	6	4	0	10
COLABORADOR ICT	0	2	0	2
COLAB PCCTAE E MAGIS	0	1	0	1
CONT.PROF.SUBSTITUTO	50	54	0	104
CONTRATO TEMPORARIO	1	7	0	8
ESTAGIARIO	6	15	0	21
EXERC.+7º ART93 8112	1	0	0	1
EXERC DESCENT CARREI	0	1	0	1
EXERCICIO PROVISORIO	2	4	0	6
REQ.DE OUTROS ORGAOS	0	3	0	3
REQUISITADO	2	3	0	5
Total	1310	1245	0	2555

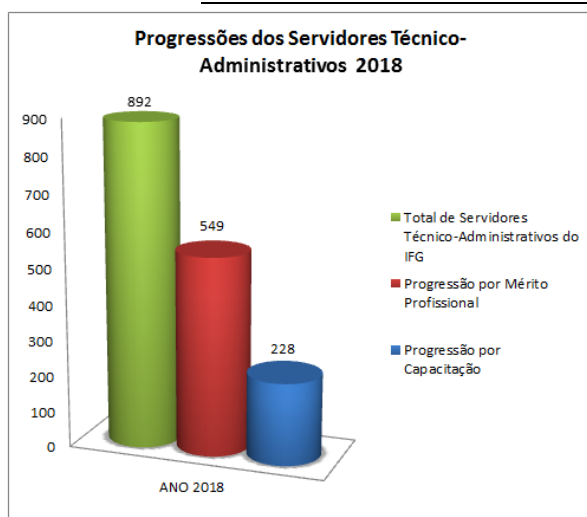
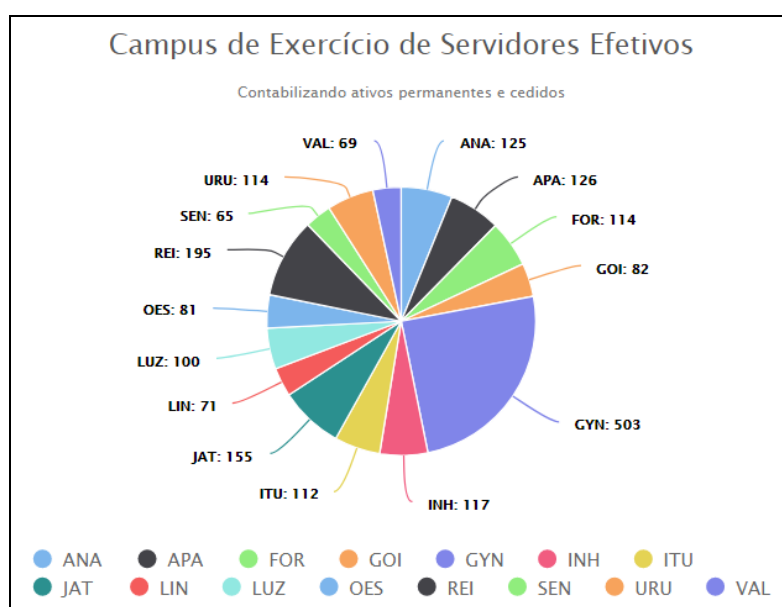
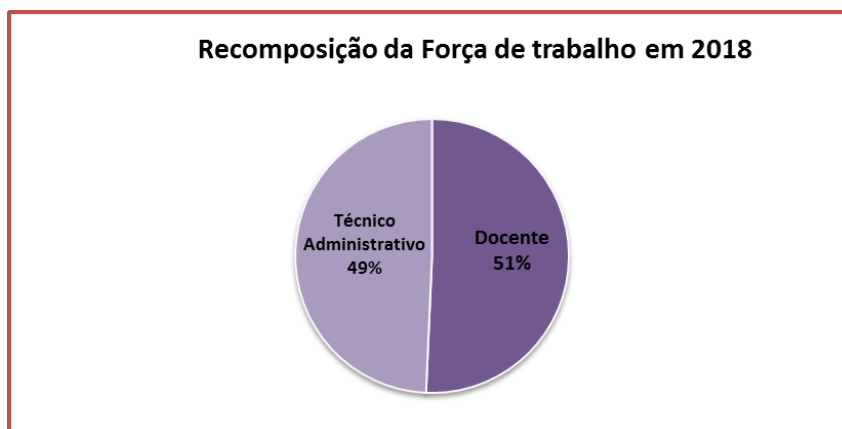


Gráfico 8 – Progressão TAs/2018 – Fonte: CGP/Reitoria

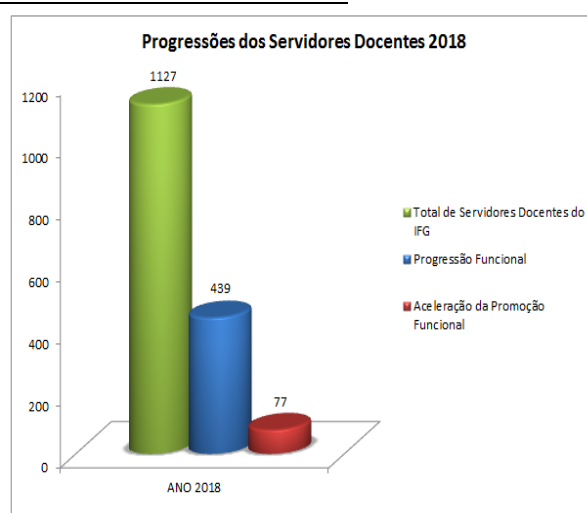


Gráfico 9 – Progressão Docente/ 2018 - Fonte: CGP/Reitoria

Detalhamento da despesa de pessoal

Em 2018, as despesas com Pessoal no IFG sofreram um acréscimo de 10,57% em relação ao ano de 2017, tal acréscimo deveu-se a vários fatores tais como: Reajuste salarial na

faixa de 5% para a carreira EBTT, aceleração e progressões funcionais de servidores, aumento na qualificação dos servidores que gera incentivos financeiros de acordo com a legislação vigente, entre outros.

Ano 2017		
Aposentado	R\$	41.111.412,16
Ativo permanente	R\$	272.099.132,80
Cedido	R\$	807.795,38
Contrato Professor Substituto	R\$	9.297.216,13
Contrato Professor Temporário	R\$	3.298,64
Contrato Temporário	R\$	76.581,28
Estagiário	R\$	224.998,83
Exercício ÷ 7º art93 8112	R\$	252,55
Exercício Descentralizado da Carreira	R\$	69.547,00
Exercício Provisório	R\$	12.125,00
Instituidor de pensão	R\$	7.246.595,85
Requisitado	R\$	38.780,39
TOTAL	R\$	330.911.154,73

Despesas com Pessoal no ano de 2017 – Fonte: SIAPE/SUAP

Ano 2018		
Aposentado	R\$	46.275.310,38
Ativo permanente	R\$	291.842.878,42
Cedido	R\$	1.097.655,56
Contrato Professor Substituto	R\$	9.498.650,37
Contrato Professor Temporário	R\$	0,00
Contrato Temporário	R\$	463.758,15
Estagiário	R\$	205.154,31
Exercício ÷ 7º art93 8112	R\$	0,00
Exercício Descentralizado da Carreira	R\$	67.769,67
Exercício Provisório	R\$	4.615,25
Instituidor de Pensão	R\$	7.914.563,67
Requisitado	R\$	75.271,16
TOTAL	R\$	357.365.740,53

Despesas com Pessoal no ano de 2018 – Fonte: SIAPE/SUAP

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Em 2016, a PRODIRH implementou um novo modelo de avaliação de desempenho para servidores do IFG que estão no período de estágio probatório. São três documentos: autoavaliação (a própria pessoa se avalia), a avaliação da chefia imediata e a avaliação da

equipe – composta por três pessoas, que devem ser escolhidas pelo próprio servidor em conformidade com o Art. 20 da Lei 8112 e legislação complementar.

Dentre as mudanças destaca cinco pilares importantes. O primeiro deles é a alteração nos formulários que eram aplicados. Os documentos passaram por reformulação e o servidor passou a ter mais clareza do que realmente está sendo avaliado. A segunda mudança importante é a época de realização das avaliações. Elas passaram a ter fluxo semestral e serão feitas apenas nos meses de setembro (referente ao primeiro semestre do ano) e de março (referente ao segundo semestre do ano anterior).

O terceiro pilar é a forma da devolutiva (feedback). Ela ocorre em três momentos: o primeiro deles será um diálogo entre o servidor avaliado e o seu chefe imediato, após o preenchimento dos formulários. No segundo momento, após a chefia entregar as avaliações ao setor de Recursos Humanos (Reitoria ou câmpus), haverá um retorno coletivo da unidade administrativa, ou seja, serão apresentados, em reunião, os resultados gerais de todas as avaliações dos servidores em estágio probatório, sem mencionar nome ou problemas específicos. Essa etapa é cumprida por uma Comissão de Avaliação. A terceira e última etapa só é válida para servidores que tiveram notas na avaliação abaixo de 7. Para estes, existe uma devolutiva individual, com a Comissão de Avaliação, que poderá contar com a presença da chefia e da equipe do setor Recursos Humano. Caso haja necessidade, será incluído ainda alguém da equipe multiprofissional.

O quarto pilar mencionado é a constituição das Comissões de Avaliação. Elas são compostas por seis servidores efetivos: três titulares e três suplentes. Cada câmpus e a Reitoria terá sua Comissão de Avaliação, que analisam as avaliações dos servidores da unidade em específico e emitem parecer. Essas análises serão realizadas nos meses de outubro e abril de cada ano. A condução do processo para formar essas Comissões de Avaliação é feita pelo Conselho de Câmpus, nos câmpus, e pela Diretoria Executiva, na Reitoria. Pela legislação, os integrantes das comissões deverão ter, no mínimo, graduação e terão atuação por dois anos.

O quinto e último pilar é a instrução processual, que é realizada pela Diretoria de Recursos Humanos, na Reitoria, e pelas coordenações de RH, nos câmpus. Até o término do estágio probatório, o servidor terá um processo único e exclusivo, onde estarão reunidos todos os documentos avaliativos referentes a esse período. Esse processo será arquivado até a avaliação final em uma pasta que ficará no setor de recursos humanos de cada unidade.

A remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações, adicionais, conforme Artigo 40 e 49 da Lei 8.112/1990, e outras parcelas.

No Instituto Federal de Goiás temos dois seguimentos de servidores efetivos:

Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) - a faixa salarial desta categoria está baseada na Lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012 e na Lei 13.325/2016 de

29/07/2016 que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Técnico-Administrativos em Educação (TAE) - a faixa salarial dos servidores TAE está contida no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005, corrigida pela Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas				
	Autorizada	Ingressos/2018	Egressos/2018	Ocupadas
Grupo Direção e Assessoramento Superior (CD)	86	26	31	85
Funções Gratificadas (FG)	227	87	86	220
Função de Coordenação de Cursos (FCC)	126	60	26	116
Total de Servidores em Cargo de CD e em FG	314	113	117	305

Capacitação: estratégia e números

Dentre as possibilidades oferecidas pelo IFG para que o servidor possa investir em sua carreira, têm-se os programas que destinam auxílio financeiro por meio de bolsas, sendo eles:

- Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores (PIQS)
- Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores (Pipect), que disponibilizam bolsas para servidores que estão cursando mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (ProAPP);
- Programa Institucional de Incentivo à Tradução e Publicação de Artigos (Pipart);
- Programa de Incentivo a Graduação e Especialização, (PIGE),
- Programa de Capacitação de Curta Duração (PROCAP);
- Programa de doutoramento em Educação em parceria do IFG com a Universidade de Santiago de Compostela (USC), na Espanha;
- Programa de Mestrado em Administração e Contabilidade em convênio do IFG com o Instituto Politécnico de Porto (IPP);

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2017 (R\$)	2018 (R\$)
PIGE	68.950,00	82.600,00
PIQS	365.850,00	224.100,00
PROCAP	158.485,40	111.042,54
PIPECT	186.739,39	201.015,96
PIPART	5.191,14	8.350,38
USC	236.862,74	116.375,76
IPP	659.891,33	281.035,71
TOTAL	1.681.970,00	822.830,35

Investimento/Programas com capacitação de servidores– Fonte: PRODI/PROAD/PROPPG

CURSOS - 2018		DATA	nº de concluintes por categoria		TOTAL
			TAE	PROF	
1	SIAPE Cadastro	23 a 27/04	23	0	23
2	Encontro TI	07/12/2019	37	1	38
3	Cerimonial	26 a 28/11	18	2	20
5	Marketing Profissional	17 a 19/10	13	0	13
6	SIAPE Folha	07 a 11/05	26	0	26
7	SIAPE Aposentadoria	13 a 17/08	21	0	21
8	Prevenção ao uso de drogas no contexto educacional	13 a 20/4	5	4	9
9	SIOP	10 a 12/04	10	1	11
10	Centro de seleção/ Processo Seletivo	27 a 28/03	21	1	22
11	Palestras Relacionamento Interpessoal e Comunicação				
SOMA			174	9	183

Principais desafios e ações futuras

A transformação em institutos federais possibilitou a ampliação e a interiorização do Instituto Federal de Goiás, com a abertura de unidades em regiões metropolitanas e em vários municípios do estado de Goiás, ampliação do número de vagas, de matrículas e de servidores efetivos, tanto trabalhadores docentes como técnico-administrativos.

Além do expressivo aumento do número de Câmpus com o processo de interiorização do IFG, ressalte-se o processo de implantação e reconfiguração no que tange à sua estrutura física, organizacional, político-pedagógico e de pessoal. Esta realidade apresenta velhos e novos desafios como a condução da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em estrutura multicampi e pluricurricular tão ampla e complexa, na organização e gestão da força de trabalho, na efetivação de uma política institucional democrática, na implementação de políticas de formação, capacitação, aperfeiçoamento e a qualificação do seu pessoal, na articulação e garantia da autonomia de cada Câmpus, na fixação dos novos servidores nos câmpus novos e na oferta de ensino público e de excelência. Assim, a consolidação dos institutos federais assegurou a estrutura organizacional na forma de multicampi, um conjunto de escolas dirigidas por uma Reitoria responsável, subordinada ao Ministério da Educação.

O ensino profissional e tecnológico, ofertado também pelos institutos federais vem

passando por um momento de enormes desafios para os gestores e demais trabalhadores que atuam direta ou indiretamente na área de gestão de pessoas. Dentre os aspectos mais críticos pode-se destacar:

Número de servidores mediante as novas demandas: um enorme desafio para a gestão de pessoas é gerir o quantitativo de servidores necessários para o atendimento das diferentes demandas que os institutos abarcam. Trata-se de uma solicitação constante dos Câmpus à Reitoria. Entretanto, a liberação de código de vagas, as formas de ingresso, dentre outras, é subordinada a legislação própria, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Economia.

Dimensionamento de cargos e vagas: verifica-se que a política de recrutamento e seleção está limitada à legislação pertinente, o que dificulta a definição dos perfis desejados, bem como a seleção de novos servidores, em conformidade com as necessidades institucionais e, muitas vezes, não respeitando as particularidades da realidade, as especificidades e as demandas dos câmpus que compõem o IFG.

Planejamento, monitoramento e avaliação dos Programas, Projetos e Ações: a dificuldade de elaboração de estratégias de planejamento, monitoramento e avaliação das ações fragiliza o acompanhamento dos objetivos propostos no PDI e, por conseguinte inviabiliza gerenciamento por parte da Reitoria, Pró-Reitorias e demais instâncias e, sobretudo da Gestão de Pessoas dos resultados a serem alcançados pelo IFG. É necessária a construção de indicadores quantitativos e qualitativos, em consonância com as políticas institucionais, para a mensuração dos resultados. Acreditamos que o novo PDI 2019-2023 veio para corrigir essa deficiência e poderemos mensurar melhor as ações desenvolvidas pelo IFG.

Ausência de uma política institucional de fixação de servidores no interior, mediante ao índice elevado de rotatividade (redistribuição e remoção) em todos os Câmpus do IFG e a Reitoria. A rede federal passa por uma grande expansão pautada por motivações de naturezas distintas. Por um lado, o crescimento do País pressionou a demanda por mão de obra qualificada. Por outro lado, viu-se uma oportunidade quanto à convergência espacial da expansão da rede com outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional.

Todavia, o alcance desse objetivo pode estar em xeque, tendo em vista a baixa atratividade da carreira docente nos Institutos Federais e o deslocamento para cidades interioranas ainda em desenvolvimento, com pouca infraestrutura e distantes dos centros urbanos dificulta a fixação dos trabalhadores.

Um grande desafio para a Gestão de Pessoas do IFG no cenário atual é a superação da prática essencialmente burocrática. Todavia, no contexto da nova institucionalidade, cada vez mais se exige da Reitoria a adoção de padronização dos procedimentos, elaboração de fluxos, de normatização e regulamentos, que contribuem sobremaneira para a burocratização e a racionalização tanto nas áreas administrativas e pedagógicas como também nas relações sociais que são estabelecidas no interior da instituição.

TOTAL - LOA EXECUTADO	20.502.783 ,49	1.250.193 ,92	1.747.473 ,02	1.518.227, 22	1.940.804 ,55	8.211.878 ,31	1.044.023 ,41	1.159.003 ,81	2.492.578 ,17	1.650.837 ,28	1.784.078, 40	1.720.680 ,15	1.380.179 ,17	2.003.823 ,00	1.108.807,9 1	49.515.371 ,81
49.559.965 ,27																

EXECUÇÃO 2018 - DESCENTRALIZAÇÃO																	
NATUREZA DA DESPESA	ELE-MENTO DE DESPESA	REITO-RIA	ÁGUAS LINDAS	ANÁ-POLIS	APARE-CIDA	FOR-MOSA	GOIÂ-NIA	GOLÂ-NIA OESTE	GOIÁS	JATAÍ	INHU-MAS	ITUMBI-ARA	LUZIÂ-NIA	SENA-DOR CANE-DO	URUA-ÇU	VALPA-RAÍSO	TOTAL
DIÁRIAS	3.3.90.14	33.288,28		27.116,61													60.404,89
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	3.3.90.18	18.700,00			12.550,00								724.190,00				755.440,00
MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.3.90.32	47.832,00															47.832,00
MATERIAIS DE CONSUMO	3.3.90.30				24.301,90								143.018,04				167.319,94
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.3.90.33																0,00
SERVIÇOS PESSOA FÍSICA	3.3.90.36	137.350,00				32.682,05											170.032,05
SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA	3.3.90.37	640.157,58			25.000,00								22.500,00				687.657,58
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	3.3.90.39	1.250.908,92			40.000,00								146.768,71				1.437.677,63
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	3.3.91.39	160.624,98															160.624,98
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.3.91.47	40.100,00															40.100,00
TOTAL CUSTEIO		2.328.961,76	0,00	27.116,61	101.851,90	32.682,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036.476,75	0,00	0,00	0,00	3.527.089,07
SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA	4.4.90.39										1.565.093,31						1.565.093,31
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51		597.877,23	278.897,13	585.755,39			3.800.000,00				583.491,55	141.922,60				5.987.943,90
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	4.4.90.52	355.895,00	107.019,00						338.451,57		547.618,00		266.398,00	398.012,25			2.013.393,82

TOTAL INVESTI- MENTO	355.895,00	704.896,2 3	278.897,1 3	585.755,39	0,00	0,00	3.800.000 ,00	338.451,5 7	0,00	2.112.711 ,31	583.491,55	408.320,6 0	398.012, 25	0,00	0,00	9.566.431,0 3
TOTAL - DESCEN- TRALIZAÇÃO	2.684.856,7 6	704.896,2 3	306.013,7 4	687.607,29	32.682,05	0,00	3.800.000 ,00	338.451,5 7	0,00	2.112.711 ,31	583.491,55	1.444.797 ,35	398.012, 25	0,00	0,00	13.093.520, 10
TOTAL EXECUTA- DO PESSOAL	399.294,57 3,82															399.294,57 3,82
TOTAL EXECUTA- DO CUSTEIO	21.466.341, 67	1.230.248 ,12	1.474.589 ,63	1.604.636, 07	1.729.283 ,71	7.635.247 ,80	1.020.253 ,41	1.157.235 ,81	1.992.770 ,91	1.650.837 ,28	1.753.873, 56	2.627.238 ,50	871.577, 13	1.995.903 ,00	962.667,71	49.172.704, 31
TOTAL EXECUTA- DO NVESTIMENTO	1.721.298,5 8	724.842,0 3	578.897,1 3	601.198,44	244.202,8 9	576.630,5 1	3.823.770 ,00	340.219,5 7	499.807,2 6	2.112.711 ,31	613.696,39	538.239,0 0	906.614, 29	7.920,00	146.140,20	13.436.187, 60

Assistência Estudantil

TEMPO INTE-GRAL			260.600,00	255.035,76		137.745,00		227.460,00	64.620,00	213.846,00	254.311,18	156.360,00		156.720,00			1.726.697,94
EJA			168.860,00	117.120,00	75.555,00	89.210,00	132.228,50	68.340,00	31.680,00	71.692,00	32.160,00	21.840,00	49.920,00	48.240,00	69.000,00	85.680,00	1.061.525,50
AUXÍLIO PER-MANÊNCIA			56.800,00	238.950,00	139.440,00	228.630,00	844.889,00	45.240,00	60.600,00	236.880,00	121.549,14	157.590,00	180.270,00	34.080,00	199.525,00	41.010,00	2.585.453,14
FILHO C/ DEFI-CIÊNCIA			1.200,00				3.338,00				2.160,00						6.698,00
APOIO DIDÁTI-CO (PARCELA ÚNICA)					1.125,00		3.450,00	1.200,00	750,00	1.500,00	225,00			375,00			8.625,00
VESTUÁRIO (PARCELA ÚNICA)					240,00		1.440,00	840,00	360,00	240,00							3.120,00
MORADIA									64.395,00	66.150,00							130.545,00
RESTAURANTES					576.399,80				150.891,65	44.040,99		34.814,80	642.464,03		752.295,83	382.301,45	2.583.208,55
AUXÍLIO - DESPESAS MÉDICAS		13.170,00															13.170,00
TOTAL ASSIS-TÊNCIA ESTU-DANTIL		13.170,00	487.460,00	611.105,76	792.759,80	455.585,00	985.345,50	343.080,00	373.296,65	634.348,99	410.405,32	370.604,80	872.654,03	239.415,00	1.020.820,83	508.991,45	8.119.043,13
PROCAP	30.000,00	3.600,00	7.003,37	6.599,33	7.988,69	34.629,45	4.040,40	5.400,00	10.370,37	6.184,17	6.195,29	6.000,00	4.250,00	10.707,43	3.771,04		146.739,54

	ORÇAMENTO	EXECUTADO	% EXECUTADO
CAPACITAÇÃO	1.087.182,00	1.085.641,57	99,86%
FUNCIONAMENTO - CUSTEIO	36.023.996,00	36.023.993,07	100,00%
FUNCIONAMENTO - 339100	423.042,00	423.042,00	100,00%
FUNCIONAMENTO - RECEITA PRÓPRIA	773.656,00	772.500,82	99,85%
CONIF	54.279,00	54.279,00	100,00%
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	7.077.841,00	7.066.194,63	99,84%
PUBLICIDADE	20.000,00		0,00%
TOTAL - CUSTEIO	45.459.996,00	45.425.651,09	99,92%
FUNCIONAMENTO - INVESTIMENTO	2.600.000,00	2.599.978,02	100,00%
TOTAL - INVESTIMENTO	2.600.000,00	2.599.978,02	100,00%
	48.059.996,00	48.025.629,11	99,93%

1.1. A Lei nº 11.892, de 2008, criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída por diferentes instituições, dentre as quais os Institutos Federais, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

1.2. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFG 2019/2023, as ações político-pedagógicas do Instituto Federal de Goiás estão relacionadas com a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Já a sua organização administrativa relaciona-se com a gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de serviços gerais administrativos e de logística, com a responsabilidade de viabilizar a infraestrutura e o abastecimento, oferecendo condições adequadas de trabalho e plenas condições para a realização das ações institucionais.

1.3. Os serviços e as contratações mais relevantes da instituição são aqueles estabelecidos na Portaria IFG nº 1.006/2012, que definiu os serviços de natureza contínua no âmbito do IFG e são essenciais para o funcionamento básico da instituição. São os serviços de limpeza e conservação; vigilância; correios; reprografia; telefonia fixa e móvel; comunicação de dados; manutenção predial preventiva e corretiva; motoristas; copeiragem; carregamento; mensageiro, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais; fornecimento de energia elétrica e água tratada; manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado e elevadores; abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais; organização, planejamento e execução de eventos institucionais, processos seletivos e concursos públicos; fornecimento de alimentação; dentre outros serviços.

1.4. Essas necessidades descritas são contínuas, permanentes, com frequências diárias, cuja interrupção pode comprometer a responsabilidade que a Administração possui de oferecer a infraestrutura e o abastecimento necessários para o cumprimento da missão institucional.

1.5. As aquisições e contratações de serviços realizados no âmbito do IFG são, via de regra, precedidas de licitações, na modalidade pregão eletrônico, de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei nº 8.666/93 e demais normativas específicas (decretos, instruções normativas, portarias, etc.).

1.6. Contudo, ainda de acordo com as possibilidades legais estabelecidas na Lei Geral de Licitações e Contratos, o legislador entendeu que, para certos limites de valor, poderia o administrador não licitar quando o custo econômico da licitação for superior ao benefício dela decorrente. Dessa forma, quando identificados casos em que a aquisição ou a contratação de serviços é de baixo valor econômico realiza-se a dispensa de licitação, formalizando a contratação de maneira direta com os fornecedores. Todavia, é importante registrar que os procedimentos de contratações diretas realizadas pelo IFG não implicam em

afastamento das normas legais e procedimentos formais para sua realização, sendo observado o devido processo administrativo.

1.7. Existem, ainda, os procedimentos de contratações diretas realizadas por meio de inexigibilidade de licitação, cuja previsão legal está insculpida no art. 25 e incisos da Lei nº 8.666/93. Essas situações ocorrem quando são identificados casos de inviabilidade de competição, em especial quando apenas um único fornecedor é exclusivo na fabricação/venda de determinado produto ou serviço.

1.8. Em que pese diversas aquisições e contratações de serviços da instituição serem realizadas de forma direta, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, o montante geral das despesas nessas modalidades, no exercício de 2018, representam apenas 12% (doze por cento), enquanto as aquisições e contratações decorrentes das licitações (sejam elas nas modalidades pregão eletrônico, concorrência, regime diferenciado de contratações, etc.) representam o total de 88% (oitenta e oito por cento).

1.9. Os principais desafios na gestão das licitações e contratações públicas no âmbito do IFG estão diretamente ligadas às fases de planejamento, gerenciamento e execução. Para que seja possível a realização de contratações eficientes, eficazes, econômicas e sustentáveis é necessária a realização de um adequado planejamento, envolvendo diversos setores da instituição.

1.10. As fases de gerenciamento e execução também requerem especial atenção e constante capacitação dos servidores envolvidos, já as mudanças e alterações na legislação e nos instrumentos normativos são constantes, bem como a forte atuação dos órgãos de controle interno e externo.

1.11. No decorrer dos últimos anos, em função da grave crise econômica vivenciada no país, o Governo Federal, além de ter promovido diversos contingenciamentos e cortes orçamentários, vem liberando o orçamento de forma fracionada durante o exercício financeiro, por muitas vezes muito aquém do valor necessário para a manutenção de todos os contratos firmados pela instituição. Esse cenário orçamentário e financeiro impacta diretamente na execução dos contratos, pois atrasam suas execuções, atrasam o pagamento de fornecedores, que posteriormente pleiteiam o pagamento de juros e encargos moratórios, e impossibilita a administração de planejar novas contratações.

6.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O orçamento inicial do IFG, aprovado na Lei Orçamentária Anual para 2018, foi de R\$ 415.236.802,00. Desse valor, cerca de 83,40%, estava vinculado ao pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios. No que se refere ao orçamento das despesas correntes de custeio para o funcionamento e manutenção da Instituição o percentual apontado na LOA foi de 15,8%, ficando, portanto, R\$ 3.680.000,00 de investimento/capital, representando 0,8% do orçamento do IFG.

Contudo, houve uma suplementação orçamentária ao longo de 2018 no valor de R\$ 36.847.633,56; dos quais, R\$ 33.019.256,46 para pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios da Instituição, e R\$ 3.828.377,13 destinados às despesas correntes de custeio. Perfazendo um total orçamentário (dotação inicial + suplementações) de R\$ 452.084.435,56

A execução das ações orçamentárias pelo IFG ao longo do exercício de 2018 foi afetada pelo contingenciamento de parte do orçamento do Instituto, seja nas ações de custeio quanto de capital. As incertezas sobre a possibilidade de execução orçamentária em sua totalidade acarretou perda nas ações das atividades finalísticas da Instituição e ressaltando também que durante todo o exercício, a Instituição apesar de ter crédito disponível, só poderia empenhar os valores constantes na conta única limite a utilizar, sendo estes sempre valores abaixo do previsto para funcionamento e manutenção da Instituição. Assim, para garantir às ações de custeio, as ações para aquisições de equipamentos e materiais permanentes foram realizadas principalmente no final do ano.

As ações de custeio ficaram sujeitas apenas ao funcionamento mínimo da Instituição, considerando seus contratos contínuos, exigindo esforços da administração na revisão/readaptação dos instrumentos contratuais firmados pelo IFG.

Destacamos também que o recurso financeiro enviado pelo MEC/SPO para liquidação das despesas sofreu limitação quanto aos valores enviados e também quanto ao prazo para este envio, que ao longo do exercício de 2018, chegando parcialmente uma vez ao mês, gerando incertezas em honrar os compromissos assumidos com as empresas prestadoras de serviços terceirizados.

No que se refere às ações de investimento para obras e/ou instalações, as mesmas sofreram descontinuidade devido tanto à questão orçamentária, já destacado anteriormente, retraindo a programação de obras, bem como, o atraso das descentralizações por parte do governo federal, prejudicando o andamento das licitações encaminhadas em 2018.

Desse modo, analisando todos os fatores impeditivos para execução orçamentária por parte do IFG, o mesmo conseguiu desempenhar a contento, replanejando as ações devido às limitações orçamentárias e financeiras, chegando a 99,93 % do orçamento previsto na LOA.

OBJETO	CÂMPUS	EMPRESA	VALOR CONTRATO	VALOR ADITIVO	VALOR TOTAL OBRA	VALOR EMPENHADO LOA 2018	VALOR EMPENHADO TED 2018
COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CÂMPUS ANÁPOLIS	ANÁPOLIS	GEVEX CONSTRUÇÕES – EIRELI CNPJ: 15.464.690/0001-07	578.897,13		578.897,13		278.897,13
CONSTRUÇÃO E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CÂMPUS ÁGUAS LINDAS	ÁGUAS LINDAS	GEVEX CONSTRUÇÕES – EIRELI CNPJ: 15.464.690/0001-07	597.877,23		597.877,23		597.877,23
CONSTRUÇÃO E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CÂMPUS APARECIDA	APARECIDA	GEVEX CONSTRUÇÕES – EIRELI CNPJ: 15.464.690/0001-07	585.755,39		585.755,39		585.755,39
CONSTRUÇÃO E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CÂMPUS ITUMBIARA	ITUMBIARA	GEVEX CONSTRUÇÕES – EIRELI CNPJ: 15.464.690/0001-07	583.491,55		583.491,55		583.491,55
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO CÂMPUS GOIÂNIA OESTE	GOIÂNIA OESTE	MPA CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 26.692.780/0001-71	6.642.915,77		6.642.915,77		3.800.000,00
OBRA DE ILUMINAÇÃO DAS ÁREAS DE TRÂNSITO PARA REFITÓRIO E BLOCO TECNOLÓGICO E CONSTRUÇÃO DE POÇO ARTESIANO DO CÂMPUS LUZIÂNIA	LUZIÂNIA	J.J. AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 05.636.462/0001-13	99.956,40		99.956,40		
COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTE E CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA, VESTIÁRIO E BANHEIROS DO CÂMPUS FORMOSA	FORMOSA	ASENG – ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI CNPJ: 17.877.931/0001-75	240.452,89		240.452,89		
REFORMA E ADEQUAÇÃO DO AUDITÓRIO PARA CINETEATRO DO CÂMPUS LUZIÂNIA	LUZIÂNIA	J.J. AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 05.636.462/0001-13	29.962,00		29.962,00		
REFORMA/MELHORIA/ADEQUAÇÃO GINÁSIO DO CÂMPUS LUZIÂNIA	LUZIÂNIA	J.J. AZEVEDO CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 05.636.462/0001-13	141.922,60		141.922,60		141.922,60
OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CISANDO FINALIZAR AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS, DE SPDA, PAINÉIS DE VEDAÇÃO/FECHAMENTO VERTICAL DOS AMBIENTES ENTRE A COTA SUPERIOR DE ALVENARIA E COBERTURA, RETOQUES DE PINTURA E ARREMATES EM BLOCOS DE SAULAS DE AULAS E LABORATÓRIOS DO CÂMPUS JATAÍ	JATAÍ	PRIME ENGENHARIA EIRELI CNPJ: 28.331.609/0001-62	196.660,53		196.660,53		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO CÂMPUS SENADOR CANEDO	SENADOR CANEDO	CMM CONSTRUTORA MORAES E MARTINS LTDA – EPP CNPJ:	5.808.957,93	933.667,33	6.742.625,26	459.444,80	
MANUTENÇÃO/REFORMA DO AUDITÓRIO DO CÂMPUS INHUMAS	INHUMAS	PRIME CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 14.482.096/0001-86	1.565.093,31		1.565.093,31		1.565.093,31
			17.071.942,73	933.667,33	18.005.610,06	459.444,80	7.553.037,21

Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Licitação	2018		2017	
	Despesas Executadas	Despesas Pagas	Despesas Executadas	Despesas Pagas
02 CONVITE	437.113,42			
04 CONCORRENCIA	767.829,03	628.186,14	2.532.628,66	1.651.207,20
06 DISPENSA DE LICITAÇÃO	4.514.325,51	3.495.393,43	7.888.968,64	5.821.56,48
07 INEXIGIBILIDADE	1.452.861,51	1.133.259,54	1.169.822,67	1.034.375,19
08 NÃO DE APLICA	412.217.327,95	372.825.222,98	398.493.767,36	397.196.492,09
09 SUPRIMENTO DE FUNDOS	1.775,61	1.775,61		
10 REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	6.605.466,10	21.713,58	4.624.777,26	585.076,93
12 PREGÃO	35.842.924,06	24.201.509,51	28.940.575,18	22.772.416,07
TOTAL	461.839.623,19	403.307.060,79	443.650.539,77	429.051.133,96

Dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três anos:

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Goiás					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Execução Descentralizada	01	01	01	46.689,79	49.810,79	13.835,68
Totais	01	01	01	46.689,79	49.810,79	13.835,68

Fonte: Siafi

Da Frota do IFG

No ano de 2018 o IFG possuía 67 (sessenta e sete) veículos próprios oficiais de uso comum.

Os veículos do IFG rodaram em média no ano de 2018 aproximadamente 16.951,13 km, e nesse ano totalizamos aproximadamente 1.135.726,34 km rodados. A média de idade dos veículos de nossa frota é de 7 anos.

Os custos com a manutenção da frota são os seguintes: Combustível e limpeza: R\$ 618.976,26 e manutenção: R\$ 713.956,11, perfazendo um total de R\$1.332.932,37 (Um milhão trezentos e trinta e dois mil novecentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos).

6.5 Gestão da Tecnologia da Informação

6.6.1. Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com as leis, decretos e demais normas aplicadas à Gestão de Tecnologia da Informação, o Instituto Federal de Goiás observa um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, o IFG verifica habitualmente as normas e orientações publicadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério da Economia e pelo SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.

Na tabela abaixo, listamos alguns dos principais normativos no âmbito do governo, do SISP e órgãos de controle que envolvem a área de TI e sua situação no IFG.

Documento de Referência	Descrição	Situação no IFG em 2018
Acórdão TCU nº 2.308/2010	Orientam as unidades sob a sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; metas para cada indicador definido; mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição	Formalizado através do PDTI 2016-2018.
Instrução Normativa MP/SLTI nº 04/2014	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.	Em 2018 pelos menos 24 processos de contratações/aquisições realizados em conformidade à IN 04/2014. Através de memorando circular da PROAD e DTI, define os procedimentos no âmbito do IFG para atendimento a IN 04/2014
Guia de PDTI do SISP 2015	Documento da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação que dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e <i>templates</i> para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	Acompanhamento do PDTI 2016-2018 do IFG com base nas orientações do Guia de PDTI do SISP.
Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015	Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	Criado Comissão para implantação da solução através da Portaria nº 1835/2018-IFG. Previsão de início de funcionamento em abril de 2019.
Guia de Governança de TIC do SISP	Orientações aos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema acerca da evolução da Governança de TIC em suas organizações	Utilizado como referência para implantar a governança de TI no IFG. Detalhamento no Cap. 2 – Modelo de Governança
Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal (EGD) 2016-19	A Estratégia Geral de Governança Digital pretende promover um movimento de simplificação e agilização na prestação dos serviços públicos e de melhora do ambiente de negócios e da eficiência da gestão pública.	PDTI 2016-2018 tendo como referência a EGD 2016-2019
Decreto nº 8.638, de 15 de	Institui a Política de Governança Digital no	Criado o plano de dados aber-

janeiro de 2016	âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, 2016	tos no IFG. Criado o Comitê de Governança Digital.
Portaria 19 de 29 de maio de 2017 – Secretaria de Tecnologia da Informação/MPDG	Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencente são Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.	Transformação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação em Comitê de Governança Digital presidido pela Diretoria Executiva.
Acórdão TCU nº 882/2017	Determina a elaboração de plano de ação para melhoria da governança e da gestão de TI	Elaborado Plano de Ação pelo FORTI e aprovado pelo CONIF. Em execução no âmbito do IFG.

6.6.2. Modelo de Governança de TI

O Instituto Federal de Goiás procura adotar as orientações do Guia de Governança de TI do SISP para direcionar as decisões que envolvem a governança e gestão de TI de modo a obter um comportamento desejável no uso da TIC, alinhado com os objetivos e metas da Instituição.

Deste modo, o IFG segue as práticas relacionadas a governança de TIC indicadas no Guia conforme descrito abaixo:

Prática 01 - Envolvimento da alta administração com iniciativas de TIC

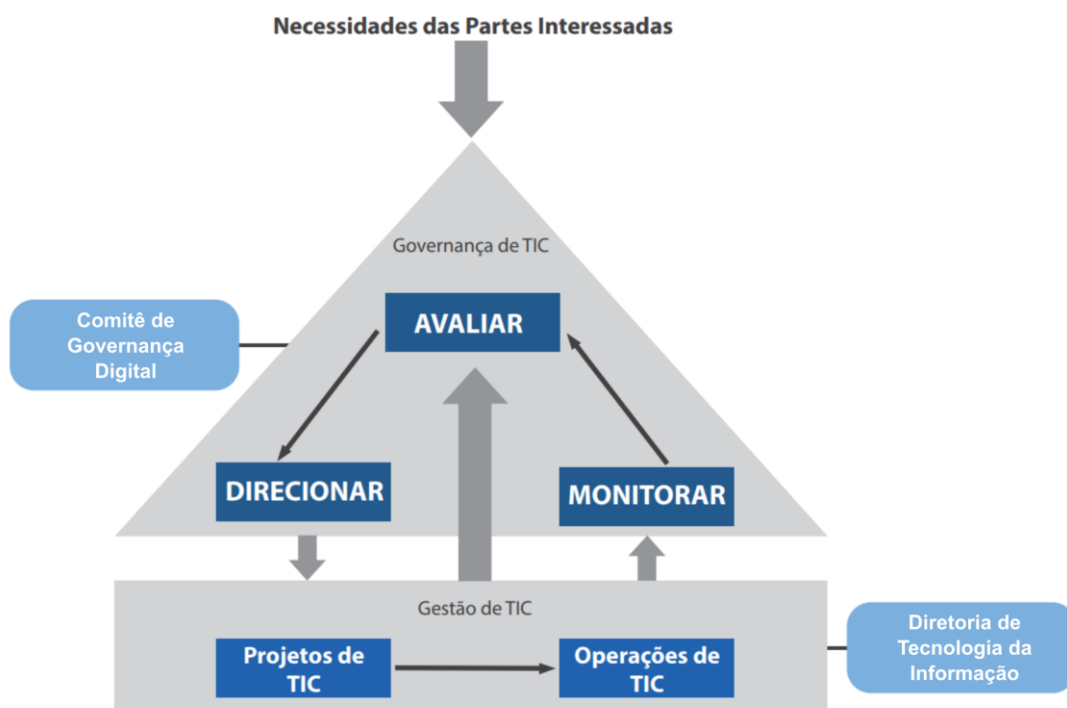
Através do Comitê de Governança Digital, Portaria 1740 de 24/07/2018, a alta administração do IFG (Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias) participam das decisões sobre a aplicação dos recursos de TIC e definições de prioridades. A criação do Comitê de Governança, Riscos e Controle do IFG, Portaria 2716 de 21/12/2016, também desenvolveu um cenário favorável à evolução da Governança de TIC no âmbito do IFG.

Prática 02 - Especificação dos direitos decisórios sobre TIC

No IFG, duas estruturas são definidas para tomadas de decisão sobre recursos de TIC: Comitê de Governança Digital no âmbito de Governança de TIC e Diretoria de Tecnologia da Informação no âmbito da Gestão de TIC.

Na figura abaixo, representamos o papel de cada um no IFG:

Figura 2: Diferença entre a Gestão e Governança de TI no IFG



Prática 03 - Comitê de TIC

O CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFG foi constituído em 2011 através da Portaria 937 de 08/11/2011. Com a publicação do Decreto 8.638/2016 que estabelece a política de governança digital no governo federal, o CGTIC foi transformado em Comitê de Governança Digital, incluindo em sua composição todas as Pró-Reitorias, Diretoria de TI, Setor de Desenvolvimento Institucional, dois Diretores de Câmpus e a Diretoria Executiva que preside o Comitê.

Prática 04 - Riscos de TIC

Juntamente com a Auditoria Interna do IFG, foi elaborado em 2018 o Plano de Gerenciamento de Riscos de TIC. O plano é monitorado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Coordenações subordinadas. São 27 riscos identificados para serem monitorados e/ou gerenciados, e citamos um como exemplo e destaque:

Risco 20	
Processo	Backup de bancos de dados e arquivos institucionais
Objetivo	Garantir a segurança da informação dos dados institucionais
Evento	Indisponibilidade no processo de backup
Causa	Falta de energia elétrica no datacenter pela concessionária
Consequência	Instituição/setor/servidor não ter o backup dos arquivos institucionais
Tratamento	Utilização de sistema redundante de nobreak; Utilização de gerador
Monitoramento	Testar com frequência o sistema de nobreak e gerador; Manter contrato de manutenção sempre ativo do gerador e nobreak;

Prática 05 - Portfólio de TIC

A Diretoria de Tecnologia da Informação gerencia o Portfólio de TIC do IFG, atuando nas seguintes áreas:

- Gerenciamento do Catálogo de Sistemas pela coordenação de desenvolvimento de sistemas e disponibilizado na página:
<http://www.ifg.edu.br/dti/sistemas>
 - Atualmente o IFG possui e mantém cerca de 40 sistemas, dentre as categorias acadêmico e administrativo/institucional.
- Gerenciamento do Catálogo de Serviços pela coordenação de serviços e suporte e disponibilizado na página: <http://www.ifg.edu.br/dti/servicos-de-ti>
- Gerenciamento do Portfólio de Projetos pela Diretoria de Tecnologia da Informação e utilizado a ferramenta Redmine: <https://projetos.ifg.edu.br/>
- Gerenciamento do Portfólio de Contratos pela Diretoria de Tecnologia da Informação e utilizado a plataforma SUAP – módulo de Contratos:
<https://suap.ifg.edu.br/>
- Gerenciamento de Serviços de TIC pela Coordenação de Serviços e Suporte através da ferramenta GLPI: <https://suporte.ifg.edu.br/>
- Gerenciamento de Infraestrutura de TIC pela Coordenação de Redes e Infraestrutura.
- Gerenciamento Orçamentário de TIC pela Diretoria de Tecnologia da Informação através do Plano Anual de Contratações de Soluções de TIC.
- Gerenciamento de Código Fonte dos Sistemas pela Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas através da ferramenta GitLab: <https://gitlab.ifg.edu.br>

O balanceamento do Portfólio de TIC é realizado em conjunto com o Comitê de Governança Digital, com o objetivo de alinhar o que precisa ser executado com a capacidade de execução.

Prática 06 - Alinhamento Estratégico

Através do Comitê de Governança Digital do IFG e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, busca-se a manutenção do alinhamento das ações e uso de recursos de TIC com os objetivos e metas da Instituição. Nesta página, encontra-se as informações do Comitê:
<http://www.ifg.edu.br/comites/cgd>.

Prática 07 - Sistema de comunicação e transparência

Através da página da Diretoria de Tecnologia da Informação (<http://www.ifg.edu.br/dti/>) são divulgados o catálogo de sistemas, catálogo de serviços, o plano diretor de tecnologia da informação bem como o status de sua execução citando cada ação/projeto, além de outras informações pertinentes da área de TI.

Prática 08 - Conformidade do ambiente de TIC

Para assegurar a conformidade com as leis, decretos e demais normas aplicadas à Gestão de Tecnologia da Informação, o Instituto Federal de Goiás observa um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, o IFG verifica habitualmente as normas e orientações publicadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério da Economia e pelo SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. No capítulo 1 deste Relatório são citados os principais normativos relacionados a TIC e a situação no IFG.

Prática 09 - Monitoramento do desempenho da TIC

A Diretoria de Tecnologia da Informação monitora e supervisiona o desempenho das ações empreendidas pela TIC através das metas indicadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A verificação é realizada mensalmente através da planilha de medição das metas e ações do PDTI vigente e pode ser acessar em: <https://tinyurl.com/acompanhamento-pdti-ifg>

Outro monitoramento refere-se a satisfação dos usuários frente ao serviço de suporte de TI. A meta do PDTI vigente é de no mínimo 80% de satisfação e através da ferramenta GLPI, usada na gestão de serviços e suporte, tem-se o resultado médio de 97,5% no ano de 2018. Abaixo gráfico do atendimento de suporte de TI e satisfação dos usuários:

Figura 3: Atendimento de Suporte de TI do IFG no ano de 2018 – Fonte suporte.ifg.edu.br

Prática 10 - Avaliação do uso da TIC

Através do PDTI 2016-2018, foram definidos metas e ações relacionados ao uso e alocação dos recursos de TI, com vistas a assegurar a existência de recursos suficientes para o atendimento das necessidades. Exemplos de metas e ações do PDTI: Realizar análise do quadro atual de profissionais de TI e propor estrutura mínima para o IFG; Manter a utilização dos recursos do datacenter em no máximo 70% da capacidade total; Otimização de conteúdo do datacenter.

O PDTI é executado e monitorado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e supervisionado pelo Comitê de Governança Digital.

6.6.3 Montante de Recursos Aplicados em TI

Serviços e materiais	Valor
Licenças de Softwares Adobe	R\$ 15.264,00
Solução de Antivírus Corporativo	R\$ 169.070,00
Discos SSD e HD	R\$ 23.794,90
Comunicação de Dados	R\$ 28.060,00
Certificados Digitais	R\$ 10.650,00
Telefonia Móvel	R\$ 55.320,58
Telefonia Fixa – Reitoria	R\$ 10.824,89
Outsourcing de impressão – Reitoria	R\$ 99.340,40
Sistema Q-Acadêmico	R\$ 225.836,88
Sistema Sophia	R\$ 15.000,00

Convênio Metrogyn	R\$ 46.689,96
Infraestrutura de fibra óptica e cabeamento estruturado	R\$ 212.833,49

Investimentos	Valor
Swiches Core e de Acesso	R\$ 145.260,00
Computadores	R\$ 98.100,00
Solução de Câmeras de Segurança	R\$ 161.787,50
Solução de Acesso Físico	R\$ 33.200,00
Solução para Datacenter(storage e servidores)	R\$ 1.269.745,00

Recursos Humanos

Quantidade	Cargo	Atuação Principal
01	Docente	Diretoria de TI
13	Analista de TI	3 - Infraestrutura/Redes 7 - Desenvolvimento de Sistemas 3 - Manutenção e Suporte de TI (Câmpus)
32	Técnico de TI	Suporte e manutenção de TI
18	Técnicos de Laboratório de Informática	Laboratórios de informática / suporte e manutenção
04	Assistente de Laboratório de Informática	Laboratórios de informática / suporte e manutenção
01	Assistente em Administração	Suporte e manutenção de TI
01	Porteiro	Suporte e manutenção de TI

6.6.4 Contratações Mais Relevantes de Recursos de TI

Dentre as diversas contratações realizadas no ano de 2018, devido à criticidade para atendimento das demandas institucionais, destacamos:

- Ampliação do datacenter do IFG: Para manter cerca de 40 sistemas de informação e a previsão de disponibilização de novos sistemas, principalmente o Sistema Eletrônico de Informação, há uma crescente demanda por espaço de armazenamento, processamento e backup. Os recursos do datacenter do IFG em 2018 expiraram a garantia e suporte, além de ultrapassarem 70% da capacidade, o que necessitou realizar contratação para aquisição de novos equipamentos e softwares de gerenciamento, bem como serviço especializado em instalação e treinamentos. Um datacenter adequado se constitui em uma importante ferramenta de trabalho para o atendimento às áreas finalísticas da instituição, tendo em vista que armazena todos os dados e sistemas da instituição.
- Contrato de manutenção do Sistema Q-Acadêmico: O sistema Q-Acadêmico suporta diretamente a atividade principal da missão institucional do IFG, o Ensino. Este sistema é, dentre todos os sistemas aqui utilizados, o mais crítico para a continuidade das atividades Institucionais. Neste sentido, foi realizado em 2018 novo contrato de manutenção e evolução do Sistema, para que o mesmo tenha condições e pleno funcionamento para suportar os processos acadêmicos.

- Solução de Antivírus Corporativo: A contratação da solução de antivírus auxilia o IFG a cumprir as diretrizes gerais estabelecidas em sua Política de Segurança da Informação, Resolução nº 07 de 26/03/2013, em consonância a Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008 e demais normas complementares. A presente contratação se faz indispensável por tratar de serviço com características de execução contínua, uma vez que previne contaminação por código malicioso (e suas variantes) e minimiza riscos de sigilo, integridade e disponibilidade das informações.

6.6.5 Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos)

Sistemas			
Projeto	Detalhamento	Status	Benefícios Alcançados/Esperados
SUAP - Enceja	Sistema para recebimento das solicitações, gestão e geração dos certificados do ensino médio com base no Enceja implantado no SUAP	Em produção	Mais de 8500 solicitações de certificados recebidas e gerenciadas através do sistema gerando economia significativa em recursos materiais e tempo, além de gestão centralizada.
SUAP – Atividades Estudantis	Sistema para gerenciamento dos programas e auxílios da Assistência Estudantil e questionário socioeconômico.	Em produção	Mais de 13000 inscrições de alunos em programas de auxílios estudantis. Fluxo padronizado e gestão melhorada através dos relatórios gerenciais. Sistema auxilia na identificação dos alunos com vulnerabilidade social, dentre outras funcionalidades que melhoram significativamente o processo da Assistência Estudantil.
IFG Digital	Sistema Eletrônico de Informação a ser implantado pelo SUAP em atendimento ao Decreto 8539/2015. Página do projeto: http://www.ifg.edu.br/ifgdigital	Entrará em produção em abril/2019	Economia de mais de R\$ 1 milhão de reais na gestão de processos, com materiais como resmas de papel, contrato de malote, consumíveis, capa de processos, custos com impressões, armários deslizantes; Aumento da produtividade e menor tempo de tramitação dos processos.
SUAP - Frota	Sistema para gestão dos veículos e viagens institucionais. Módulo do SUAP.	Em produção em novembro/2018	Agilidade na solicitação e gerenciamento das viagens. Emissão de relatórios gerenciais. Mais de 150 solicitações de viagens atendidas no primeiro mês de uso.
Barramento de Serviços	Sistema do tipo WebService para prover integração de dados entre sistemas de maneira orquestrada	Entrará em produção em março/2019	Facilidade na disponibilização e integração de dados entre os sistemas da Instituição e externos. Automação na disponibilização dos conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos,
Contrato Q-Acadêmico	Processo para contratação da evolução e manutenção do Sistema Q-Acadêmico	Concluído	Suportar a principal atividade da Instituição, a gestão do Ensino. Mais de 12000 alunos matriculados no período, e um banco de dados de milhares de registros gerados a partir da gestão acadêmica. Permitir a evolução e customização de partes do sistema, bem como a correção de erros.

Infraestrutura			
Projeto	Detalhamento	Status	Benefícios Alcançados/Esperados
Ampliação do Data-center	Processo de aquisição e projeto de implantação de recursos para o datacenter incluindo servidor e treinamento	Finalizado processo de aquisição. Em andamento implantação da solução. Previsão de conclusão em março/2019	Recursos de armazenamento, processamento e memória suficientes para suportar as dezenas de sistemas Institucionais. Ampliar a segurança e disponibilidade dos sistemas.
Aquisição de ativos de rede	Processo de aquisição de Swit-ches Core e de Acesso	Concluído	Disponibilizar rede de dados para suportar as atividades acadêmicas e administrativas dos Câmpus do IFG. Ampliar a capacidade de velocidade e estabilidade da rede de dados.
Solução de Antivírus Corporativo	Contratação de licenças de solução antivírus corporativo	Concluído	Cumprir as diretrizes gerais estabelecidas em sua Política de Segurança da Informação; Prevenir contaminação por código malicioso e minimizar riscos de sigilo, integridade e disponibilidade das informações.

6.6.6 Segurança da Informação

O IFG através da Portaria nº 1437 de 29/08/2012 implantou o CGSIC - Comitê Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações, com o objetivo de planejar e coordenar as atividades que envolvem segurança da informação e das comunicações no âmbito do IFG.

Através do trabalho do CGSIC, foi aprovada a Política de Segurança da Informação e das Comunicações do IFG pela Resolução nº 07 de 26/03/2013, bem como diversas Normas de Uso.

As ações dos setores de TI devem ser alinhadas a Política de Segurança da Informação, normas de uso e diretrizes do CGSIC, e no ano de 2018 foram realizadas diversas ações acerca do tema:

- Publicação dos conjuntos de dados na plataforma de dados abertos em consonância as diretrizes do CGSIC;
- Criação de matérias e comunicados de divulgação e conscientização aos servidores e alunos, junto a Diretoria de Comunicação Social, sobre formas de ataques e prevenção na internet, com foco no e-mail institucional;
- Realizado processo para contratar solução de antivírus corporativo;
- Atualizado e padronizado os sistemas de firewall das unidades do IFG;
- Adotado novas soluções de registro de log e monitoramento;
- Iniciado projeto de segmentação da rede (VLAN) em todas as unidades;

6.6.7 Principais Desafios a Ações Futuras

Desafio	Prazo Curto/Médio/Longo	Proposta de Ações
Executar todas as metas estabelecidas no PDTI vigente	Médio	Monitorar a execução do PDTI realizando intervenções quando necessário ou submissão ao Comitê de Governança Digital
Elaborar novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação para 2020-2022	Médio	Comitê de Governança Digital iniciar processo para elaboração do PDTI através da indicação dos nomes para constituição de comissão
Finalizar a implantação do Processo Eletrônico	Curto	Executar etapas do projeto conforme cronograma de implantação
Atender novas demandas de sistemas em paralelo a manutenção/evolução dos sistemas atuais	Longo	Ampliar quadro de profissionais na área de TI e/ou realizar contratar empresas de desenvolvimento
Manter a área de TI como estratégica na Instituição e imprescindível para o seu desenvolvimento	Médio	Atuar no convencimento da alta gestão sobre a valorização do setor de TI, no quesito de estrutura e funções gratificadas/cargos de direção, como forma de permitir a TI prestar o melhor serviço para a Instituição
Finalizar implantação do Sistema de Ponto Eletrônico	Curto	Executar as etapas do projeto após publicação da Portaria Institucional
Lidar com os sistemas sendo desenvolvidos na Instituição fora do setor de TI	Médio	Preparar documentação e plano para aproveitar força de trabalho no IFG para desenvolvimento de sistema institucional
Atender a meta de demanda de sistemas definida no PDTI	Médio	Priorizar projetos dentro do sistema SUAP devido experiência da equipe Distribuir projetos aos analistas para atendimento simultâneo conforme condições de cada servidor; Demandas de evolução de sistema terem que passar pelo Comitê de Governança Digital
Ter orçamento disponível para realizar as aquisições/contratações de soluções de TI	Longo	Realizar plano de contratações de TIC definindo prioridades para ser atendido conforme orçamento disponível
Elaboração do Plano de Contratações de TIC 2020	Curto	Executar as etapas do processo definido entre DTI, PROAD e Comitê de Governança Digital

6.7 Sustentabilidade Ambiental

No triênio 2016-19 foram investidos em todos os câmpus do IFG R\$ 803.171,13 em acessibilidade e sustentabilidade.



IFG Sustentável

- Campanha de caráter permanente e objetiva.
- Objetivo: mobilizar a Instituição para a economia de água e energia, além da adoção de prática que visem conter o desperdício.
- Desenvolvida pela Diretoria de Comunicação Social (Dicom).
- Em consonância a Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que trata do monitoramento do uso de energia elétrica e de água em órgãos públicos, além da adoção de práticas que vi-

sem conter o desperdício.



- Uma das ações da campanha consiste na distribuição e afixação de adesivos na Reitoria e nos câmpus do Instituto Federal de Goiás, com mensagens voltadas para a economia de água, energia elétrica, papel e de materiais que impactem o meio ambiente.
- A opção pela adoção dos adesivos também tem relação com o baixo custo de execução, vinculado a uma ação ampla e mais permanente, já que os adesivos têm boa durabilidade.
- Além dos adesivos, a Campanha possui um selo, IFG Sustentável, que acompanha as ações desenvolvidas no âmbito dos câmpus e Reitoria.
- Outra ação consiste no envio de publicação nos canais oficiais do IFG em mídias sociais, de mensagens com foco na economia e para que o desperdício seja evitado.

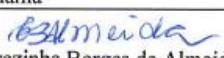
Projetos para Eficiência Energética	
Parceria	Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Foco	Eficiência Energética
Ações Realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de duas árvores solares (câmpus Goiânia e Itumbiara); • Instalação dos sistemas de micro e minigeração solar fotovoltaico para eficiência energética (câmpus Itumbiara e Uruaçu).
Ações Futuras	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de usinas fotovoltaicas e troca do sistema de iluminação dos câmpus; • Substituição de 32.140 lâmpadas e luminárias; • Instalação de 3.974 placas solares de 315 Wp cada, 37 inversores e mais os materiais necessários.
Árvores Solares	<ul style="list-style-type: none"> • Possuem 11 m² e ocupam uma área de 20 m² cada uma; • A potência de sistema de cada árvore será de 2.6 kWp (sistema fotovoltaico); • economia de energia de 300 kWh/mês (cada); • Redução do gasto de gás carbônico (CO₂) – são 18.390 kg de CO₂ por ano -, o que equivale a 10 carros a menos nas ruas e a 110 árvores plantadas; • Redução do consumo de água utilizada nas usinas hidrelétricas comuns (113.503.016 litros de economia).
Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Economia de energia de 300 kWh/mês por árvore solar; • Economia de 80% na conta de energia de todo o IFG.
Frentes de Atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos impactos técnicos nas redes de distribuição de energia em função da inserção da geração distribuída e das ações de eficiência energética; • Análise de viabilidade econômica; • Desenvolvimento de tecnologias de conversores eletrônicos (CC-CC e CC-CA) para a conexão e interfaceamento de sistema FV à rede elétrica, visando a nacionalização das técnicas empregadas nesses dispositivos; • Estudo e implantação de um sistema completo de captação e tratamento de esgoto e de uma planta piloto para conversão de energia termoeletrica a partir da utilização do biogás; • estudo de telhados/coberturas das edificações no Brasil para instalação das estruturas dos painéis FV.

Sustentabilidade Ambiental nas aquisições e contratações

Os critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações realizadas pelo IFG são definidos nos instrumentos convocatórios (editais, termos de referência e contratos) e observam o Guia de Licitações Sustentáveis disponibilizado pela Advocacia-Geral da União – AGU.

7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Declaração do contador e/ou opinião dos auditores externos

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás		158153	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/64 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2018, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Goiânia	Data	11/02/2019
Contador Responsável	 Terezinha Borges de Almeida	CRC nº	6.447/GO

7.2 Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
06/02/2019

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	1.355.848,80	1.182.443,24	Despesas Orçamentárias	461.839.623,19	443.650.539,77
Ordinárias	-	345.648,50	Ordinárias	401.329.050,96	149.045.224,44
Vinculadas	1.357.499,02	845.516,54	Vinculadas	60.510.572,23	294.605.315,33
Educação	300,00	155,00	Educação	-	289.776.611,84
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.393.063,00	258.894,23
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	41.604.633,00	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.357.199,02	845.361,54	Recursos de Receitas Financeiras	1.489.742,70	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.850,22	-8.721,80	Operação de Crédito	903.513,00	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.754.338,73	622.341,14
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	10.365.281,80	3.947.468,12
Transferências Financeiras Recebidas	485.996.663,13	481.144.248,42	Transferências Financeiras Concedidas	37.157.646,05	37.164.513,05
Resultantes da Execução Orçamentária	468.529.744,37	454.864.378,44	Resultantes da Execução Orçamentária	32.506.955,93	32.257.097,54
Repasso Recebido	435.979.478,40	422.457.091,09	Repasso Concedido	46.689,96	49.810,79
Sub-repasso Recebido	32.550.265,97	32.207.286,75	Sub-repasso Concedido	32.550.265,97	32.207.286,75
Independentes da Execução Orçamentária	17.466.918,76	26.479.869,98	Independentes da Execução Orçamentária	4.560.690,12	4.907.415,51
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	17.166.267,91	25.965.845,99	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.370.618,53	4.561.612,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	300.650,85	514.023,99	Demais Transferências Concedidas	45.181,01	-
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	144.890,58	345.803,50
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	59.288.548,62	15.225.126,04	Despesas Extraorçamentárias	12.901.680,02	17.648.408,75
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	37.238.710,86	1.374.177,28	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.384.301,35	978.067,64
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.293.851,54	13.215.228,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.914.228,92	16.017.531,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	603.219,75	635.720,23	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	603.149,75	652.809,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	152.766,47	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	144.297,11	-			
Demais Recebimentos	8.469,36	-			
Saldo do Exercício Anterior	3.968.592,27	4.880.236,14	Saldo para o Exercício Seguinte	38.710.703,56	3.968.592,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.968.592,27	4.880.236,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.710.703,56	3.968.592,27
TOTAL	550.609.652,82	502.432.053,84	TOTAL	550.609.652,82	502.432.053,84



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 06/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	827.935,00	827.935,00	1.355.848,80	527.913,80
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	95.839,00	95.839,00	246.405,21	150.566,21
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	95.839,00	95.839,00	246.405,21	150.566,21
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	657.047,00	657.047,00	798.583,89	141.536,89
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	657.047,00	657.047,00	798.583,89	141.536,89
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	75.049,00	75.049,00	310.859,70	235.810,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	6,00	6,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	75.049,00	75.049,00	310.706,70	235.657,70
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	147,00	147,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 06/02/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	827.935,00	827.935,00	1.355.848,80	527.913,80
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	827.935,00	827.935,00	1.355.848,80	527.913,80
DEFICIT			460.483.774,39	460.483.774,39
TOTAL	827.935,00	827.935,00	461.839.623,19	461.011.688,19
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	411.555.802,00	447.899.726,00	448.403.435,59	439.705.511,32	402.638.272,58	-503.709,59
Pessoal e Encargos Sociais	346.346.891,00	382.036.241,00	379.366.147,46	379.366.147,46	345.881.164,78	2.670.093,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	65.208.911,00	65.863.485,00	69.037.288,13	60.339.363,86	56.757.107,80	-3.173.803,13
DESPESAS DE CAPITAL	3.680.000,00	3.880.000,00	13.436.187,60	840.260,33	668.788,21	-9.556.187,60
Investimentos	3.680.000,00	3.880.000,00	13.436.187,60	840.260,33	668.788,21	-9.556.187,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	415.235.802,00	451.779.726,00	461.839.623,19	440.545.771,65	403.307.060,79	-10.059.897,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
08/02/2019

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	415.235.802,00	451.779.726,00	461.839.623,19	440.545.771,65	403.307.060,79	-10.059.897,19
TOTAL	415.235.802,00	451.779.726,00	461.839.623,19	440.545.771,65	403.307.060,79	-10.059.897,19

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.363.147,50	7.465.708,63	6.547.667,79	6.418.871,67	848.512,56	1.561.471,90
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.363.147,50	7.465.708,63	6.547.667,79	6.418.871,67	848.512,56	1.561.471,90
DESPESAS DE CAPITAL	723.880,26	5.749.519,90	5.318.100,95	4.495.357,25	98.737,52	1.879.305,39
Investimentos	723.880,26	5.749.519,90	5.318.100,95	4.495.357,25	98.737,52	1.879.305,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.087.027,76	13.215.228,53	11.865.768,74	10.914.228,92	947.250,08	3.440.777,29

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	135.995,27	744.964,40	669.299,70	159.711,19	51.948,78
Pessoal e Encargos Sociais	-	145.038,44	-	145.038,44	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	135.995,27	599.925,96	669.299,70	14.672,75	51.948,78
DESPESAS DE CAPITAL	453.801,97	715.772,36	715.001,65	770,71	453.801,97
Investimentos	453.801,97	715.772,36	715.001,65	770,71	453.801,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	589.797,24	1.460.736,76	1.384.301,35	160.481,90	505.750,75



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 06/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	47.739.559,68	12.150.845,15	PASSIVO CIRCULANTE	45.318.153,05	2.072.287,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.710.703,56	3.968.592,27	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	38.832.787,36	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7.617.595,97	6.781.749,70	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.855.055,53	1.699.326,58
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.411.260,15	1.400.503,18	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.630.310,16	372.960,93
ATIVO NÃO CIRCULANTE	601.871.201,62	565.668.792,54	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	45.318.153,05	2.072.287,51
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	601.212.746,26	565.009.832,08	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	42.777.297,00	47.809.727,17	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	99.024.825,85	96.646.526,94	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-56.247.528,25	-48.776.799,77	Resultados Acumulados	604.292.608,25	575.745.350,18
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	35.233.699,02	4.070.888,99
Bens Imóveis	558.435.448,68	517.140.104,91	Resultados de Exercícios Anteriores	575.745.350,18	721.420.104,30
Bens Imóveis	559.749.109,42	517.857.870,47	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.686.440,95	-149.745.643,20
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.313.660,76	-717.765,56	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	604.292.608,25	575.745.350,18
Intangível	658.455,36	656.960,46			
Softwares	658.455,36	656.960,46			
Softwares	658.455,36	656.960,46			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
06/02/2019

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	649.610.761,30	577.817.637,69	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	649.610.761,30	577.817.637,69

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	38.710.703,56	3.968.592,27	PASSIVO FINANCEIRO	62.479.160,44	17.352.790,29
ATIVO PERMANENTE	610.900.057,74	573.849.045,42	PASSIVO PERMANENTE	6.622.081,62	15.103,87
			SALDO PATRIMONIAL	580.509.519,24	560.449.743,53

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO		
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	32.213.301,53	17.749.968,31	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	29.421.689,65	33.087.067,47
Execução dos Atos Potenciais Ativos	32.213.301,53	17.749.968,31	Execução dos Atos Potenciais Passivos	29.421.689,65	33.087.067,47
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	32.213.301,53	17.749.968,31	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	173.872,71	173.872,71
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	29.247.816,94	32.913.194,76
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	32.213.301,53	17.749.968,31	TOTAL	29.421.689,65	33.087.067,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.471.287,05
Recursos Vinculados	-13.297.169,83
Educação	-2.496.515,32
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	6.988,96
Previdência Social (RPPS)	-
Recursos de Receitas Financeiras	-1.489.742,70
Operação de Crédito	-903.513,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-289.190,81
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-8.125.198,96
TOTAL	-23.768.456,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
06/02/2019

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	40.621.258,40	12.406.899,03
INGRESSOS	488.108.498,15	482.962.411,89
Receitas Derivadas e Originárias	1.355.848,80	1.182.443,24
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	246.405,21	141.148,79
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	798.583,89	541.480,90
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	310.859,70	499.813,55
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	486.752.649,35	481.779.968,65
Ingressos Extraorçamentários	603.219,75	635.720,23
Transferências Financeiras Recebidas	485.996.663,13	481.144.248,42
Arrecadação de Outra Unidade	144.297,11	-
Demais Recebimentos	8.469,38	-
DESEMBOLSOS	-447.487.239,75	-470.555.512,86
Pessoal e Demais Despesas	-354.658.241,72	-378.739.884,12
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-47.356.522,23	-46.595.967,99
Saúde	-472.704,79	-842.550,64
Trabalho	-	-
Educação	-306.785.447,65	-330.783.813,51
Cultura	-442,50	-560.033,87
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-10.442,50	-137.438,96
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-32.682,05	-20.079,16
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/02/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2642@ - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2018	2017
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-55.068.202,23	-53.998.306,42
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-56.013.923,23	-63.980.636,42
Outras Transferências Concedidas	-54.279,00	-28.670,00
Outros Desembolsos das Operações	-37.760.795,80	-37.817.322,32
Dispêndios Extraorçamentários	-603.149,75	-652.809,27
Transferências Financeiras Concedidas	-37.157.646,05	-37.164.513,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.879.147,11	-13.318.542,90
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.879.147,11	-13.318.542,90
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.877.652,21	-13.269.602,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.494,90	-48.940,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
06/02/2019

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.742.111,29	-911.643,87
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.968.592,27	4.880.236,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	38.710.703,56	3.968.592,27



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 06/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.186.576.568,06	485.807.950,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.046.579,17	684.527,63
Venda de Mercadorias	-	125,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.046.579,17	684.402,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	207,15	222,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	207,15	222,88
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	488.071.526,66	483.165.600,73
Transferências Intragovernamentais	485.096.683,13	481.144.248,42
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.074.883,53	2.021.352,31
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos	697.003.245,27	1.457.785,28
Reavaliação de Ativos	696.842.580,48	1.454.757,48
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	160.664,79	3.027,80
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	455.009,81	499.813,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 06/02/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	455.009,81	499.813,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.151.342.869,04	481.737.061,10
Pessoal e Encargos	336.777.219,41	328.490.193,34
Remuneração a Pessoal	266.900.837,20	280.113.912,81
Encargos Patronais	55.458.167,08	54.168.504,75
Benefícios a Pessoal	14.418.215,15	14.207.775,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	56.197.158,00	46.783.555,69
Aposentadorias e Reformas	48.851.061,39	39.809.484,44
Pensões	7.286.873,26	6.914.194,25
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.223,35	59.877,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	46.630.066,36	47.562.831,25
Uso de Material de Consumo	1.271.910,03	1.431.164,92
Serviços	37.593.413,36	36.040.318,67
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.764.742,97	10.091.347,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.534,15	2.120,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.883,93	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.650,22	2.120,81
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	39.262.769,60	38.445.659,91
Transferências Intragovernamentais	37.149.176,69	37.164.513,05
Transferências Intergovernamentais	154.008,00	28.670,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.959.586,91	1.252.476,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	658.847.296,42	7.095.551,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	648.536.797,42	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	4.236,14	-
Desincorporação de Ativos	10.306.262,86	7.095.551,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
06/02/2019

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	84.405,53	111.628,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.306,46	68.332,23
Contribuições	59.099,07	43.296,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.539.419,57	13.245.520,68
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.278.859,87	8.097.770,13
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.260.559,70	5.147.750,55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	35.233.699,02	4.070.888,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 06/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	721.420.104,39	-	-	721.420.104,39
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-149.745.643,20	-	-	-149.745.643,20
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.070.888,99	-	-	4.070.888,99
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	575.745.350,18	-	-	575.745.350,18

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	575.745.350,18	-	-	575.745.350,18
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-6.886.440,95	-	-	-6.886.440,95
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	35.233.699,02	-	-	35.233.699,02
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	604.292.608,25	-	-	604.292.608,25

7.3 Notas Explicativas

Nota 013 – Restos a Pagar Não Processados

Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Goiás apresenta um saldo de R\$ 2.489.237,47 (Dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos), referente a restos a pagar não processados a liquidar.

A seguir, apresentamos a tabela, demonstrando a execução dos restos a pagar.

Execução dos Restos Não Processados por Origem do Recurso

Unidade Orçamentária	RPNP Inscritos e Reinscritos	RPNP Cance- lados	RPNP liquida- dos	RPNP Pagos	RPNP a liqui- dar
26101- MEC	5.691.249,30	2.251,29	5.168.907,05	4.296.253,93	520.090,96
26104-	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
26429-IFG	8.782.965,46	938.009,83	6.165.543,75	6.086.657,05	1.679.411,88
36211-Funasa	797.260,68	6.988,96	500.537,09	500.537,09	289.734,63
53207-Sudeco	20.780,85		20.780,85	20.780,85	0,00
TOTAL	15.302.256,29	947.250,08	11.865.768,74	10.914.228,92	2.489.237,47

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao total de Restos a Pagar inscritos no Instituto Federal de Goiás, apresentado na tabela acima, 57,39 pertencem ao orçamento do próprio órgão e 42,61% provém do orçamento de outros órgãos.

Em 31/12/2018, 71,32% dos RPNP apresentavam pagos e 6,19% foram cancelados e referem –se a saldos de contratos não utilizados.

A seguir, apresentamos a tabela, demonstrando os RPNP por grupo de despesas.

Restos a pagar Não Processados por grupo de despesas

Grupo de Despesas	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	Saldo	AV(%)
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Desp correntes	8.828.856,13	848.512,56	6.547.667,79	6.418.871,67	1.432.675,78	57,55%
Investimentos	6.473.400,16	98.737,52	5.318.100,95	4.495.357,25	1.056.561,69	42,45%
Total	15.302.256,29	947.250,08	11.865.768,74	10.914.228,92	2.489.237,47	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

42,30% do saldo inscrito em restos a pagar se refere ao grupo investimentos (obras e materiais permanentes).

A seguir, apresentamos a tabela, demonstrando os RPNP a Liquidar por Unidade Gestora .

Restos a pagar Não Processados a Liquidar por Unidade Gestora

Unidade Gestora	30/09/2018	AV (%)
Reitoria	1.949.782,93	78,33%
Câmpus Goiânia	102.824,53	4,14%
Câmpus Jataí	0,00	0,00%
Câmpus Inhumas	0,00	0,00%
Câmpus Itumbiara	57.259,88	2,31%
Câmpus Uruaçu	46.676,17	1,88%
Câmpus Anápolis	103.087,69	4,15%
Câmpus Formosa	104.768,26	4,21%
Câmpus Luziânia	25.050,42	1,00%
Câmpus Aparecida de Goiânia	20.621,88	0,83%
Câmpus Cidade de Goiás	38.263,57	1,54%
Câmpus Águas Lindas	0,00	0,00%
Câmpus Goiânia Oeste	622,80	0,01%
Câmpus Senador Canedo	759,80	0,01%
Câmpus Valparaíso	39.519,54	1,59%
Total	2.489.237,47	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

A Reitoria é responsável por 78,33 % dos Restos a Pagar não processados a liquidar, sendo que esta Unidade é responsável pela execução de todas as obras e de todos os processos seletivos do órgão.

O órgão não possui empenhos anteriores a 2015 inscritos em restos a pagar e está adotando medidas para evitar saldos alongados e reinscrição de empenhos.

Nota 12 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Goiás, possuía um saldo de R\$ 29.247.816,94 (Vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos), referentes a obrigações contratuais.

A seguir, apresentamos a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Aluguéis	41.087,06	533.193,87	- 670,58%
Fornecimento de Bens	80.118,84	85.922,71	-6,76%
Seguros	13.489,61	0,00	100,00%
Contratos de Serviços	29.113.121,43	32.294.978,18	-9,86%
Total	29.247.816,94	32.913.194,76	-11,14%

Fonte: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais relacionadas com contratos de serviços representam 98,12 % dos contratos assumidos em 2017 e 99,53% dos contratos em 2018.

Apresentamos a seguir a tabela relacionando-se as Unidades Gestoras contratantes na data base de 31/12/2018.

Obrigações contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2018	AV(%)
Reitoria	22.513.781,83	76,98%
Câmpus Goiânia	1.808.827,18	6,18%
Câmpus Jataí	251.699,02	0,86%
Câmpus Inhumas	488.869,06	1,67%
Câmpus Itumbiara	303.521,53	1,04%
Câmpus Uruaçu	134.572,52	0,46%
Câmpus Anápolis	243.296,85	0,83%
Câmpus Formosa	131.368,71	0,45%
Câmpus Luziânia	673.981,21	2,30%
Câmpus Aparecida	677.293,83	2,32%
Câmpus Cidade de Goiás	727.950,66	2,49%
Câmpus Águas Lindas	278.784,68	0,95%
Câmpus Goiânia Oeste	69.698,30	0,24%
Câmpus Senador Canedo	772.260,04	2,64%
Câmpus Valparaíso	171.911,52	0,59%
Total	29.247.816,94	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

A Reitoria, é responsável por 76,98% dos contratos assumidos até 2018, sendo responsável pela execução das obras e serviços de engenharia de todos os Câmpus, pelos contratos para realização de eventos institucionais e realização de processos seletivos e concursos.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os saldos dos contratos mais significativos, na data base de 31/12/2018.

Obrigações Contratuais – Por Contrato

	31/12/2018	AV(%)
MPA Construtora Ltda	6.642.915,77	22,71%
Reuter Gráficos Editores Ltda	4.161.963,39	14,23%
Gevex Construções – Eireli	2.346.021,30	8,02%
CMM Constr.Moraes Martins Ltda	1.490.031,43	5,09%
Brasilcard Administ.Cartões Ltda	981.159,53	3,36%
Fullbless Eventos Eireli	969.500,00	3,31%
Demais Contratos do Órgão	12.656.225,52	43,28%
Total	29.247.816,94	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Os contratos mais significativos, relacionados acima, representam 56,83% dos saldos dos contratos do Órgão.

- MPA Construtora Ltda- Contrato 024/2018 – Construção da 2ª etapa do Câmpus Goiânia Oeste.
- Reuter Gráficos Editora Ltda – Contrato 018/2016 – Objeto: contratação de serviços para realização de processos seletivos e concursos.
- Gevex Construções – Eireli – Contrato 022/2018 – Construção de quadras nos Câmpus desse órgão.
- CMM Construtora Moraes Martins Ltda – Contratos 026/2016 – Objeto: Construção da 2ª etapa do Câmpus Senador Canedo.
- Brasilcard Administ.Cartões Ltda – contrato 015/2018 – objeto: Abastecimento e manutenção de veículos.
- Fullbles Eventos Eireli – Contrato 007/2018 – objeto: Serviços gráficos.

Nota 09– Receitas

Apresentamos a seguir, uma tabela demonstrando a receita prevista e arrecadada até Dezembro de 2018, no Instituto Federal de Goiás.

Receitas arrecadadas

NATUREZA DA RECEITA		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
13100111	Aluguéis e arrendamentos	95.839,00	95.839,00	246.345,06
13100112	Aluguéis e arrendamentos – Multas e Juros			60,15
16100111	Serviços Administrativos	18.994,00	18.994,00	32.558,89
16100211	Insc. em concursos e proc.seletivos	638.053,00	638.053,00	766.025,00
19100111	Multas previstas em legislação			6,00
19210100	Indeniz.p/danos causados ao Patrim.Publico			450,00
19220611	Restituição de despesas – exerc.amteriores			300,00
19229911	Outras Restituições	75.049,00	75.049,00	309.956,70
19909912	Outras receitas – Multas e juros			147,00
TOTAL		827.935,00	827.935,00	1.355.848,80

Fonte: Tesouro Gerencial.

As receitas realizadas, provenientes de inscrições em concursos e processos seletivos, representam 56,49% do montante arrecadado no exercício. Neste exercício o órgão arrecadou 163,76% das receitas previstas para o exercício.

Nota 010 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Goiás apresentou um saldo de R\$ 601.212.746,26 (seiscentos e hum milhões, duzentos e doze mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2018.

Imobilizado – Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	99.024.825,85	96.646.526,94	2,46%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	56.247.528,25	48.776.799,77	15,31%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	559.749.109,42	517.857.870,47	8,08%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	1.313.660,76	717.765,56	83,02%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	601.212.746,26	565.009.832,08	-

Fonte: Tesouro Gerencial.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/12/2018 totalizavam R\$ 42.777.297,60 (quarenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Bens Móveis - Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	34.130.304,15	33.225.553,69	2,72%
Bens de Informática	20.567.324,02	20.504.120,86	0,30%
Móveis e Utensílios	24.109.297,70	23.509.657,81	2,55%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	9.594.878,46	9.121.007,58	5,19%
Veículos	8.222.597,51	8.285.650,47	-0,77%
Bens Móveis em Almoxarifado	559.549,13	159.661,65	250,45%
Demais Bens Móveis	1.840.874,88	1.840.874,88	0,01%
Depreciação / Amortização Acumulada	56.247.528,25	48.776.799,77	15,31%
Total	42.777.297,60	47.869.727,17	

Fonte: Tesouro Gerencial.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 34,46% refere-se a Máquinas, aparelhos e equipamentos.

Não houve aquisição de veículos no exercício de 2018, devido a cortes ocorridos no orçamento de investimentos.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão, em 31/12/2018, totalizavam R\$ 558.435.448,66 (Quinhentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e estão distribuídos nas seguintes contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	553.543.592,00	505.237.808,94	9,56%
Bens Imóveis em Andamento	6.205.517,42	12.620.061,53	-49,17%
Depreciação / Amortização Acumulada	1.313.660,76	717.765,56	83,02%
Total	558.435.448,66	517.140.104,91	

Fonte: Tesouro Gerencial.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 99,12% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 558.435.448,66 (Quinhentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) em 31/12/2018.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional.

Bens de Uso Especial – Composição

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Terrenos, Glebas	6.608.700,00	6.294.000,00	1,05%
Imóveis de Uso Educacional	546.934.892,00	498.943.808,94	9,61%
Total	553.543.592,00	505.237.808,94	

Fonte: Tesouro Gerencial.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

Todos os Imóveis do Instituto Federal de Goiás estão devidamente cadastrados no sistema SPIUnet .

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

Sendo:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, o Instituto Federal de Goiás, apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.855.055,53 (Dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo referente a Obrigações a Curto Prazo.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

(R\$)

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante	2.855.055,53	1.440.402,54	98,21%
Nacionais	2.855.055,53	1.440.402,54	98,21%
Estrangeiros	0,00	0,00	
Não Circulante	0,00	0,00	
Nacionais	0,00	0,00	
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	2.855.055,53	1.440.402,54	98,21%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017 e 2018.

O acréscimo no passivo circulante deste órgão, em relação a dezembro/ 2017, foi de 98,21% .

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar - Por Unidade Gestora.

(R\$)

	31/12/2017	AV (%)
Reitoria	1.561.886,91	54,71%
Câmpus Goiânia	240.698,75	8,43%
Câmpus Jatai	110.255,25	3,86%
Câmpus Inhumas	52.386,34	1,83%
Câmpus Itumbiara	95.319,25	3,34%
Câmpus Uruaçu	120.430,14	4,22%
Câmpus Anápolis	72.454,98	2,54%
Câmpus Formosa	74.725,31	2,62%
Câmpus Luziânia	189.291,55	6,63%
Câmpus Aparecida de Goiânia	64.274,53	2,25%
Câmpus Cidade de Goiás	68.617,68	2,40%
Câmpus Águas Lindas	36.994,02	1,30%
Câmpus Goiânia Oeste	43.178,05	1,51%
Câmpus Senador Canedo	46.533,59	1,63%
Câmpus Valparaíso	78.009,18	2,73%
Total	2.855.055,53	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

A Reitoria é responsável por 54,71 do total a ser pago, sendo que esta Unidade executa as despesas com obras de todo o órgão.

O valor de R\$ 2.855.055,53 (Dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), referente a fornecedores e contas a pagar, está apresentado nas contas 21311.01.00 – fornecedores nacionais e 21.311.04.00-contas a pagar credores nacionais e 213120400 - contas a pagar credores nacionais – intra.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os fornecedores com valores mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

(R\$)

	31/12/2018	AV (%)
Fornecedor A: 05378515/0001-43 - CMM Const.M. Martins Ltda	813.096,10	28,48%
Fornecedor B: 08191312/0001-31 - EGE Construtora Eireli	418.301,97	14,65%
Fornecedor C: 82583220/0001-50 - Reuter Gráficos Ed. Ltda	95.587,61	3,35%
Fornecedor D: 02282727/0002-15 - Zepin Seg.Vigilância Ltda	92.767,18	3,25%
Fornecedor E: 07116584/0001-04 - Norte Sul Limp.Conserv.Ltda	81.058,66	2,84%
Fornecedor F: 110245 - Fundo de Imprensa Nacional	71.069,04	2,49%
Fornecedor G: 09445502/0001-09 - Soluções serv terceirizados	68.321,81	2,39%
Demais Fornecedores	1.214.853,16	42,55%
Total	2.855.055,53	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Os fornecedores A, B, C, D, E, F, G representam 57,45% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais despesas:

- Fornecedor A: 05378515/0001-43 – CMM Const.M. Martins Ltda , refere-se a construção da 2ª etapa do Câmpus Senador Canedo.
- Fornecedor B: 08191312/0001-31 – EGE Construtora Eireli - refere-se a construção do Câmpus Águas Lindas. Este órgão aguarda uma Decisão Judicial para liberação desse pagamento.
- Fornecedor C: 82583220/0001-50 – Reuter Gráficos Ed. Ltda , refere-se a contratação de serviços para realização de processo seletivo.
- Fornecedor D: 02282727/0002-15 – Zepin Seg.Vigilância Ltda , refere-se a contratação de serviços de Vigilância.
- Fornecedor E: 07116584/0001-04 – Norte Sul Limp.Conserv.Ltda, refere-se a contratação de serviços de limpeza.
- Fornecedor F: 110245 - Fundo de Imprensa Nacional - refere-se a publicações no Diário Oficial da União.
- Fornecedor G: 09445502/0001-09- Soluções serv terceirizados – refere-se a fornecimento de refeições.

O órgão aguarda repasse de recurso do Governo Federal para quitação dessas despesas.

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houveram determinações ou recomendações do TCU para o exercício de 2018.

ANEXO I – DADOS DETALHADOS DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA

Neste anexo são apresentados os dados numéricos relacionados aos indicadores extraídos da Plataforma Nilo Peçanha.

1. PRINCIPAIS NÚMEROS DO IFG

A Figura 1 e a Figura 2 apresentam os principais números do IFG, extraídos da PNP, distribuídos nos distintos níveis e tipos de cursos ofertados, considerando, respectivamente, os anos base 2017 e 2018.

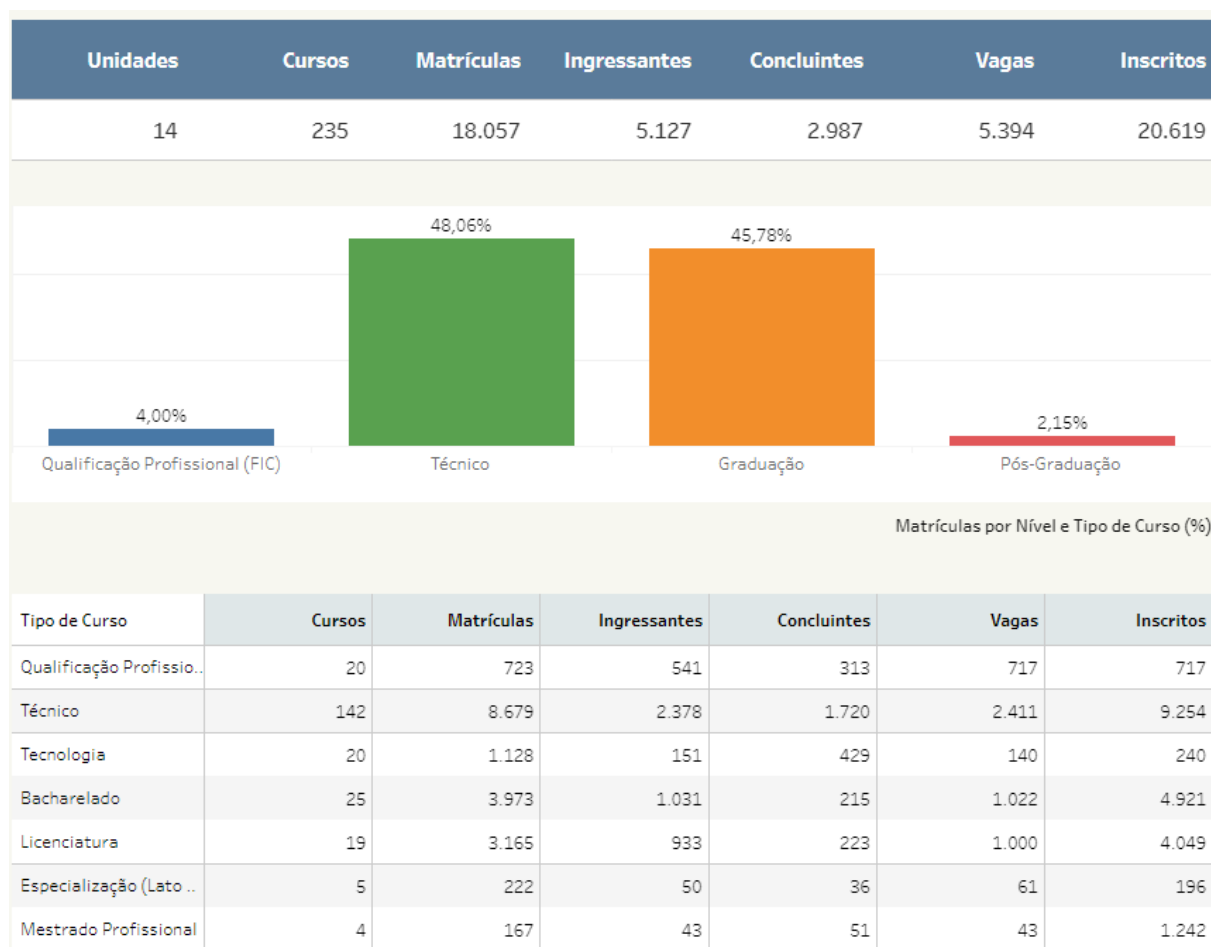


Figura 1. Principais números por níveis e tipo de cursos ofertados no IFG (Ano Base: 2017)

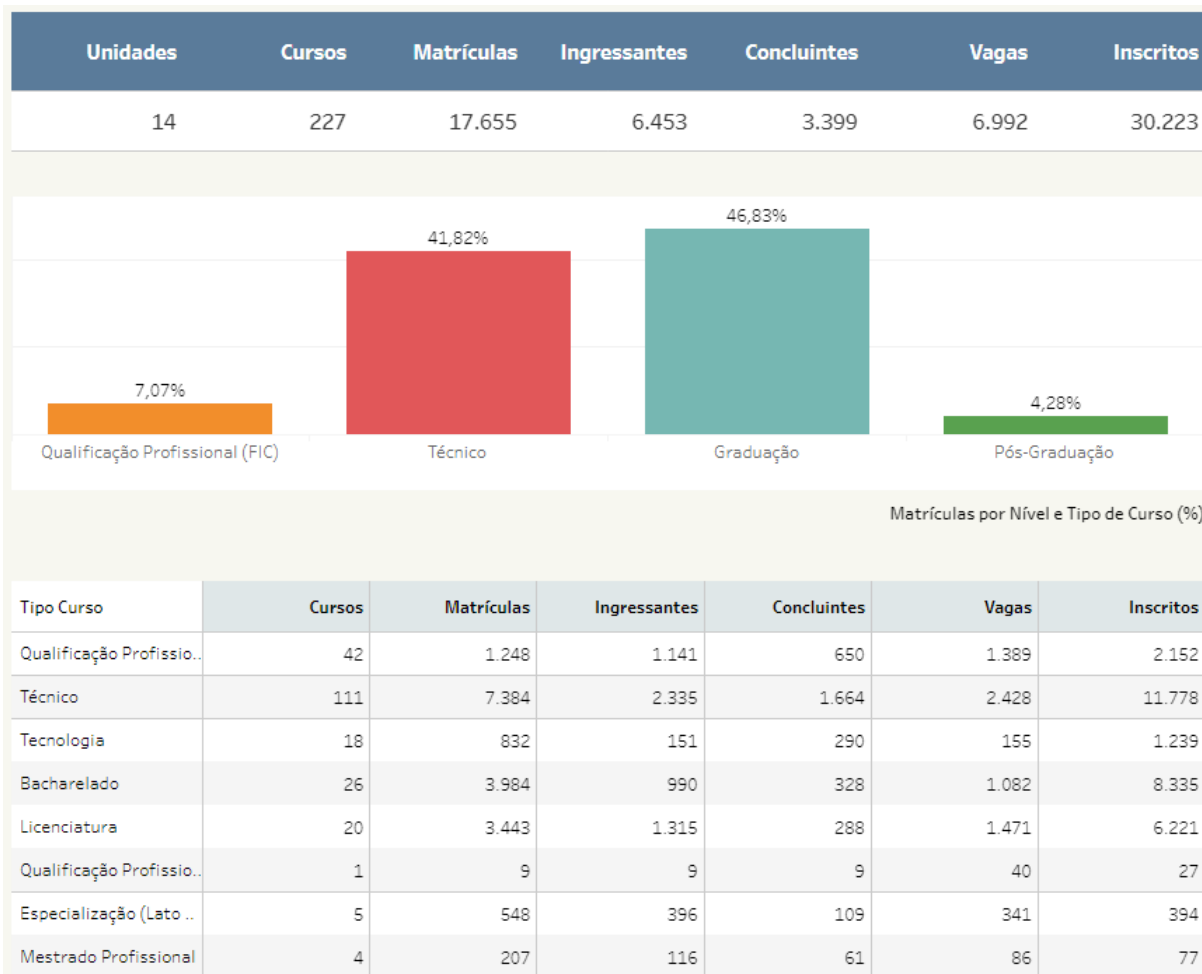


Figura 2. Principais números por níveis e tipo de cursos ofertados no IFG (Ano Base: 2018)

Abaixo, na Tabela 1 são apresentados os quantitativos de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos, por câmpus, referente ao ano base 2018.

Câmpus	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Águas Lindas	4	575	150	137	154	1.377
Anápolis	15	1.146	408	230	423	2.919
Aparecida	12	978	336	142	311	1.769
Cidade de Goiás	8	492	222	66	317	507
Formosa	17	1.148	387	300	536	2.121
Goiânia	57	5.668	1.653	1056	1.704	10.112
Goiânia Oeste	9	804	340	147	278	1.570
Inhumas	20	926	495	208	513	1.007
Itumbiara	13	1.129	383	151	428	1.691
Jataí	19	1.398	512	287	499	1.528
Luziânia	17	1.197	600	271	737	1.825

Câmpus	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Senador Canedo	10	615	423	174	494	722
Uruaçu	13	981	293	166	325	1.189
Valparaíso	13	598	251	64	273	1.886

Tabela 1. Números do IFG por Câmpus (Anos Base: 2017 e 2018)

Na Tabela 2 é apresentado o quantitativo de cursos por eixo tecnológico ofertados pelo IFG, considerando o ano base 2018.

Eixo Tecnológico	Cursos
Ambiente e Saúde	14
Controle e Processos Industriais	26
Desenvolvimento Educacional e Social	59
Gestão e Negócios	7
Informação e Comunicação	32
Infraestrutura	39
Produção Alimentícia	10
Produção Cultural e Design	8
Produção Industrial	14
Recursos Naturais	11
Segurança	1
Turismo, Hospitalidade e Lazer	6

Tabela 2. Cursos por Eixo Tecnológico no IFG (Ano Base: 2018)

A seguir, considerando as 4 (quatro) categorias estabelecidas, são apresentados com mais detalhes os indicadores utilizados pela SETEC/MEC.

2. INDICADORES ACADÊMICOS

Nesta seção, são apresentados os indicadores extraídos da PNP que possibilitam uma visão geral dos números relacionados, principalmente, às questões acadêmicas como "Relação de Inscritos por Vagas", "Índice de Eficiência Acadêmica", "Índice de Retenção do Fluxo Escolar" e "Relação Matrículas por Professor (RAP)". Vale destacar que, apesar de previstos no Acórdão TCU nº 2.267/2005, os indicadores "Relação Ingressos/Alunos" e "Relação Concluintes/Alunos" não são calculados pela PNP, portanto não puderam ser apresentados.

2.1 Relação de Inscritos por Vagas

A Tabela 3 traz a relação de inscritos por vagas considerando os diferentes tipos e níveis de cursos ofertados pelo IFG, em relação aos anos base 2017 e 2018.

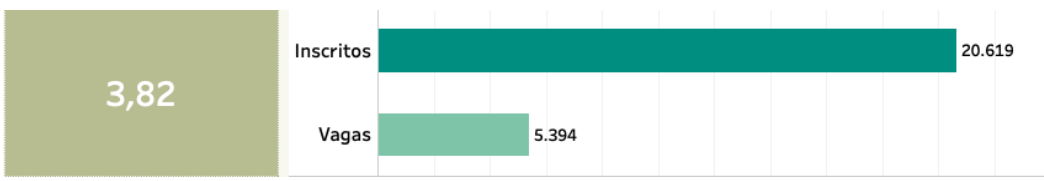
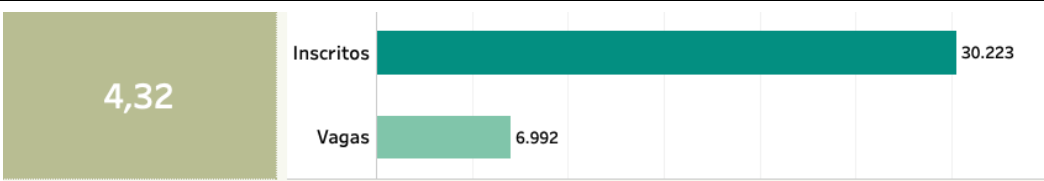
Ano	Qualificação Profissional (FIC)	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura
2017	1	3,84	1,71	4,05
	Bacharelado	Especialização (Lato Sensu)	Mestrado Profissional	TOTAL
	4,82	3,21	28,88	3,82
				
2018	Qualificação Profissional (FIC)	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura
	1,525	4,851	7,994	4,229
	Bacharelado	Especialização (Lato Sensu)	Mestrado Profissional	TOTAL
	7,703	1,155	0,895	4,323
				

Tabela 3. Indicador de Inscritos por Vagas (Anos Base: 2017 e 2018)

2.2 Índices de Eficiência e Retenção Acadêmica

Na Tabela 4 podem ser vistos os índices de eficiência e retenção acadêmica do IFG, considerando os anos base 2017 e 2018. Além disso, na Figura 3 e na Figura 4 esses mesmos dados são detalhados por câmpus do IFG, em relação aos mesmos anos, respectivamente.

Ano	Eficiência Acadêmica	Conclusão Ciclo	Evasão Ciclo	Retenção Ciclo
2017	42,5%	38,83%	52,61%	8,56%
2018	47,20%	44,25%	49,59%	6,16%

Tabela 4. Índice de Eficiência e Retenção Acadêmica - IFG (Anos Base: 2017 e 2018)

Índice de Eficiência Acadêmica

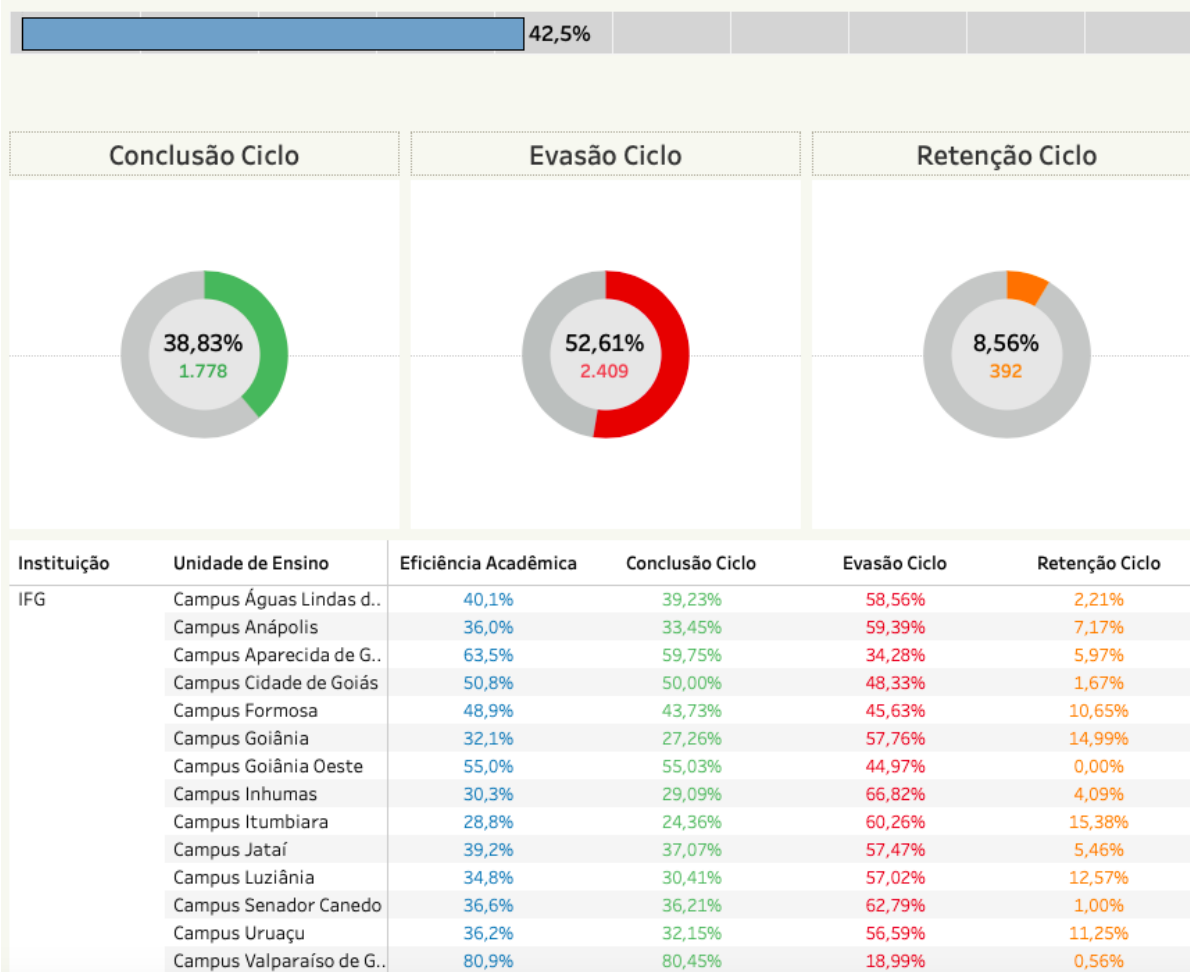


Figura 3. Índice de Eficiência e Retenção Acadêmica - IFG (Ano Base: 2017)

Índice de Eficiência Acadêmica

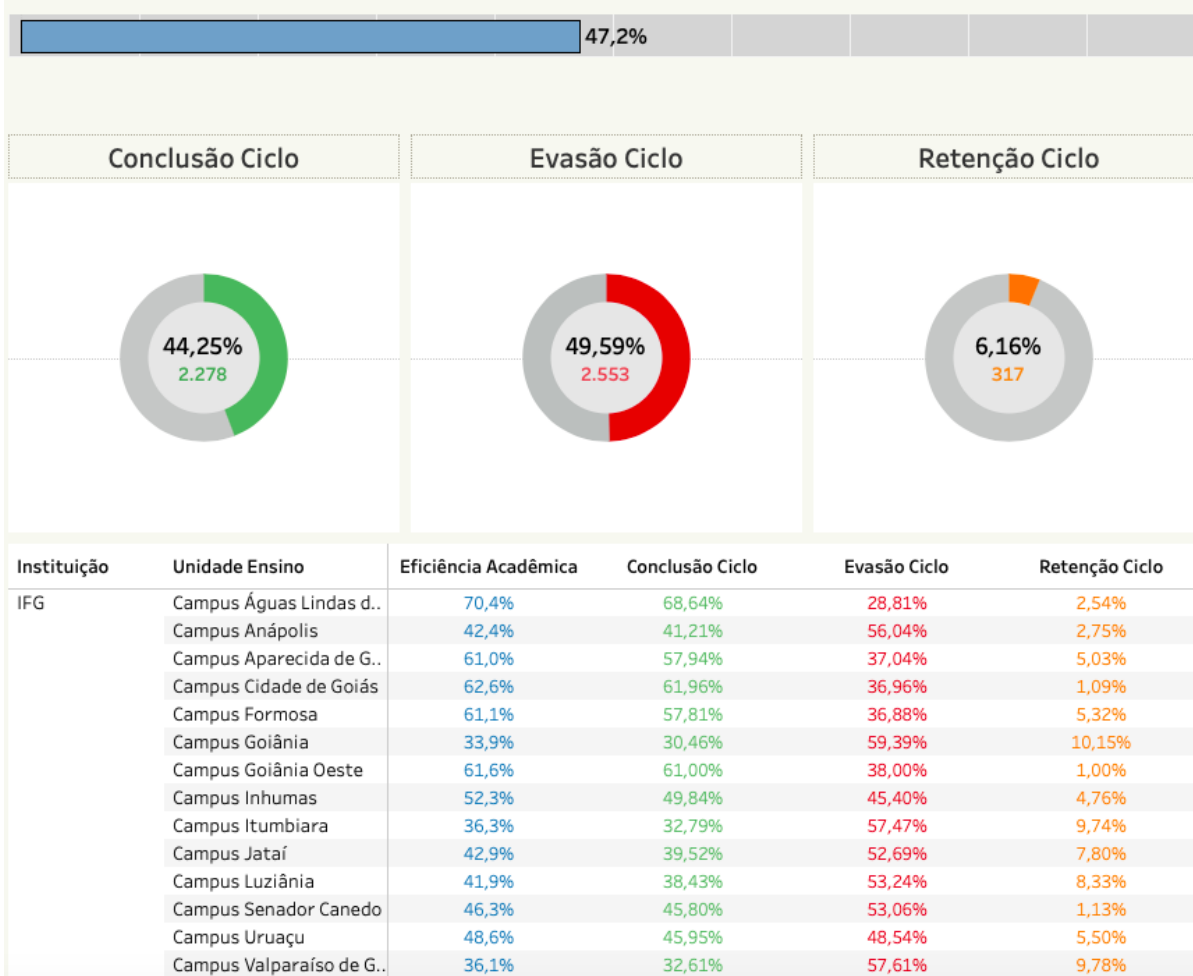


Figura 4. Índice de Eficiência e Retenção Acadêmica - IFG (Ano Base: 2018)

2.3 Relação Matrículas por Professor

Uma importante métrica utilizada pela SETEC/MEC para acompanhamento das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é a Relação Matrículas por Professor - RAP (anteriormente, chamada de Relação Aluno por Professor).

Desta forma, na Figura 5 e na Figura 6 é possível verificar a RAP do IFG nos anos base 2017 e 2018, respectivamente, inclusive por câmpus.

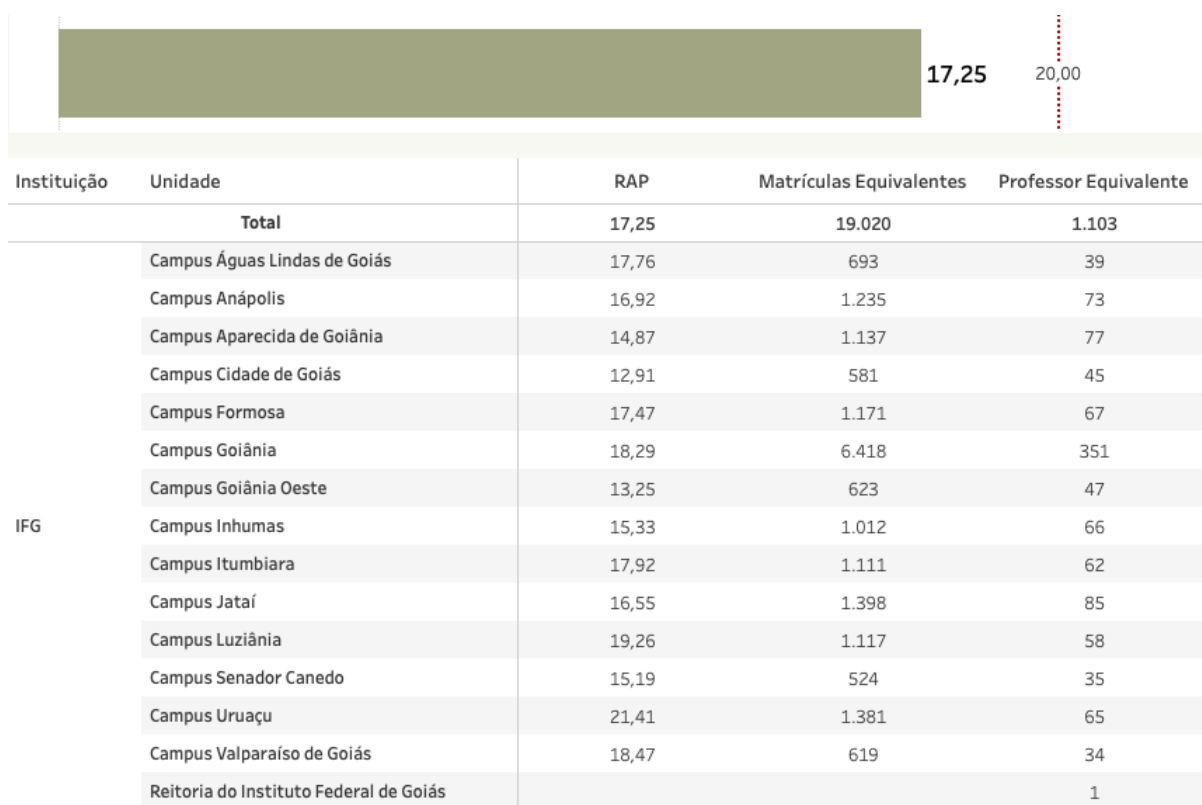


Figura 5. Relação Matrículas por Professor - IFG (Ano Base: 2017)



Figura 6. Relação Matrículas por Professor - IFG (Ano Base: 2018)

3. INDICADOR DE GESTÃO DE PESSOAS

O único indicador nesta categoria de gestão de pessoa é o Índice de Titulação do Corpo Docente - ITCD, que visa servir de parâmetro para o cumprimento da meta de elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente do sistema de educação brasileiro, conforme Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

3.1 Índice de Titulação do Corpo Docente

A Figura 7 e a Figura 8 apresentam os Índice de Titulação do Corpo Docente do IFG, respectivamente, em relação aos anos base 2017 e 2018.

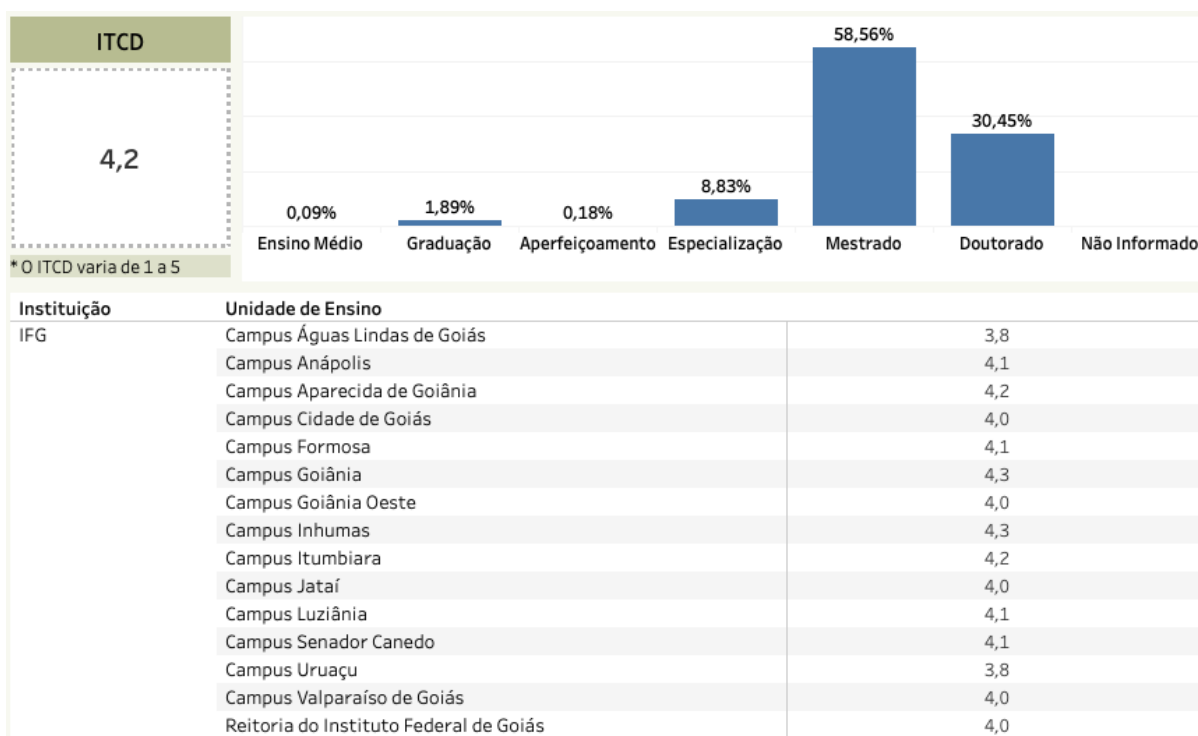


Figura 7. Índice de Titulação do Corpo Docente - ITCD do IFG (Ano Base: 2017)

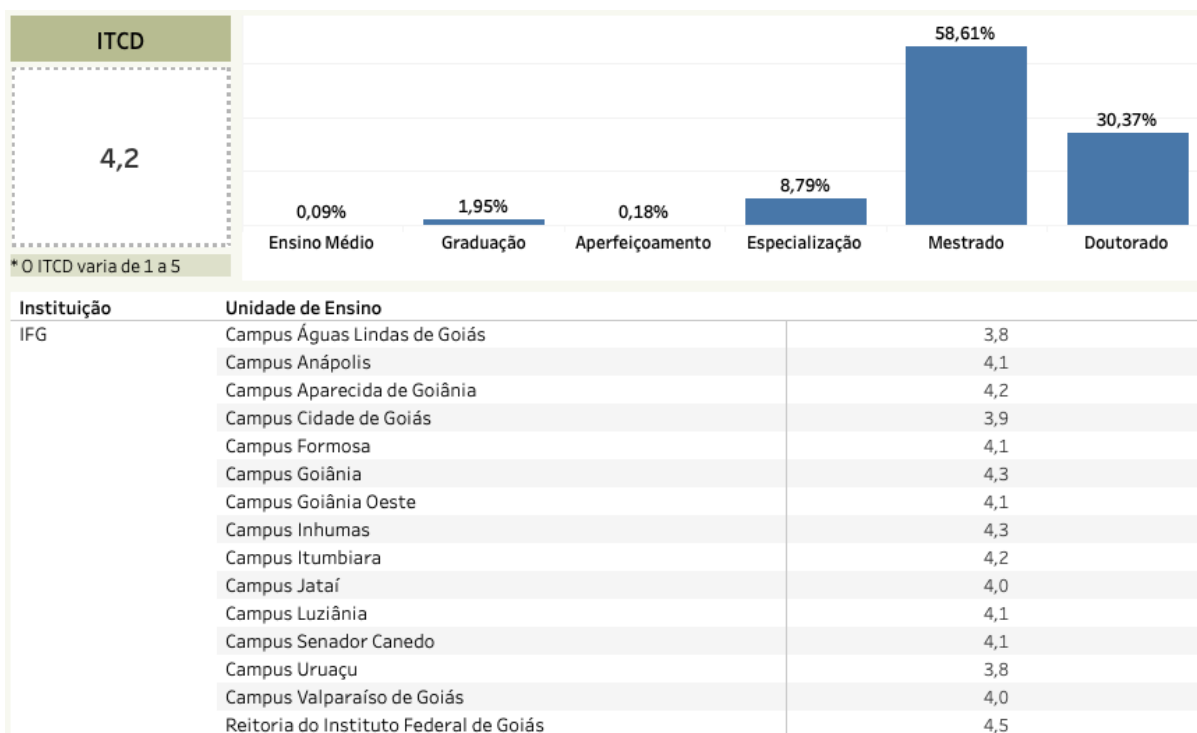


Figura 8. Índice de Titulação do Corpo Docente - ITCD do IFG (Ano Base: 2018)

4. INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Nesta categoria, são apresentados os indicadores relacionados às questões de gastos/investimentos financeiros realizados durante o ano.

4.1 Gastos Correntes por Aluno

Assim, na Tabela 5 é possível observar os gastos corrente por matrícula, o número de matrículas equivalente e os gastos totais do IFG, durante os anos base 2017 e 2018.

Ano	Gasto Corrente por Matrícula	Matrículas Equivalentes	Gastos Totais
2017	R\$ 20.235,17	19020	R\$ 438.628.356,00
2018	R\$ 21.343,80	18678	R\$ 455.783.862,00

Tabela 5. Gastos Correntes por Aluno - IFG (Anos Base: 2017 e 2018)

4.2 Percentuais de Gastos com Pessoal, Investimentos e Outros Custeios

Na Figura 9 e na Figura 10 são apresentados os percentuais de gastos com pessoal, investimentos e outros custeios no IFG, respectivamente, em relação aos anos base 2017 e 2018.

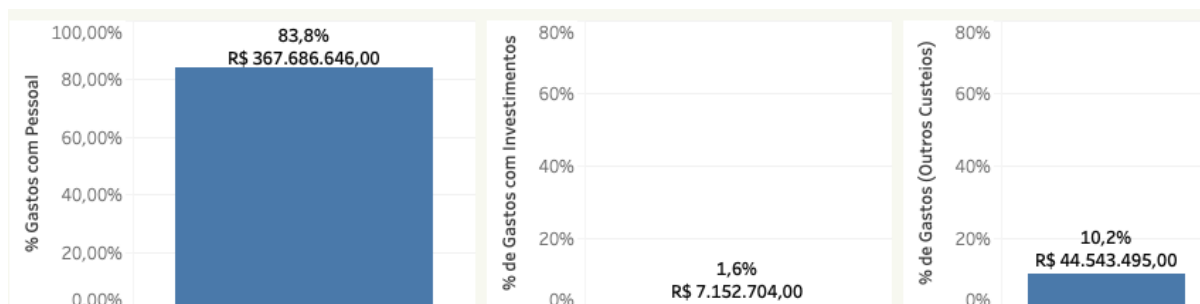


Figura 9. Percentual de Gastos com Pessoal, Investimentos e Outros Custeios - IFG (Ano Base: 2017)

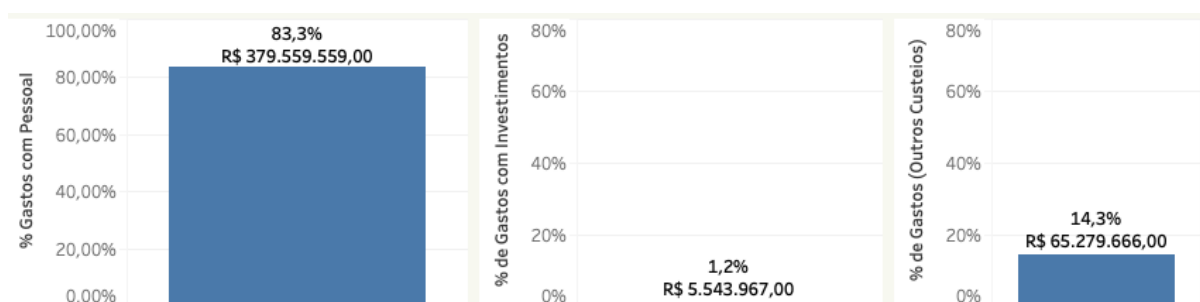


Figura 10. Percentual de Gastos com Pessoal, Investimentos e Outros Custeios - IFG (Ano Base: 2018)

5. INDICADOR SOCIOECONÔMICO

O único indicador socioeconômico utilizado é o número de matriculados classificados de acordo com a renda familiar *per capita*, conforme apresentado abaixo.

5.1 Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar Per Capita - MRF

Para classificação das matrículas por renda *per capita* são utilizadas 6 (seis) faixas de renda familiar per capita (RFP), conforme Tabela 6, abaixo:

Faixa	Renda Familiar Per Capita (RFP)	
	Expressão	Descrição
1	$0 < RFP \leq 0,5$	Inferior ou igual a meio salário mínimo
2	$0,5 < RFP \leq 1$	Inferior ou igual a 1 salário mínimo, contudo superior a meio salário mínimo

Faixa	Renda Familiar Per Capita (RFP)	
	Expressão	Descrição
3	$1 < RFP \leq 1,5$	Inferior ou igual a 1 salário mínimo e meio, contudo superior a 1 salário mínimo
4	$1,5 < RFP \leq 2,5$	Inferior ou igual a 2 salários mínimos e meio, contudo superior a 1 salário mínimo e meio
5	$2,5 < RFP \leq 3,5$	Inferior ou igual a 3 salários mínimos e meio, contudo superior a 2 salários mínimos e meio
6	$RFP > 3,5$	Superior a 3 salários mínimos e meio
ND	Não declarada	Renda familiar não declarada

Tabela 6. Faixas utilizadas para classificação considerando a Renda Familiar Per Capita

Portanto, a Figura 11 e a Figura 12 apresentam a quantidade de alunos matriculados classificados de acordo com as faixas de renda familiar per capita descritas no quadro anterior, respectivamente, em relação aos anos base 2017 e 2018.

Renda Familiar							
■ $0 < RFP \leq 0,5$ ■ $0,5 < RFP \leq 1$ ■ $1 < RFP \leq 1,5$ ■ $1,5 < RFP \leq 2,5$ ■ $2,5 < RFP \leq 3,5$ ■ $RFP > 3,5$							
Renda Familiar	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não declarada	
$0 < RFP \leq 0,5$	18	257	3	442	128	11	
$0,5 < RFP \leq 1$	58	675	2	1.244	292	32	
$1 < RFP \leq 1,5$	76	1.008	4	1.692	386	26	
$1,5 < RFP \leq 2,5$	121	1.435	2	2.070	479	19	
$2,5 < RFP \leq 3,5$	36	558	1	567	122	2	
$RFP > 3,5$	61	1.192	1	956	218	12	
NÃO DECLARADA	45	626	2	1.153	267	1.758	

Figura 11. Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar Per Capita - IFG (Ano Base: 2017)

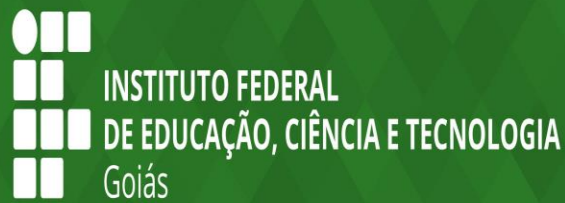
Renda Familiar.						
■ Não declarada ■ 0<RFP<=0,5 ■ 0,5<RFP<=1,0 ■ 1,0<RFP<=1,5 ■ 1,5<RFP<=2,5 ■ 2,5<RFP<=3,5 ■ RFP>3,5						
Renda Familiar.	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não declarada
0<RFP<=0,5	22	333	6	724	219	16
0,5<RFP<=1,0	50	675	6	1.401	322	32
1,0<RFP<=1,5	69	1.001	9	1.757	416	36
1,5<RFP<=2,5	97	1.241	3	1.805	415	39
2,5<RFP<=3,5	28	495	1	543	106	16
RFP>3,5	41	990	1	851	184	18
Não declarada	60	943	6	1.365	339	974

Figura 12. Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar Per Capita - IFG (Ano Base: 2018)

Para finalizar, na Tabela 7 é apresentada a base normativa das metas estabelecidas para cada um dos indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, conforme retirado do Guia de Referência Metodológica da PNP.

INDICADOR	BASE NORMATIVA DA META
Matrícula Equivalente	Não há meta prevista em instrumento normativo.
Matrículas Equivalentes em cursos técnicos	Meta estabelecida pelo art. 8º da Lei 11.892/2008.
Matrículas Equivalentes em cursos de formação de professores	Meta estabelecida pelo art. 8º da Lei 11.892/2008.
Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Meta definida a partir do estabelecido pelo Art. 2º do Decreto 5.840/2006.
Relação de Inscritos por Vagas	Não há meta prevista em instrumento normativo.
Taxa de Evasão	Não há meta prevista em instrumento normativo.
Conclusão por Ciclo	As metas estabelecidas pelas estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2014, serão melhores acompanhadas pelo Índice de Eficiência Acadêmica.
Evasão por Ciclo	Não há meta prevista em instrumento normativo.
Retenção por Ciclo	Não há meta prevista em instrumento normativo.
Índice de Eficiência Acadêmica	Meta estabelecida considerando as estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2014.
Índice de Titulação do Corpo Docente	Meta definida a partir do estabelecido pela meta 13 da Lei 13.005/2014.
Relação de Matrículas por Professor	Meta estabelecida considerando as estratégias 11.11 e 12.3 previstas na Lei 13.005/2014.
Gasto Corrente por Matrícula	Não há meta prevista em instrumento normativo

Tabela 7. Base Normativa das Metas dos Indicadores da PNP



f IFG.oficial
t IFG_Goiás
i ifg_oficial
www.ifg.edu.br

REITORIA

Av. Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste,
Goiânia-GO, CEP: 74.130-012 (62) 3612-2200

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL